



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LETRAS INGLÊS LICENCIATURA
PRESENCIAL**

Maceió - Alagoas,
NOVEMBRO de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE LETRAS

Este Projeto foi reelaborado em 2018 para se adequar às Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial Superior para os cursos de Licenciatura nº 2, de 1º de julho de 2015 e à Resolução nº 06/2018 – CONSUNI/Ufal, de 19 de fevereiro de 2018.

Ele está baseado em dois projetos anteriores da habilitação Inglês. São eles: (1) Projeto Pedagógico do Curso Presencial de Licenciatura em Letras, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas, atualizado em 2016, que se adequou às Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial Superior para os cursos de Licenciatura nº 2, de 1º de julho de 2015 e ao novo regime instituído na Ufal a partir de 2014, com a Resolução nº 59/2014. Foi revisado em novembro de 2017 pelo Coordenador Paulo Leôncio da Silva e, em abril de 2018, pelo coordenador Sérgio Ifa; (2) Projeto Pedagógico do Curso de Letras Licenciatura a distância, com habilitação em Língua Inglesa, coordenado por Raquel D Elboux Couto Nunes aprovado pela CAPES em 31 de outubro de 2012, parecer 330/2012.

Este projeto também segue princípios de formação apresentados no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Licenciatura a distância, habilitação: espanhol, coordenado por Kristianny Brandão Barbosa de Azambuja, aprovado pela CAPES em 17 de outubro de 2012, parecer 329/2012, no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Licenciatura a distância, com habilitação em Língua Portuguesa, coordenado por Sonia Cristina Simões Felipeto, aprovado pela CAPES em 31 de outubro de 2012, parecer 330/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE LETRAS

REITORA

Maria Valéria Costa Correia

VICE-REITOR

José Vieira da Cruz

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

Sandra Regina Paz da Silva

FACULDADE DE LETRAS - FALE

DIRETORA

Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima

VICE-DIRETOR

José Niraldo de Farias

COORDENAÇÃO¹

COORDENADOR DO CURSO

Sérgio Ifa

VICE COORDENADOR

Pedro Gustavo Rieger

¹ Portarias 202 e 203/PROGRAD, de 30 de Julho de 2018

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS INGLÊS LICENCIATURA

Coordenador: Sérgio Ifa
Vice-coordenador: Pedro Gustavo Rieger

COLEGIADO DO CURSO²

Titulares:

Adriana Lopes Lisboa Tibana
Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz
Pedro Gustavo Rieger
Sérgio Ifa
Simone Makiyama

Suplentes:

Ildney de Fátima Souza Cavalcanti
Irene Maria Dietschi
Marcus Vinícius Matias
Paulo Leôncio da Silva
Raquel D'Elboux Couto Nunes

Representante discente:

Titular: Leticia Romariz Medeiros
Suplente: Lucas da Silva França

Representante técnico-administrativo:

Titular: Rosana Portela Nicácio dos Santos
Suplente: José Alberto Ribeiro

Núcleo Docente Estruturante (NDE) DO CURSO³

Sérgio Ifa, SIAPE nº 1631608
Pedro Gustavo Rieger SIAPE nº 1345885
Simone Makiyama, SIAPE nº 1288394
Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz, SIAPE nº 1864872
Raquel D'Elboux Couto Nunes, SIAPE nº 2559112
Paulo Leôncio da Silva, SIAPE nº 1120573

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO:

Este projeto foi elaborado pelo corpo docente do curso de Letras Inglês da Faculdade de Letras - UFAL, e revisado pelo corpo docente constituinte do colegiado deste curso, instituído pela portaria 204/PROGRAD de 31 de Julho de 2018.

² Portaria 204/PROGRAD, de 31 de Julho de 2018.

³ Portaria 355/PROGRAD, de 12 de novembro de 2018.

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	8
1.1 Dados gerais	8
1.2 Dados de identificação do curso	8
1.3 Dados da coordenação do curso	10
2. CONTEXTO INSTITUCIONAL	11
2.1. Contexto regional	12
2.2. Histórico da Faculdade de Letras	12
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	15
3.1 O ensino da Língua Inglesa no Brasil	15
3.2 O ensino de Língua Inglesa em Alagoas	18
3.3 A área de Letras – concepções	19
3.4 Competências e habilidades	23
3.5. Curso de Letras e Internacionalização	26
4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	28
4.1 Pesquisa	30
4.1.1. Grupos de pesquisa	30
4.2 Extensão	37
4.2.1 Programa de Extensão Curricularizada do Curso de Letras Inglês	42
4.3. Idiomas sem Fronteiras	45
4.4. Programa de Educação Tutorial (PET) Letras	37
4.5. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)	46
4.6. Responsabilidade Social	46
4.7. Acessibilidade	47
4.7.1 Núcleo de acessibilidade	48
4.7.2 Inclusão	49

5. OBJETIVO DO CURSO	52
6. PERFIL DO EGRESSO E CAMPO DE ATUAÇÃO	52
6.1 Perfil do egresso	52
6.2 Campo de atuação	54
7. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	55
7.1 Estrutura curricular	55
7.1.1 Núcleo de estudos de formação geral	55
7.1.2 Núcleos de formação do conhecimento específico sobre língua e literatura em língua inglesa	56
7.1.3 Atividades Curriculares de Extensão	58
7.1.4 Núcleo de estudos integradores	58
7.1.5 Resumo da estrutura curricular	60
7.1.6 A prática como componente curricular	62
8. CORPO DOCENTE	68
ATUAÇÃO DOCENTE	70
9. CONTEÚDOS CURRICULARES	77
9.1 Educação ambiental	77
9.2 Educação em Direitos Humanos	77
9.3 Língua Brasileira de Sinais	79
9.4 Temas transversais	79
10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	80
10.1 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica	84
10.2 Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica.	84
10.3 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	85
11. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	86
12.ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	87
13. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	94

14. DISCIPLINAS ELETIVAS	96
15. EMENTAS E REFERÊNCIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES	105
15.1 Disciplinas obrigatórias	105
15.2 Disciplinas do Centro de Educação	134
16. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL	138
16.1 Procedimentos de avaliação no processo de ensino-aprendizagem.	139
16.2 Avaliação do curso	143
16.3 Avaliação do projeto pedagógico	147
16.4 Colegiado do curso	148
16.5 Núcleo Docente Estruturante	150
17. POLÍTICAS DE APOIO	151
17.1 Políticas de apoio aos docentes e técnicos	152
17.2 Políticas de apoio aos discentes	153
18. REFERÊNCIAS	155
19. ANEXOS	159

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados gerais

Contextualização da Instituição de Ensino Superior

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Dependência: Administrativa Federal

Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço do Campus sede:

Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL

Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 - 970

Fone: (82) 3214 - 1100 (Central)

Portal eletrônico: www.ufal.br

1.2 Dados de identificação do curso

Curso: Letras Inglês

Modalidade: Licenciatura presencial

Título ofertado: Licenciado em Letras Inglês

Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Campus: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço de funcionamento do curso:

Faculdade de Letras – UFAL. Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins
Maceió - AL, CEP:57072-900

Atos Legais:

Autorização do Curso: Resolução 09/2013-CONSUNI/UFAL, de 11 de março de 2013.

Portaria Ministerial: 3.276/2004

Portaria UFAL: 2145, de 12 de novembro de 2013. **Portaria** 850, de 27 de maio de 2016.

Número de Vagas autorizadas: 40 vagas por ano (20 para o período vespertino e 20 para o período noturno)

Formas de ingresso: Por meio do ENEM. Outras formas são: por reingresso de curso, por reopção e por transferência, as quais são regidas por editais elaborados por DRCA/Prograd.

Turnos de Funcionamento: vespertino e noturno.

Tempo de integralização do curso:

Turno vespertino: mínimo de quatro anos e meio e máximo de sete anos⁴

Turno noturno: mínimo de quatro anos e meio e máximo de sete anos

Carga horária: 3.418 horas

PORTAL ELETRÔNICO: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/fale>

Campo de atuação: Ensino de inglês como língua adicional e suas literaturas para a educação básica (ensino fundamental II e ensino médio).

Perfil: Profissional apto para atuar no magistério da Educação Básica, seja na docência da sua área de competência ou na gestão do trabalho educativo

⁴ PARECER CNE/CES N° 8/2007.

1.3 Dados da coordenação do curso

COORDENADOR

Nome: Sérgio Ifa

Formação acadêmica: Mestrado e doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Área de concentração: Formação de professores e ensino-aprendizagem de línguas adicionais.

Bacharelado em Letras. Habilitação – Língua e Literatura Inglesas.

Licenciatura Plena em Letras Inglês.

Titulação: Doutor

Regime de trabalho: DE

Email: sergio@fale.ufal.br

VICE-COORDENADOR

Nome: PEDRO GUSTAVO RIEGER

Formação acadêmica: Mestrado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (PPGI/UFSC). Doutorado em andamento em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (PPGI/UFSC). Áreas de concentração: Estudos da Linguagem. Análise Crítica do Discurso. Linguagem e Direito. Linguagem e Saúde.

Graduado em Letras Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (UFSC)

Titulação: Mestre

Regime de trabalho: DE

Email: pedro.rieger@fale.ufal.br

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL - é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 48 cursos presenciais de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 cursos presenciais. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de 08 cursos presenciais.

Além dos 88 cursos presenciais, há 11 ofertados na modalidade de Educação à Distância, por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. A UFAL, hoje, oferta 99 cursos de graduação. A pós-graduação contribui com 55 cursos stricto sensu, além dos cursos de especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento⁵.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa em diversas áreas. A extensão contribui com vários programas e, também, é uma atividade em constante expansão.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

⁵Dados extraídos do sítio da Universidade Federal de Alagoas, disponível em: <https://numeros.ufal.br/>
Acesso em 7 nov 2018.

2.1. Contexto regional

Com uma extensão territorial de 27.848,140 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.494 habitantes,⁶

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização, a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo encontra-se em tramitação na SESu/MEC.

O PIB per capita estadual, segundo dados extraídos do site oficial do Governo Estadual de Alagoas, era de R\$ 13.878,00, em 2015. Conforme dados do IBGE, a composição do PIB de Alagoas em 2008 era a seguinte: agropecuária 6,8%, indústria 24,5% e serviços 68,7%.⁷

2.2. Histórico da Faculdade de Letras

A história do Curso de Letras em Alagoas tem início no dia 16 de junho de 1950, com a fundação da Faculdade de Filosofia de Alagoas (FFA), que surgiu devido à carência de professores/as habilitados/as para exercerem a função no ensino médio. O Padre Teófanos Augusto de Araújo Barros (Diretor), o professor Theobaldo Augusto de Barros (Vice-Diretor) e os professores José Sílvio Barreto de Macedo, Hélio Lessa

⁶ Dados extraídos do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama> Acesso 7 nov 2018.

⁷ Dados extraídos do sítio do Governo do Estado de Alagoas, disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/b1727840-9b78-4011-b0ca-338bda7f1a96/resource/92ecdf23-8aa3-445b-9e4f-f3885eba008c/download/nt31produtointernobrutodealagoaspibparaano2015.pdf> Acesso em 7 nov 2018.

Souza, Gilberto de Macedo, Teotônio Vilela Brandão, Luiz de Medeiros Netto, Aurélio Viana Cunha Lima, Maria Hermínia Oiticica, Paulo Senouillet, Eduardo da Mota Trigueiros, Antônio Assunção Araújo, João Leite Neto, entre outros, foram os fundadores da FFA, que contava com os cursos de Filosofia, História e Geografia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas.

O primeiro vestibular da FFA foi realizado em fevereiro de 1952, e a sessão da aula inaugural, ministrada pelo professor Cônego Hélio Lessa Souza, foi presidida pelo então diretor, professor Jayme de Altavilla, em 20 de março do mesmo ano. A primeira turma a ser graduada foi na modalidade Bacharelado, no ano de 1954. Após a formatura de cinco turmas, consolidou-se a Licenciatura.

Com a criação da Universidade Federal de Alagoas pelo então presidente Juscelino Kubitschek, em 25 de Janeiro de 1961, as faculdades que funcionavam em Alagoas passaram a integrar o Campus A. C. Simões. Na década de 70 foram criados o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CHLA) e o Departamento de Letras e Artes (LAR). A transferência do curso de Letras e do CHLA para a Universidade Federal de Alagoas ocorreu em 1977, para o antigo prédio da Faculdade de Economia. No ano de 1980 o Departamento de Letras e Artes é dividido, passando a se chamar LCV (Línguas Clássicas e Vernáculas) e LEM (Línguas Estrangeiras Modernas), formando docentes em habilitação dupla.

O final da década de 80 assinava alguns marcos importantes, sendo os dois primeiros por iniciativa da profa. Maria Denilda Moura: a criação do PET- Programa de Educação Tutorial; e a implantação do Curso de Mestrado em Letras, o primeiro Mestrado da Ufal, durante a gestão do Excelentíssimo Reitor Prof. Fernando Gama. Ao Mestrado seguiu a implantação do Doutorado em Letras. Desde a década de 80, o Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGLL) vem se consolidando. Tendo passado por várias modificações estruturais em quase três décadas de existência, o programa conta atualmente com duas áreas de investigação, Estudos Linguísticos e Estudos Literários, subdivididas nas linhas: Literatura e História; Literatura, Cultura e Sociedade; Discurso: Sujeito, História e Ideologia; Estudos Textuais: Oralidade, Leitura e Escrita; Linguística Aplicada; Teoria e Análise Linguística. Também no final dos anos 1980 foram iniciadas as principais atividades de extensão vinculadas ao Curso de Letras. Com o apoio do então Magnífico Reitor Prof. João Azevedo, a professora Hilda

Laffitte, havia implantado na Ufal um projeto nacional de curso de inglês instrumental para as universidades brasileiras (ativo entre 1977 e 1981); e, em 1989, a Casa de Cultura Britânica, Casa de Cultura de Expressão Francesa, Casa de Cultura de Expressão Alemã, Casa de Cultura Latino-Americana e Casa de Cultura Luso-Brasileira foram oficializadas pelo então Pró-Reitor de Extensão Prof. Salomão Barros Lima, com o objetivo de promover cultura e prestação de serviços à comunidade através da oferta de cursos de línguas estrangeiras. Atualmente conhecido como o Projeto Casas de Cultura, ele consiste na maior ação de extensão na área de Letras.

A partir de 1995, vários eventos importantes em associação ao Curso de Letras são realizados: de 1995 a 1997, a Fale sediou a Associação Brasileira de Linguística; em 1998, foi criado o curso de Letras - Noturno; no período de 2002 a 2004, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) foi sediada na Fale; e em 2012-2014 foi a vez da Abrapui (Associação Brasileira de Professores Universitários de Inglês) ser acolhida pela faculdade. Atualmente sediamos a Abralin (Associação Brasileira de Linguística) neste biênio 2018-2020.

Em 2005, com a implantação das unidades acadêmicas na Ufal, é criada a atual Faculdade de Letras (Fale), sob a Direção das professoras Ildney Cavalcanti e Izabel Brandão, sendo esta última substituída em dezembro de 2007 pela profa. Maria Stela Lameiras. Data desta gestão a elaboração do projeto de construção dos atuais prédios da Faculdade e do Cepel (PPGLL), um notável avanço em se tratando da infra-estrutura de funcionamento, possibilitado por políticas governamentais de incentivo às Ifes. Dando continuidade ao histórico das direções da Faculdade, houve em seguida a gestão da professora Eliane Barbosa entre 2011-2014 e 2014-2018, com três colegas ocupando, em sequência, a função de vice-direção: profa. Lúcia de Fátima Santos, prof. Helson Sobrinho e prof. Jair Barbosa. Para o quadriênio 2018-2022, assumiram a profa. Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima e o prof. José Niraldo de Farias.

O Curso de Letras Inglês cumpre, assim, uma trajetória que antecede a criação da própria Universidade Federal de Alagoas, ultrapassando seis décadas de existência. Durante todo este período vivenciamos modalidades diferenciadas de atuação (habilitação dupla/única; articulação entre ensino, pesquisa e extensão) e concedemos graus distintos: bacharelado (extinto), licenciatura, especialista (extinto), mestrado e doutorado.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1. O ensino da Língua Inglesa no Brasil

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) 9394/96 estabelece diretrizes para o ensino de línguas estrangeiras a partir da quinta série do ensino fundamental (hoje, sexto ano do ensino fundamental II). A língua estrangeira adotada pela maioria das escolas tem sido o inglês.

Há algum tempo é crescente o interesse pelo aprendizado da língua inglesa no Brasil. Fatores como o processo de globalização e a influência da racionalidade neoliberal nos âmbitos da economia e da cultura são motivos dessa demanda. O mercado de trabalho exige, cada vez mais, o domínio da língua inglesa. É visível a expansão de cursos em escolas de idiomas, em instituições de ensino, públicas e privadas, tanto presenciais quanto a distância. Com a crescente demanda, também é possível constatar a carência de profissionais qualificados para atuar como professores de inglês.

Makiyama (2013)⁸ faz um levantamento histórico a respeito da aprendizagem de língua inglesa no Brasil, a partir da Reforma Francisco de Campos de 1931 e analisa, em seguida, as principais disposições da Lei de Diretrizes e Bases e dos Parâmetros Curriculares Nacionais em relação às línguas estrangeiras para ponderar sobre a dificuldade na articulação entre os dispositivos legais e a prática docente na realidade brasileira. Entre suas considerações, vale ressaltar que

o ensino de línguas no Brasil tem sido aplicado com um senso de ressalva, ou seja, que é importante que o ELE [Ensino de língua estrangeira] faça parte do corpo de saberes para a formação dos sujeitos, contanto que haja condições favoráveis para isso. Como geralmente as condições são insatisfatórias e um trabalho consistente não é realizado com o propósito de atender às mudanças estabelecidas por lei, justifica-se a educação insuficiente de LE (MAKIYAMA, 2013, p. 75).

Devido ao grande déficit de concursos públicos de docentes para suprir a demanda nas redes públicas de ensino, algumas instituições são requisitadas a contratar

⁸ Em tese de doutorado na área de Linguística Aplicada, a autora discute o ensino/aprendizagem de língua inglesa na perspectiva da Análise do Discurso. Ver referências completas no item 18 deste projeto.

monitores, que ainda estão em processo de formação inicial, para, em regime de trabalho temporário, ministrarem aulas de língua inglesa. De acordo com Martínez-Cachero (2007), os dados da pesquisa revelam que “22,2% dos professores que atuam no Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) do sistema brasileiro, carecem de licenciatura. No Ensino Médio, a porcentagem é de 11, 7%”. (MARTÍNEZ-CACHERO, 2007, p. 89).

Além da falta de profissionais em exercício docente, muitos docentes que estão em atividade, com ou sem formação acadêmica, revelam dificuldades na ensino da língua inglesa. Assim, é necessário qualificar esses professores sob a ótica de perspectivas teóricas que respondam satisfatoriamente às situações problemáticas ou difíceis de ensino-aprendizagem. É necessário também possibilitar a articulação prático-teórica para desenvolvimento no alunado das competências críticas ao usar discursivamente a língua inglesa nas diferentes práticas sociais.

É possível constatar que muitos professores ainda ministram suas aulas de forma tradicional, priorizando a gramática, a despeito dos avanços das teorias e pesquisas em Linguística Aplicada, que valorizam o desenvolvimento integrado das habilidades de compreensão e produção oral e escrita. Não as consideram como habilidades independentes mas interconectadas e interdependentes.

O ensino voltado para a gramática e tradução remonta a práticas instituídas pela tradição da Corte Real Portuguesa no país (MAKIYAMA, 2013). Mesmo hoje em dia muitas vezes a ênfase se dá em uma abordagem que trabalha apenas a compreensão leitora, não garantindo o trabalho com a produção oral ou com a compreensão auditiva, o que pode não atender aos interesses e necessidades do aluno e às demandas do mercado de trabalho, por exemplo.

A autora faz um levantamento documental da problemática do ensino de língua estrangeira sob três perspectivas: dos objetivos gerais, das especificidades e da aplicabilidade, desde a década de 1930, quando houve uma sistematização mais substancial na educação brasileira. Segundo o Decreto-Lei 20.833 de 1931, não eram exigidos professores catedráticos, como em outras disciplinas, pela carência desses profissionais para a área de ensino de língua estrangeira. Entre 1961 e 1971, as línguas estrangeiras foram retiradas da matriz curricular, ainda que recomendadas. As línguas

estrangeiras só voltaram a integrar o currículo em 1996, em caráter obrigatório, mas segundo condições disponíveis de cada escola.

Isso está refletido na LDB, Art. 26, § 5º, segundo o qual "será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição" (MAKIYAMA, 2013, p. 66).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) complementam as diretrizes da LDB de 1996, legitimando "a relevância do ensino de língua estrangeira, no sentido de permitir ao educando o acesso ao conhecimento e integrar-se ao mundo globalizado, viabilizando o seu contato com formas diferentes de perceber a realidade" (MAKIYAMA, 2013, p. 66). Assim, os dispositivos reconhecem a relevância da língua estrangeira para que, ao longo da e após sua formação, o educando atinja a "autopercepção como ser humano e cidadão" (BRASIL, 1998, p. 20).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) promovem um olhar integrado, ao preconizar um atendimento às necessidades locais, no ensino das habilidades em língua estrangeira, e recomendam a interdisciplinaridade. Assim, contemplam "aspectos comunicativos em termos de gestão discursiva, evidenciando o caráter pragmático subjacente de ELE [...], levando em conta o contexto imediato, a interação e seus interlocutores". (MAKIYAMA, 2013, p. 69-70).

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) também defendem um desenvolvimento integrado e contextualizado das habilidades em língua estrangeira. Entende-se, assim, que o desenvolvimento isolado das habilidades não pode ser sustentado.

Apesar da publicação dos documentos que dão diretrizes para o ensino da língua estrangeira, constata-se que muitos professores não vislumbram o sucesso no ensino devido à falta de condições de trabalho que promovam a aprendizagem de modo satisfatório. Perpetua-se uma prática que não propicia a aprendizagem da língua inglesa de forma contextualizada e significativa.

O curso presencial de Letras Inglês, ora proposto, visa a contribuir para a melhoria desse triste cenário, ao propiciar uma formação acadêmica ética e crítica.

3.2. O ensino de Língua Inglesa em Alagoas

No Estado de Alagoas atualmente, há dois Centros de Idiomas de caráter gratuito, um estadual e outro municipal, que contribuem para o desenvolvimento sociocultural: o Instituto de Línguas Professora Noêmia Gama Ramalho, criado pelo decreto 2.487, de 18 de dezembro de 1974, e inaugurado a 13 de fevereiro de 1975, no Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas - CEPA, e o Núcleo de Línguas do Município de Maceió, criado pela Secretaria de Educação do Município de Maceió. A UFAL oferece à comunidade cursos gratuitos de línguas, nas Casas de Cultura, projeto de extensão⁹. Há o Projeto Casas de Cultura no Campus¹⁰ que oferece cursos de línguas para os alunos do campus A. C. Simões e para a comunidade externa do entorno.

Das instituições públicas de ensino superior, a UFAL e a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) oferecem cursos de Licenciatura em Letras Inglês. Porém, nota-se ainda a grande carência de investimentos e expansões no âmbito educacional em Alagoas.

O estado se depara com sérias deficiências. Tavares & Stella (2011, p. 9) analisaram dados do IBGE e do IDEB e constataram que o estado conta com “o índice médio de 22,5% de pessoas que não sabem ler nem escrever, ficando muito além da média nacional que é de 9%”. Alagoas¹¹ “se encontra em primeiro lugar em analfabetismo em crianças de 10 anos de idade com o índice de 17,8%”. Os autores apontam para a carência na área educacional no estado, em termos de baixa qualidade de ensino e evasão escolar, para depois conduzir sua pesquisa específica na área de língua inglesa.

Esse estudo específico teve por objetivos fazer um “mapeamento da situação do ensino de língua inglesa nas escolas públicas”, por meio de um “levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre o ensino de língua inglesa nas escolas públicas com vistas ao direcionamento das ações relativas à formação de professores na universidade”, bem como realizar um “levantamento de temas relevantes para os professores de língua inglesa com vistas à construção de ações de extensão para os

⁹ A Casa de Cultura Britânica conta com o apoio de bolsistas em treinamento e em estágio.

¹⁰ O Projeto Casas de Cultura no Campus oferece desde 2009 cursos de inglês, francês, espanhol, libras, português instrumental para alunos da graduação do campus A. C. Simões.

¹¹ Atualmente o estado de Alagoas tem 3.120.494 habitantes, conforme dados do IBGE. <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=al>>

docentes em serviço” (TAVARES; STELLA, 2011, p. 10-11). Conclui-se que são necessárias ações no sentido de preparar os docentes, “principalmente no que diz respeito à questão global-local” (TAVARES; STELLA, 2011, p. 2)¹², pois constatou-se a falta de alinhamento entre o ensino da língua inglesa e a realidade complexa de um mundo cada vez mais globalizado.

Os autores apontam que “a formação de professores deve considerar que esse mundo em que estamos inseridos oferece novas formas de se fazer sentido, não considerados pelas formas tradicionais de ensino e aprendizagem de línguas, ocorridos principalmente nas salas de aula do ensino regular” (TAVARES; STELLA, 2011, p. 17). Assim, são extremamente importantes iniciativas que visem um aprimoramento na preparação e formação de profissionais de ensino.

Entre os resultados da pesquisa em questão, destacam-se o enfoque principal na gramática nas aulas de língua inglesa na rede pública. Isso se dá pela dificuldade na fluência, tanto pelos alunos quanto pelos próprios professores. Também foi constatada a dificuldade que os discentes têm em acompanhar as atividades propostas no livro didático, o que leva os professores a adaptarem o material imposto pela instituição. Outro problema enfrentado nas escolas é a falta de motivação do alunado, muitas vezes com dificuldades familiares e financeiras, o que impede que seja atribuída a devida importância à educação.

O curso ora proposto de Letras Inglês Licenciatura objetiva contribuir para diminuir a carência de profissionais qualificados ao propiciar espaços para uma formação crítico-reflexiva para que os licenciados/as de língua inglesa possam atuar no ensino básico da rede pública e privada no Estado de Alagoas de forma conscienciosa e ética.

3.3. A área de Letras – concepções

Pode-se falar de dois grandes modelos teóricos de interpretação da linguagem humana, que foram desenvolvidos a partir do surgimento da Linguística, no começo do século XX: um que entende a língua numa concepção formalista e outro que

¹² De acordo com a tendência atual, os autores propõem uma formação docente à luz dos Novos Letramentos, buscando sustentação teórica em Jordão (2007), Kress (2003), entre outros autores. A respeito de conceitos de global/local, o estudo se baseia em Pennycook (2010) e Rajagopalan (2010).

a entende numa perspectiva social/cultural ou social/discursiva. Esses modelos se distinguem da concepção tradicional, que identifica o estudo da linguagem com o estudo da gramática.

Os estudos dos filósofos gregos caracterizavam-se pela preocupação filosófica, cujo objetivo era perpetuar o patrimônio literário grego. Eles perpetuaram, portanto, uma visão ideológica, elitista e normativa dos estudos de linguagem. Essa concepção persiste até hoje na forma como muitos professores ainda concebem o ensino de língua, confundido com o ensino de gramática descritiva e normativa. A visão normativa da linguagem considera que tudo o que foge à norma padrão é inferior ou não é um fato linguístico legítimo.

A partir do paradigma estruturalista, inicia-se uma nova etapa nos estudos da linguagem. O estruturalismo, tanto na Europa a partir de Ferdinand de Saussure, como nos Estados Unidos a partir de Leonard Bloomfield, caracteriza-se pela centralização em torno da concepção sistêmica da língua, vista como uma entidade abstrata.

Inspirado no racionalismo e na tradição lógica dos estudos da linguagem, o gerativismo de Chomsky entende a língua como “objeto biológico” e propõe uma teoria linguística que satisfaça as condições de adequação descritiva, i.e., oferecer uma descrição das propriedades das línguas particulares, entendidas como o sistema de conhecimento internalizado do falante; e de adequação explicativa, isto é, depreender como cada língua particular pode ser derivada de um estado inicial, geneticamente determinado. O que caracteriza o programa da Gramática Gerativa é a sua natureza mentalista/internalista.

Sob a égide do estruturalismo, desenvolveram-se escolas distintas: a formalista, que propõe uma visão da língua enquanto sistema formal; e a funcionalista de várias tendências, que considera as funções como constitutivas da língua.

Numa posição que visa a ultrapassar a concepção de língua como sistema (estruturalismo) e como conhecimento individual e interno (gerativismo), diferentes abordagens dedicam-se ao estudo da relação entre os aspectos linguísticos e os sociais. Elas diferem entre si quanto à interpretação que dão à natureza dessa relação por meio: da variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as

diferentes análises do discurso: a Análise do Discurso de linha francesa – AD, a Análise do Discurso Bakhtiniana, a Análise Crítica do Discurso, a Análise Semiótica do Discurso, para citar algumas das vertentes principais).

A análise do discurso agrega uma concepção teórica e uma práxis de interpretação, que entende a língua e a linguagem como resultados de processos históricos – como prática de sujeitos. Por meio do discurso que reflete/refrata uma realidade social, o sujeito imprime sua marca na cotidianidade.

No quadro específico da aquisição de linguagem e da aprendizagem de línguas, duas perspectivas de estudo se distinguem: aquelas das Teorias da Aquisição e aquela da Linguística Aplicada.

A área da aquisição de linguagem tradicionalmente dedica-se à investigação da aquisição da língua materna, podendo assumir uma perspectiva inatista ou sócio-interacionista. Os estudos sobre a aquisição da escrita também têm tido um lugar de destaque nas pesquisas da área.

A Linguística Aplicada trabalha numa perspectiva transdisciplinar com foco na linguagem. Sua atuação no ensino e na aprendizagem de línguas apresenta proposta híbrida, tanto teórica como metodológica, objetivando contribuir para a transformação das práticas.

De forma análoga, também a Literatura sofreu várias mudanças nos seus paradigmas de análise. Saiu de uma abordagem meramente periodista e passou a ocupar-se com o estudo das diferentes organizações discursivas e textuais das obras literárias, a partir de perspectivas variadas, como a filosófica, histórica, semiótica, entre outras. Se, no passado recente, o estudo da literatura se reduzia a um desfile de autores/as e obras dispostos em rigorosa cronologia, sem que se fizesse inter-relação entre estilos, procedimentos e gêneros, hoje se pede muito mais do que isso: a compreensão de obras e de autores, e de comportamentos de escrita sempre de acordo com vieses teórico-interpretativos, capazes de integrar conhecimento do universo literário a atitudes críticas, que devem, em qualquer instância, iluminar o artefato literário no que os textos manifestam em sua realização como construção. Nesse sentido, Antonio Candido defende a ideia de que a integralidade da leitura da obra literária só se dá quando, além da fruição dos temas e da percepção da expressão subjetiva de quem escreveu o texto, é reconhecida a dimensão de organização estrutural

desse texto, a qual faz, por exemplo, que determinado tema ou assunto seja entendido ou apreciado ao serem entendidas e avaliadas as suas formas de realização estética.

Além disso, em tempo de multiculturalismo avultam as pesquisas que enfocam e privilegiam o campo cultural do fazer literário, como ocorre no âmbito dos Estudos Culturais, da crítica feminista e da ecocrítica, sem abandonar a pesquisa formal responsável pela detecção, no texto, de seus componentes básicos e estruturais de organização artística.

O ensino da literatura, no ensino médio, ainda se ressentido de certo anacronismo, por não discutir o caráter de construção do texto na sua íntima relação com os temas e com os grupos sociais dos quais fazem parte os textos efetivamente produzidos. Minimizando a compreensão da literatura como trabalho e produção, em geral, ainda se mantém, nesse nível de ensino, a ilusão de que o texto é resultado de um capricho de eleitos e que, para melhor fruí-lo, basta entrar em contato com o cânon e com a decifração de recursos retórico-estilísticos, como se estes não participassem também de outras modalidades de gêneros textuais, como o texto jornalístico, o científico, o religioso, entre outros. É relevante ver o que a literatura tem de particular, seus processos formais de significação, e em que aspecto ela se articula com os demais gêneros textuais e com a própria existência concreta dos homens em sociedade.

A literatura está longe, por conseguinte, de ser um gênero discursivo à parte, pois, nas mais diversas situações cotidianas, entramos em relação direta com manifestações artísticas e com o imaginário, de que são exemplos o teatro de rua, a telenovela, a história em quadrinhos, a canção popular, as adivinhas, entre outras linguagens que fazem uso de uma diversidade de outros instrumentos midiáticos. Na atualidade não se pode mais desconsiderar a força do meio eletrônico, que convive com o livro de papel e tinta. Isso só comprova que o “direito à literatura” — expressão feliz de Antonio Candido — é um dado permanente na vida diária, da mais elitizada à mais humilde. Falar em arte, em qualquer uma de suas manifestações, é falar do sujeito e da sociedade que o abriga. A velocidade da vida diária na contemporaneidade não atenuou a relação com o imaginário e com a importância que deve assumir a literatura; apenas alterou as formas de percepção e os modos de propagação e de produção do texto literário, obrigando o/a crítico/a a rever constantemente seus critérios de análise, seus conceitos, todos em constante mutação, situação que faz voltar o olhar,

afirmativamente, para a comunidade de leitores, cuja formação é compromisso do ensino, em qualquer nível.

3.4. Competências e habilidades

Os embates mencionados entre os paradigmas de estudo das línguas, em sua manifestação ordinária ou artística, apontam para a necessidade de os profissionais reconhecerem a provisoriabilidade das múltiplas posições em que sua área está colocada, em função das múltiplas mudanças discursivas que constituem a própria sociedade. Sob tal óptica, coloca-se como trabalho do professor o questionamento e a interrogação permanentes das "grandes narrativas filosóficas e científicas", para desestabilizar e desnaturalizar o discurso único.

Entretanto, cumpre acrescentar que a complexidade dos saberes envolvidos no projeto pedagógico do licenciado em Letras Inglês, não prescinde de uma formação específica daquele que lida com a língua/linguagem como objeto principal de seu trabalho. Assim, questões específicas da prática pedagógica do professor, da mesma forma que necessitam de uma visão ampla do processo educativo, não são resolvidas por meio de conhecimentos pedagógicos generalizantes acerca de sua profissão e de suas práticas.

Nessa perspectiva, a prática específica de quem trabalha com a língua/linguagem exige saberes estreitamente ligados à área de estudo. A área dispõe de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento sobre ensino e sobre aquisição que articulam diferentes contribuições da Linguística, da Linguística Aplicada e da Educação. Para citar exemplos, no âmbito da profissão docente, a área já desenvolve pesquisas sobre temas como: o professor e sua relação com as propostas teóricas da Linguística Aplicada e da Literatura, veiculadas nos materiais didáticos; o professor e sua relação com as propostas curriculares para o ensino de língua e de literatura; o professor e sua relação com o livro didático de língua adicional; o professor de língua/literatura como pesquisador; o professor e as mídias para o ensino de inglês no ensino fundamental.

A articulação entre teoria e prática se efetiva concretamente por meio desses conhecimentos específicos da área de estudos nas diferentes disciplinas do curso e, principalmente, nas quatro disciplinas Habilidades integradas para

ensino-aprendizagem de inglês, distribuídas ao longo do curso. Sem isso, os saberes permaneceriam estanques e pouco relacionados com o exercício específico da docência nas disciplinas.

As diretrizes curriculares nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) dos diferentes níveis de ensino, as Orientações Curriculares do Ensino Médio (OCEM) e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil, têm colocado, de acordo com uma tendência mundial, a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual.

Apesar de não existir uma noção clara e partilhada das competências, segundo Perrenoud (1999), é possível entender competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Neste sentido, destaca-se o termo “mobilizar”, pois a competência não é o uso estático de regras aprendidas, mas uma capacidade de lançar mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora, no momento e do modo necessário. A competência abarca, portanto, um conjunto de elementos. Perrenoud trata de esquemas, em um sentido muito próprio.

Seguindo a concepção piagetiana, o esquema é uma estrutura invariante de uma operação ou de uma ação. Não está, entretanto, condenado a uma repetição idêntica, mas pode sofrer acomodações, dependendo da situação. A competência implica uma mobilização dos conhecimentos e esquemas para desenvolver respostas inéditas, criativas, eficazes para problemas novos. Diz Perrenoud (1999) que “uma competência orchestra um conjunto de esquemas. Envolve diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação” (p. 20).

Em geral, as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não "pertence" a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

É preciso que se ensine a comparar, classificar, analisar, discutir, descrever, opinar, julgar, fazer generalizações, analogias, diagnósticos, entre outras coisas, independentemente do objeto comparado ou classificado, por exemplo. Caso contrário,

o foco tenderá a permanecer no conteúdo e as competências e habilidades serão vistas de modo minimalista.

O futuro docente de língua e literatura deve aprender a compreender os fenômenos e não a memorizar elementos. As informações são importantes, mas sua aquisição deve estar direcionada para a compreensão.

A renovação tecnológica acelerada e a velocidade de produção e circulação de informações levam a pensar que, no momento, a educação deve produzir no aluno uma capacidade de continuar aprendendo. Não se trata de acumular informações, porque elas estão disponíveis a quase qualquer um, mas de desenvolver-se individualmente, atingindo a maturidade necessária para operar com a abundância de conteúdos de forma crítica e responsável.

O Curso de Letras Inglês da UFAL está sendo pensado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa. Isso significa que não é um curso que vise, exclusiva e prioritariamente, ao aprendizado da norma culta da língua, em sua modalidade escrita, por exemplo, mas um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre os fatos linguísticos e literários, por meio da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuário da língua e de leitor de mundo, a formação de profissionais aptos a ensinar essas habilidades.

É importante destacar que não se está entendendo aqui competência como um conceito fechado e dado a priori, mas uma competência contingenciada por demandas gerais da sociedade brasileira e específicas da Universidade e do próprio curso. Na atual contingência, essa macrocompetência está em conformidade com o marco referencial do projeto, e envolve as seguintes habilidades:

Gerais

- Raciocínio lógico, análise e síntese;
- Leitura e escrita, numa perspectiva da produção de sentido e compreensão de mundo,
- Leitura e escrita proficientes de diferentes gêneros discursivos;
- Utilização de metodologias de investigação científica;

- Assimilação, articulação e sistematização de conhecimentos teóricos e metodológicos para a prática do ensino;
- Utilização de recursos de informática necessários à sua formação.

Específicas

- Descrição e explicação de características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas de variedades da língua em estudo;
- Compreensão, à luz de diferentes referenciais teóricos, de fatos linguísticos e literários, tendo em vista a condução de investigações sobre a linguagem e sobre os problemas relacionados ao ensino-aprendizagem de língua;
- Estabelecimento e discussão de relações entre textos literários e outros tipos de discursos, com os contextos em que se inserem;
- Relação do texto literário com problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções do presente;
- Compreensão e aplicação de diferentes teorias, métodos, perspectivas e abordagens de ensino que permitem a transposição didática do trabalho com a língua e suas literaturas, para a educação básica.

3.5. Curso Letras Inglês e internacionalização

A licenciatura em Letras Inglês contribui com a internacionalização da universidade ao aproveitar os estudos realizados em outras universidades, no caso do intercâmbio, e ao incentivar a participação dos alunos nos cursos de extensão que é considerada como Atividade Científico-Acadêmico-Cultural.

A divulgação de intercâmbios para a comunidade acadêmica e o acolhimento e acompanhamento irrestrito das inscrições pelas coordenações, com a orientação da Assessoria de Intercâmbio Internacional, é uma ação que norteia o curso.

O Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou, em 26 de março de 2018, o Plano Institucional de Internacionalização da Universidade (resolução 16/2018), que tem como objetivo “consolidar uma cultura de internacionalização da Ufal, com ações

que envolvem capacitação, mobilidade, intercâmbio e cooperação técnica internacional”. Dentre as ações previstas no Plano, encontram-se as seguintes:

- a. implementar uma política de linguística;
- b. desenvolver uma política de parcerias institucionais;
- c. aumentar a presença de estudantes estrangeiros;
- d. aprimorar e desenvolver programas conjuntos com parceiros estratégicos.

Neste Plano, uma das recomendações que se relaciona ao curso de Letras Inglês se encontra no item 5.8.3 retirado do Relatório Final 2016/2017 - Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020: “Prover as condições para maior domínio da língua inglesa por docentes, pesquisadores e alunos nas IES brasileiras e, por decorrência, oportunizar ambientes de ensino, pesquisa e convivência neste idioma”. Entende-se que uma dos objetivos centrais é a manutenção das ofertas de cursos de línguas pelo Programa Idiomas Sem Fronteiras[1], pelas Casas de Cultura[2] e pela Casas de Cultura no Campus[3].

[1] Informações sobre o Programa Idiomas sem Fronteiras: <https://isfaluno.mec.gov.br> e informações sobre a oferta das ações do Programa Idiomas sem Fronteiras na UFAL: <https://ufal.br/ufal/noticias/2018/4/asi-divulga-acoes-gratuitas-do-idiomas-sem-fronteiras-na-ufal>

[2] Informações sobre o Projeto Casas de Cultura no Espaço Cultural podem ser acessadas pelo link: <https://ufal.br/ufal/noticias/2018/3/casas-de-cultura-da-ufal-abrem-inscricoes-para-novatos-e-rematriculados>

[3] Informações do edital ofertado pelo Projeto Casas de Cultura no Campus: <https://ufal.br/estudante/noticias/2018/6/casas-de-cultura-no-campus-abrem-inscricoes-para-cursos-de-linguas>

4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Alagoas, o ensino de graduação adotará políticas centradas em três grandes eixos, visando à melhoria contínua da oferta de seus cursos, a formação cidadã, o reconhecimento pela sociedade e a garantia de formação adequada ao perfil de egresso desejado. Isso passa necessariamente por inovação e qualificação, internacionalização, e gestão acadêmica (UFAL, 2013-1017, p. 43-44).

Segundo o documento, a universidade “deve possibilitar uma revisão permanente dos seus projetos pedagógicos, incluindo nesse debate os novos desenhos curriculares, inclusive aqueles já implantados quando da interiorização”, observando “novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas”, a saber:

O uso das ferramentas de tecnologias atuais por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem;

Produção de material instrucional pelos docentes;

Implantação de sistemas de tutoria e reforço das monitorias, sejam elas via presencial ou a distância;

Adoção de metodologias, perspectivas ou abordagens inovadoras como Problem-Based Learning (PBL), a gamificação e os letramentos;

Ampliação dos seminários integradores, Habilidades integradas para o ensino-aprendizagem da língua inglesa e/ou seminários temáticos;

Formação de grupos de aprendizagem, coordenados por docentes e acompanhados por alunos dos anos finais, criando assim uma ampla rede de atendimento didático pedagógico;

Fomentar demais estruturas didático-pedagógicas;

Intensificar a mobilidade intra e interinstitucional como forma de ampliar conhecimentos, saberes e culturas. (UFAL, 2013-2017, p. 44).

Seguindo os princípios estabelecidos no PPI da UFAL, o Curso de Letras Inglês busca a articulação entre teoria e prática, como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os/as alunos/as se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes

aspectos e influenciem nas soluções. Assim o/a aluno/a sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento. Sabe-se que, toda e qualquer prática implica uma ação reflexiva, uma atividade de atuação consciente em que se delimitam planos de ação visando a determinados resultados. Deste modo, a prática constitui uma das dimensões para a produção de conhecimentos, um exercício através do qual o/a aluno/a poderá teorizar e analisar sob a orientação de princípios teóricos e metodológicos o objeto de estudo. Em concordância com o PPI da UFAL, o Curso de Letras Inglês, compreende a necessidade de superar a concepção de que a prática se limita somente ao estágio supervisionado, que se restringe ao espaço das práticas profissionais previstas para uma determinada área, e busca, por meio de atividades de Pesquisa e Extensão, ampliar o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo, a fim de que o/a aluno/a alcance uma autonomia intelectual.

Considera-se que uma “formação completa deve também levar em consideração a inclusão dos estudos dos direitos humanos, da sustentabilidade, da acessibilidade, das questões étnicos raciais e afro descendentes e, por fim, do empreendedorismo” (UFAL, 2013-2017, p. 44). Na graduação, a flexibilização curricular é fundamental para o processo de “internacionalização [...], que implica na criação de novas normas de aproveitamento de estudos e adequação curricular para permitir o ir e vir dos sujeitos da aprendizagem” (UFAL, 2013-2017, p. 44).

O ensino de graduação terá como planejamento maior o Projeto Pedagógico do Curso, baseado no Projeto Pedagógico Institucional. O plano de ações para suportar a oferta semestral dos cursos deve ser elaborado e/ou revisado periodicamente, sob a supervisão do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (UFAL, 2013-2017, p. 44-45). Periodicamente deve haver “processo de avaliação, observando a atuação do docente, a participação dos discentes, os pontos relevantes no processo de ensino-aprendizagem e, não menos importantes, os indicadores de sucesso comumente conhecidos como evasão e retenção” (UFAL, 2013-2017, p. 45). A avaliação “deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano pedagógico e das atividades curriculares”, requerendo, “por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas” (UFAL, 2013-2017, p. 45).

O Colegiado do Curso deve manter reuniões periódicas, e o NDE deve fazer o planejamento de médio a longo prazo dos cursos. A avaliação “transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL” (UFAL, 2013-2017, p. 45). Há também o Fórum dos Colegiados e Fórum das Licenciaturas, que proporciona discussões e analisa propostas normativas e soluções.

4.1 Pesquisa

Dado o caráter interdisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

No âmbito do curso de Letras Inglês, a pesquisa por ser iniciada desde o primeiro período, por meio das Habilidades integradas para ensino-aprendizagem de inglês, pois têm caráter interdisciplinar, e busca fortalecer a articulação entre teoria e prática, valorizando não só a pesquisa individual, como também a coletiva, proporcionando ao futuro professor oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões na sua prática docente, com base na integração dos conteúdos ministrados nas disciplinas.

Na disciplina Pesquisas Teóricas e aplicadas em Letras e Linguística, o/a aluno/a iniciará sua pesquisa individual, desenvolvendo seu pré-projeto de pesquisa e escolhendo um/a orientador/a para o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

4.1.1. Grupos de Pesquisa

Os Grupos de Pesquisa são espaços em que os integrantes da graduação, da pós-graduação e pesquisadores realizam pesquisas e produções acadêmicas e compartilham experiências teórico-acadêmicas. Possuem um elo integrador porque atraem graduandos, egressos e pesquisadores que objetivam:

- a. Articular a pesquisa e sua atuação profissional;

b. Possibilitar o aprofundamento das discussões teórico-práticas,

c. Estabelecer e aprofundar redes de atualização sobre conhecimento teórico e saberes contemporâneos;

Abaixo, encontra-se primeiramente a descrição dos grupos de pesquisa cujos líderes pertencem ao Curso Letras Inglês. Em seguida, a descrição de grupos dos cursos de Letras Português, Letras Libras, Letras Espanhol e Letras Francês.

Literatura e utopia

Criado em 2000, o grupo vem desenvolvendo projetos de pesquisa em vários níveis (TCC, PIBIC, mestrado, doutorado), e as/os integrantes têm produzido e apresentado trabalhos em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Possui ligações com as seguintes associações nacionais e internacionais: Anpoll, Abralic, Abrapui, Society for Utopian Studies (Europe), Centro Interdipartimentale di Reserca Sull'Utopia (Itália), Ralahine Centre for Utopian Studies (Irlanda). As produções do grupo, veiculadas em artigos em periódicos acadêmicos e de circulação mais abrangente, capítulos, coletâneas e livros, convergem para o objetivo central unindo os projetos, concluídos e em andamento: estudar várias tradições, gêneros, textos e/ou experiências artísticas e comunitárias, sob a perspectiva dos estudos culturais, centrada nos estudos críticos da utopia, enfocando as interrelações entre literatura, cultura, sociedade. Já realizamos quatro colóquios locais e um evento de âmbito nacional, o MINUTO 1 (Movências Interdisciplinares da Utopia). Mantemos o projeto de extensão CINETOPIAS (amostra de filmes) que já segue em várias edições; o concurso Poesia e Utopia (com duas edições realizadas); e iniciamos a série Modus Utopicus, com a publicação de *Distopia: Fragmentos de um Céu Límpido* (Maceió: Edufal, 2016). O grupo conta com dezessete pesquisadores/as de dez universidades brasileiras e vinte e oito estudantes de graduação e pós, atuando nas seguintes linhas de pesquisa: distopia e violência, utopia e arte, utopia e estudos de gênero, utopia e poesia, utopia e tradução, utopias da/na América Latina, utopismos contemporâneos e utopismos literários em língua portuguesa. Nossa página é: <https://www.literaturaeutopia.net>.

Observatório da linguagem em uso (ObservU)

O ObservU foi criado em 2006 com o intuito de desenvolver pesquisas que mostram as relações estabelecidas no discurso em diversos contextos, sejam elas estabelecidas em salas de aula, consultas médicas, entrevistas jornalísticas, textos literários, contextos digitais, entre outros. Os/As pesquisadores/as do grupo são nove doutores que compartilham de reflexões sobre globalização, estudos culturais, pós-colonialismo e hibridismo cultural. A metodologia de cunho etnográfico, utiliza como instrumentos de coleta gravações em áudio e em vídeo, questionários, entrevistas e notas de campo, documentos e textos literários. Questões que afetam a linguagem em uso são o foco das pesquisas, analisando elementos como a relação entre linguagem e cultura, transculturalidade, preconceito e tolerância na linguagem, preservação da face, crenças sobre a linguagem, novos letramentos e multiletramentos e material digital. O grupo participa ativamente de seminários, congressos e eventos locais regionais, nacionais e internacionais. Há, também, uma crescente produção bibliográfica.

Letramentos, Educação e Transculturalidade – LET

O grupo LET, criado em 2013, objetiva investigar contextos sócio-cultural-políticos diversos envolvendo ensino-aprendizagem de línguas adicionais, a formação de professores e formação de formadores dessas línguas, visando uma proposta de educação crítica. Objetiva, portanto, fomentar investigações em realidades múltiplas e heterogêneas para entender e proporcionar propostas que atendam aos interesses da comunidade investigada (seja na modalidade presencial, semipresencial ou a distância). Para tanto, as questões políticas, sociais, culturais, históricas, econômicas, por exemplo, serão consideradas. As perspectivas teóricas que o grupo atualmente segue são: letramentos, decolonialidade, transculturalidade, metodologias ativas entre outras. Os pesquisadores do grupo são professores de línguas adicionais da UFPI, UFPB, UFMS e UFS que optam por pesquisas qualitativas que enfocam a autoetnografia, a etnografia, a pesquisa narrativa, estudos de caso e a pesquisa ação. O grupo tem desenvolvido projetos de pesquisa em vários níveis (TCC, PIBIC, mestrado, doutorado), e as/os integrantes investigam e apresentam trabalhos em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. O grupo está vinculado à linha Linguística Aplicada do Programa de

Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) e sediado no campus de Maceió da Universidade Federal de Alagoas. O grupo trabalha em dois grandes projetos de extensão: o Projeto Casas de Cultura no Campus (ensino de inglês e espanhol) para graduandos e comunidade externa e cursos anuais de formação continuada para professores de inglês da rede pública de Alagoas. O grupo tem participado dos últimos eventos de formação de professores de línguas na UFPB e na UFS.

Mare&sal Estudos e Pesquisas Interdisciplinares

O grupo Mare&sal, criado em 1997, na UFAL, é interdisciplinar e desenvolve pesquisas em estudos de gênero associadas a várias áreas do conhecimento: literatura, psicanálise, direitos humanos sociais, filosofia e serviço social. Vincula-se ao PPG Letras, à Faculdade de Letras, onde atua a sua líder; à de Medicina, onde atua a vice-líder; vincula-se ainda às Unidades de Educação, C. Humanas, Comunic. Social e Artes, e Serviço Social, além do Núcleo Temático Mulher & Cidadania. O Mare&sal também colabora com outros grupos, como Literatura e utopia, da UFAL. O projeto "Resgate e representação da identidade de gênero de mulheres na ciência e nas artes", financiado pelo CNPq (1999-2001), envolveu a UFAL, UFBA e UFRPE, tendo resultado na publicação da Coleção Mare&sal (3 volumes). O grupo tem formado pesquisadoras/es da IC ao doutorado nas várias áreas do conhecimento. Conta hoje com seis pesquisador@s (+10 discentes) cujos projetos convergem para o feminismo em suas várias vertentes, em diálogo com outros campos do conhecimento. Sua líder é pesquisadora do CNPq, nível 2. O grupo reúne-se periodicamente para estudos e debates relacionados às pesquisas. Projetos atuais: 1) Traduições da cultura: uma antologia interdisciplinar ... (UFAL/UFSC/ CNPq); 2) Reconfigurações feministas na poesia de G. Nichols (financ. CNPq); 3) Corpo e exílio na narrativa de Lya Luft; 4) Compreendendo a realização progressiva do direito à alimentação ...: o caso das travestis em Maceió, Al (financiamento Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos); 5) Representações sociais de gênero, étnico/raciais e de sexualidade entre os profissionais do magistério; 5) Identidades de gênero de jovens do sexo masculino, em Maceió:... (Edufal: 2009); O corpo em revista (Edufal: 2005) e a "Coleção Mare&sal" (Edufal/CNPq, 2002 e 2003). Homepage em construção.

Estudos em Fonética e Fonologia

O Grupo de Estudos em Fonética e Fonologia (FonUFAL) desenvolve pesquisas de caráter teórico-experimental, com foco na descrição e análise de aspectos fonéticos e fonológicos de variedades do português, do espanhol, do inglês, de línguas indígenas e de línguas de sinais. Trabalhos recentes incluem: o estudo do papel da prosódia na estruturação do discurso, na desambiguação de orações e na aquisição da linguagem; a documentação de línguas indígenas e de língua de sinais; a caracterização de erros no processo de ensino/aprendizagem de LA; a análise da laringalização no português, da duração no yaathe e da nasalização no português e no yaathe; a descrição da interlíngua de aprendizes do espanhol; o papel da fonologia frasal e da prosódia no processo de ensino/aprendizagem de LA.

Línguas Brasileiras: análise, aquisição e ensino

O grupo objetiva agrupar projetos dedicados a: 1) descrição, análise e documentação de línguas brasileiras, incluindo-se o português, as línguas indígenas e a língua brasileira de sinais (libras); 2) aquisição da linguagem oral e escrita pela criança, a aquisição da escrita por jovens e adultos, a aquisição de libras e do português escrito pelo sujeito surdo, e 3) reflexão sobre teorias, métodos e epistemologia no campo da linguística e seus desdobramentos para o ensino de línguas.

Programa de Estudos Linguísticos

O grupo de pesquisas Programa de Estudos Linguísticos (PRELIN) foi criado em 1992 e, desde então, vem desenvolvendo inúmeras pesquisas em Sintaxe Gerativa. Tais estudos objetivam observar, descrever e explicar fenômenos sintáticos de línguas naturais. Os estudos desenvolvidos pelo grupo incluem trabalhos nas linhas de investigação de Teoria da Gramática, de Aquisição da Sintaxe, de Sintaxe Comparativa e de Linguística Educacional. Estas pesquisas envolveram e envolvem alunos de graduação, pós-graduação e professores pesquisadores da UFAL e de outras instituições do Brasil e do exterior.

Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia (GEDON)

Este grupo tem por objetivos desenvolver estudos e pesquisas na área de Análise do Discurso de linha francesa (AD), procurando, através de diversos tipos de materialidades (discurso político, midiático, educacional, jurídico, religioso, científico e discursos do cotidiano), desvelar os conflitos sociais na sociedade capitalista, com ênfase no sujeito de classe e nas relações de opressão que, em suas formas de manifestação discursiva, expressam a simultaneidade contraditória entre dominante e dominado.

Grupo de Estudos do Texto e da Leitura

Os estudos sobre texto, discurso, leitura, cognição, escrita, gêneros textuais e letramento são de extrema importância para os cursos de graduação e pós-graduação das áreas de Letras, Linguística e Educação, já que essas áreas são responsáveis pela formação de professores de línguas e literatura, além de outros educadores e profissionais que lidam com a questão da linguagem (alfabetizadores, redatores, revisores, dentre outros). O grupo de estudos aqui proposto deve se configurar como um espaço inter e multidisciplinar que deverá abranger estudos, pesquisas, eventos e publicações que terão como alvo principal os professores do ensino básico, alunos da graduação nas áreas referidas, cujos interesses se ligam a essa importante atividade humana ? a (língua)gem e a interação social, seus usos, modos, funções, construtos, suportes e mediações. Consideramos também que o referido grupo será uma forma de nossos programas de pós-graduação darem um efetivo retorno social, uma contribuição significativa para minimizar, de alguma forma, o atual quadro de crise em que se encontra o ensino na escola básica no nosso Estado.

Ensino e aprendizagem de línguas

Descrição: Criado em 1995, o grupo de estudos Ensino e aprendizagem de línguas pertence ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da UFAL e está situado na linha de pesquisa "Linguística Aplicada" do mesmo

Programa. Ele tem participado ativamente das discussões relativas às questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem de línguas (materna e estrangeira) inseridas nas pesquisas desse grupo, tais como: leitura e produção de texto na oralidade e na escrita; gramática na sala de aula; interface LM e LE; interrelações entre as modalidades oral e escrita; interação e discurso na sala de aula; linguagem, cultura e identidade; formação de professores e de formadores de professores; multiletramentos; tecnologias da contemporaneidade e ensino. Essa participação se dá através de apresentações em diversos eventos nacionais e internacionais, bem como através da publicação de livros, capítulos de livros, artigos em periódicos e anais, dentre outros. A atuação do grupo também se verifica nas contribuições para a transformação das práticas em sala de aula e para a formação do professor e dos alunos pesquisadores, uma vez que a metodologia da pesquisa ação utilizada em várias pesquisas do grupo contempla essas dimensões.

Poesia Brasileira e História

Fundamentado em estudos de teoria e crítica literárias e em ensaios historiográficos, o projeto analisa obras poéticas com o propósito de pesquisar as relações entre Literatura e História – campo ainda pouco explorado na prática analítica. Seu corpus abrange poetas pertencentes às diversas tradições literárias que por aqui se constituíram desde o século XVIII, e vêm se formando na atualidade. Desenvolvida no local de trabalho (PPGLL/Ufal) da líder do grupo, a pesquisa manifesta interesse por poetas esquecidos, quase ausentes de nossa historiografia literária.

História e construção literária na prosa brasileira

O grupo de pesquisa, intitulado História e construção literária na prosa brasileira, está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, onde atua a líder do grupo. A pesquisa visa à análise dos elementos formais de textos literários brasileiros, examinados em correlação com seu quadro histórico de referência.

4.2. Extensão

O conceito assumido pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras tem como referência a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 17), que entende a extensão como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”. Tendo como horizonte essa concepção, a UFAL compromete-se em formar profissionais com alto compromisso ético, com respeito ao meio ambiente e com forte consciência social. A participação do aluno é um dos pilares das ações que viabiliza a extensão como momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatória para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrada a programas decorrentes das Unidades Acadêmicas e à temática curricular, sendo computada para a integralização do currículo dos discentes.

Assim, a Universidade Federal de Alagoas assume a extensão como uma das dimensões da vida acadêmica, como uma forma de vivenciar o processo ensino-aprendizagem além dos limites da sala de aula, articulando a universidade às diversas organizações da sociedade, numa enriquecedora troca de conhecimentos e experiências que favorece a visão integrada do social. Por fazer parte de vida acadêmica de alunos, técnicos e professores, a extensão se materializa através de programas e projetos apresentados e assumidos pelas diversas Unidades Acadêmicas. A política de extensão, assim entendida, transforma em atividades integradas os programas e projetos acadêmicos, bem como outras ações realizadas junto à comunidade.

A LDB (lei 9.394/96) traz entre seus princípios a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IES adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos, tanto voltados à formação profissional quanto às ciências ou às artes. Cumpre destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo. A Universidade Federal de Alagoas atua

em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho, tendo, em 2011 realizado 802 destas ações.

No que diz respeito às ações extensionistas do Curso Letras Inglês, há atualmente dois Programas de Extensão aos quais essas ações estão vinculadas: o FALE em Linguagens e o Casas de Cultura.

O Programa de Extensão FALE em Linguagens da Faculdade de Letras visa a integrar projetos e ações de extensão da Faculdade de Letras, buscando ampliar os conhecimentos acerca da realidade vivenciada nos vários campos de atuação do profissional de Letras, a partir das ações de extensão. Esse Programa se justifica pela premência de desenvolver ações que considerem resultados de pesquisas desenvolvidas na área dos estudos da linguagem e que articulem conhecimentos construídos por meio da interdisciplinaridade, como aquelas que consideram as contribuições da Linguística, Literatura e da Educação, em diálogo com a sociedade.

Outrossim, a área de língua inglesa abrange uma diversificação de especialidades dos professores, conferindo ao Programa um amplo escopo nos estudos da linguagem e literatura. Entre as áreas de atuação figuram ações fundamentadas na Linguística Aplicada, Estudos Culturais, Teorias do Discurso, Educação para o trabalho, entre outros.

Dentre as ações ligadas a esse Programa destaca-se o projeto “Cinetopias”, vinculado ao grupo de Pesquisa Literatura e Utopia. Esta ação, que ocorre anualmente, tem o intuito de divulgar e ampliar as discussões sobre o pensamento e as produções de narrativas (cinematográficas e literárias) utopistas e, assim, poder desenvolver a consciência social e urbana na comunidade acadêmica e em geral, com base em referentes culturais e artísticos.

Outras ações de extensão vinculadas ao Programa em epígrafe a título de exemplo são os que ocorrem nas escolas públicas e que têm como objetivo o desenvolvimento das práticas letradas por meio de trabalhos de intervenção, como os projetos “Eu, leitor/a no/do mundo” e “O ensino de língua inglesa na perspectiva dos letramentos”.

Já o Programa de Extensão Casas de Cultura da Faculdade de Letras da UFAL abarca dois projetos que têm caráter contínuo:

1- Projeto Casa de Cultura no Campus (CCC - Língua Inglesa);

2- Projeto Casa de Cultura Britânica (CCB).

O projeto Casas de Cultura no Campus tem como objetivo oferecer espaços para que os licenciandos do Curso Letras Inglês enriqueçam sua formação como professores em formação inicial (PFI) de inglês ensinando a língua inglesa para os acadêmicos da UFAL e alunos de escolas públicas parceiras do projeto. Este projeto justifica-se pela necessidade de atender às demandas sociais em decorrência de compressão espaço-tempo devido ao processo de globalização. Esse cenário leva à premência da interação em nível transnacional, ampliando o acesso para a difusão e o desenvolvimento/ aprofundamento linguístico.

Acreditamos que o processo ensino-aprendizagem em Língua Inglesa poderá ampliar os conhecimentos culturais, políticos, sociais, linguístico-discursivos dos participantes do projeto, assim como o contato com o outro e a participação cidadã e transformadora, em diferentes contextos. Assim, o projeto contempla as seguintes demandas sociais:

- Possibilitar a aprendizagem da língua inglesa e suas literaturas com a finalidade de promover a interação e a aproximação com outras culturas.
- Contribuir para o processo de formação dos estudantes envolvidos (tanto os acadêmicos de Letras, quanto aos universitários da UFAL e a comunidade externa - alunos de escolas públicas) para a participação cidadã e a inserção no mercado de trabalho.
- Favorecer a formação crítica, cidadã, política e transformadora dos participantes do projeto a partir de atividades significativas que envolvem a compreensão e produção oral e escrita em língua inglesa.
- Proporcionar o autoconhecimento do sujeito a partir do descobrimento do estrangeiro. Acreditamos que o contato com o outro de uma perspectiva ao mesmo tempo acolhedora e crítica permitirá a nossos alunos refletirem sobre seus próprios valores para atuação local, regional, nacional e global.

Defendemos que a formação do professor de inglês deve ser direcionada para a valorização e consideração das subjetividades com as quais lidará durante o processo de ensino-aprendizagem. Além do mais, é importante que o professor compreenda a língua não só como um conjunto de regras, mas também como elemento constituído de significados e valores. Essa compreensão constitui-se como base da formação reflexiva. Portanto, com a intenção de contribuir para essa formação crítico-reflexiva dos participantes do projeto, objetivamos não só auxiliar no desenvolvimento das habilidades linguísticas na língua alvo, mas também no trabalho com a pesquisa que possibilite a reflexão sobre a relação entre práticas docentes e teorias. Em outras palavras, nossa preocupação volta-se, essencialmente, para a formação crítico-reflexiva dos estudantes (FREIRE, 1970).

O projeto Casa de Cultura Britânica (CCB), vinculado à Faculdade de Letras da UFAL, é desenvolvido no Espaço Cultural Universitário da UFAL. O projeto trabalha em duas vertentes: uma visa ao aprimoramento dos alunos do Curso Letras Inglês, oferecendo espaço formativo para os/as licenciandos/as. Outra vertente do projeto tem como proposta a socialização do saber acadêmico estabelecendo uma dinâmica que contribui para a participação da comunidade na vida universitária, a divulgação da cultura dos países que têm o idioma inglês como língua oficial e para a promoção de cursos de língua inglesa em diferentes níveis, contribuindo para a formação integral da comunidade, desenvolvendo, por meio do ensino/aprendizagem de línguas, diferentes maneiras de pensar e agir na sociedade.

Além dos objetivos acima mencionados, o projeto propicia o contato com uma nova fonte de conhecimento de grande importância para a formação do indivíduo, possibilitando, ainda, espaços para o intercâmbio intercultural, envolvendo a cultura brasileira e a dos países que falam a língua inglesa.

Para alcançar tais objetivos, é importante desenvolver uma série de atividades que visem:

- promover o ensino/aprendizagem da língua inglesa e suas literaturas;
- desenvolver uma consciência intercultural, resultado do conhecimento, percepção e compreensão da relação entre a cultura de origem e a da comunidade objeto de estudo;

- responder a uma demanda social da comunidade através do ensino da língua inglesa;
- proporcionar uma prática reflexiva para os/as alunos/as graduandos/as de Letras Inglês da UFAL, que atuam no projeto como estagiários/as;
- criar oportunidades de estímulo ao intercâmbio acadêmico e cultural tendo como foco a língua inglesa e as manifestações culturais a ela vinculada.

Com o cumprimento dos objetivos de ambos projetos, permitimos aos/às nossos/as discentes aprofundar a sua formação pedagógica intensificando a aprendizagem da língua e das culturas envolvidas. Além disso, proporcionamos aos/às alunos/as participantes um campo de pesquisa e reflexão da sua prática docente para enriquecimento da sua formação inicial, favorecendo assim seu desenvolvimento profissional.

À população atendida permitiremos a inserção no mundo de um modo mais amplo, favorecendo o acesso à língua estrangeira e aos meios culturais e profissionais plurilíngues. Dessa forma possibilitamos aos indivíduos uma relação de forma efetiva e eficaz em diversos contextos socioculturais alcançando, ao mesmo tempo, uma compreensão aprofundada de sua própria identidade social e cultural.

Com a curricularização da extensão, em concordância com a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que assegura, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, o aluno do curso de Letras Inglês terá a oportunidade de se engajar em atividades de extensão que seguem os parâmetros estabelecidos pelo Curso e pela Pró-Reitoria de Extensão.

4.2.1. Programa de Extensão Curricularizada do Curso de Letras Inglês (PEC-Inglês)

Ementa: o PEC-Inglês desenvolverá atividades curricularizadas de extensão nas modalidades projeto, produto acadêmico e evento, para o atendimento de demandas identificadas a partir do levantamento de necessidades de grupos e/ou movimentos sociais de Alagoas no âmbito do ensino-aprendizagem de língua inglesa e suas literaturas, tendo os/as licenciandos/as como protagonistas supervisionados por docentes vinculados/as ao Curso Letras Inglês da FALE-UFAL.

Apresentação

Em consonância com a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012, p. 17), que preconiza que “[a] Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”, este Programa tem como objetivo abarcar as atividades curriculares de extensão (doravante ACEs), vinculadas ao curso de Licenciatura em Letras - Inglês (presencial) da Faculdade de Letras no campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas.

Haja vista que a prática docente ultrapassa a aplicação de técnicas de ensino e engloba (SCHÖN, 1987) Tais atividades oferecem ao/à graduando/a a oportunidade de refletir sobre a relação da universidade com outros setores sociais, viabilizando a troca de saberes articulada com as práticas de ensino e pesquisa sob uma perspectiva crítica-reflexiva.

Portanto, as ACEs garantem a interação dialógica entre a universidade e a sociedade, possibilitando, assim, uma visão transformadora na formação discente.

Áreas temáticas e Linhas de Extensão

O PEC-Inglês atuará dentro da área temática Educação tendo como subárea a Cultura no âmbito das seguintes linhas de extensão, preconizadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2007, pág. 28-34), no que diz respeito à organização e sistematização da extensão

universitária: Línguas Estrangeiras (código 31), Formação de professores (código 21) e Mídias (código 34).

Modalidades de Extensão

O Programa de extensão da licenciatura em Letras - Inglês compreende três modalidades distintas de atividades, em consonância com as diretrizes regulamentadas pela resolução 04/2018 do CONSUNI/UFAL, sendo elas: projeto de extensão, evento e produto acadêmico.

Para a primeira modalidade, dois projetos de extensão serão ofertados e terão duração de dois semestres cada, com carga horária total de 220 horas. Eles serão desenvolvidos a partir da formação de um convênio entre o curso de Letras - Inglês e movimentos sociais, ou instituições sociais, ou escolas públicas da comunidade, contemplando as demandas das comunidades em articulação à formação dos/das licenciandos/as.

A modalidade evento abrangerá um evento de extensão, com carga horária de 60 horas, envolvendo a organização de um evento acadêmico relacionado ao curso de Letras - Inglês por parte dos/as licenciandos/as. O evento envolverá discentes do nono período.

A modalidade produto acadêmico contemplará ações dentre as referenciadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2007). A carga horária prevista para o desenvolvimento de produto acadêmicos é de 60 horas, a ser contemplada no sexto período.

Metodologia geral do PEC - Inglês

A metodologia geral do Programa de Extensão do curso de Letras Inglês será orientada pelo atendimento das demandas de grupos e movimentos sociais relativos ao ensino e aprendizagem de língua inglesa e suas literaturas.

Na modalidade projeto, prevê-se que os/as licenciandos/as façam um levantamento das necessidades dos grupos sociais a serem beneficiados com o objetivo de propor ações que atendam a essa demanda.

Na modalidade produto, prevê-se que os licenciandos produzam produtos acadêmicos de caráter educacional no âmbito do ensino e aprendizagem de língua inglesa e suas literaturas, como materiais didáticos, canais online de difusão e conhecimento, entre outros.

Na modalidade evento, prevê-se que os/as alunos/as se envolvam na organização de eventos acadêmicos que tenham como objetivo a divulgação das ações desenvolvidas no âmbito da formação em Letras Inglês.

4.3. Idiomas sem fronteiras – ISF NUCLI UFAL

A Ufal participa do Programa Idiomas Sem Fronteiras (ISF)¹³ desde 2013. Na época, o programa contemplava somente a língua inglesa e se chamava Inglês Sem Fronteiras. O Programa é responsável por duas grandes ações: oferta de cursos de línguas estrangeiras/adicionais pelo Núcleo de Línguas; e aplicação de testes de nivelamento e de proficiência por meio do Centro Aplicador de Testes. Hoje o Núcleo de Línguas (NuCli/ISF/UFAL) oferece cursos presenciais de inglês, francês, espanhol e português para estrangeiros. O NuCli UFAL oferta cursos de inglês online, o My English Online (MEO). O Centro Aplicador tem ofertado os testes TOEFL iTP e TOEIC.

O Programa ISF objetiva promover ações para uma política linguística visando à internacionalização das Instituições de Ensino Superior no Brasil, propiciando espaços para uma formação (inicial ou continuada) do profissional voltada para atender as demandas locais e globais visando à internacionalização. Os professores, durante sua permanência de até 24 meses no Programa, participa da residência docente que favorece, incentiva e valoriza a pesquisa qualitativa sobre os vários aspectos (macros ou micros) envolvidos no ensino-aprendizagem de línguas para fins específicos (acadêmicos). O programa é mais uma possibilidade aos licenciandos do curso para construir uma formação profissional mais informada, crítica e reflexiva.

4.4. Programa de Educação Tutorial (PET) – Letras

O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa que visa à formação de grupos de tutoriais de aprendizagem em cursos de graduação. Tem como objetivo

oferecer uma formação acadêmica de excelente nível, visando à formação do profissional crítico e atuante; promover a integração da formação acadêmica com a futura atividade profissional, especialmente no caso de carreira universitária; estimular a melhoria do ensino de graduação através de: desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas no âmbito do curso; atuação dos bolsistas como agentes multiplicadores disseminando novas idéias e práticas entre o conjunto dos alunos do curso; interação dos bolsistas do Programa com os corpos docente e discente da instituição em nível de pós-graduação; a participação em atividades características de programas de pós-graduação³.

¹³ Informações sobre o Programa Idiomas Sem Fronteiras podem ser obtidas em: <http://isf.mec.gov.br/>

4.5. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica, vinculado à Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB – da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O Pibid oferece bolsas de iniciação à docência aos estudantes de cursos de licenciatura que desenvolvam atividades pedagógicas em escolas da rede pública de educação básica; ao coordenador institucional que articula e implementa o programa na universidade ou instituto federal; aos coordenadores de área envolvidos na orientação aos bolsistas; e, ainda, aos docentes de escolas públicas responsáveis pela supervisão dos/das licenciandos/licenciandas.

4.6. Responsabilidade social

A Universidade Federal de Alagoas busca participar da sociedade alagoana ativamente no campo do ensino, da pesquisa e principalmente das atividades de extensão. Para tanto, é sensível aos desafios enfrentados, às solicitações das entidades com as quais se relaciona e dos participantes das atividades que oferece.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL deve difundir o conhecimento produzido. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas coautoras desse conhecimento.

Nesse sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e extensão, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

Levando em consideração tal premissa, o curso de Letras Inglês pode desenhar projetos voltados para a melhoria das dificuldades encontradas relativas ao ensino-aprendizagem da língua inglesa nos bairros ou municípios onde os alunos vivem. Tais estudantes podem desenvolver suas pesquisas pessoais nesses locais, além de poder participar de formações continuadas de professores na área em questão.

4.7. Acessibilidade

A UFAL atualmente possui um núcleo de estudos voltado tanto para a compreensão das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade como para o atendimento diferenciado às pessoas com deficiência, em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: autodeclaração. A UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora ao cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual seja a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 12.764/2012, que afirma: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos.

Nesse sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013 orienta os sistemas de ensino. Em especial, recomenda que os PPCs contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido.

Para tal, a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência auditiva, visual, visual e auditiva, cognitiva ou autista sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso.

O Núcleo de Assistência Educacional – NAE – oferece o necessário apoio pedagógico para atender ao corpo social da UFAL em suas demandas específicas, e para promover a integração de todos ao ambiente acadêmico.

De forma institucional, os coordenadores e professores do curso são estimulados a participar de capacitações pedagógicas e humanísticas, relacionadas às políticas de inclusão da pessoa com deficiência na educação. Estudantes também têm acesso a esses eventos.

Em caso de comprovada necessidade de apoio, atividades de comunicação, locomoção, alimentação e cuidados pessoais à pessoa com transtorno do espectro autista ou outra deficiência serão também disponibilizados pela IES profissional, nos termos da legislação 12.764/2012.

4.7.1 Núcleo de acessibilidade

O Núcleo atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado – AEE- aos estudantes público-alvo (pessoas com deficiência, pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento e pessoas com Altas Habilidades). Esse atendimento tanto pode ser feito por meio de acompanhamento nas salas de aulas, quanto em atividades na sala do NAC-UFAL em horário específico, para assessoria na confecção de trabalhos acadêmicos. É possível também adaptar materiais didáticos, e oferecer capacitação para o uso de tecnologias assistivas, como recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas.

O NAC-UFAL também promove cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional a pessoas com deficiência, além de eventos sobre Educação Inclusiva abertos a toda a comunidade acadêmica. Em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP, promove cursos para corpo técnico e docentes da universidade. Atua em parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada (GEEAMA) e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI).

O AEE - Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando à autonomia e à independência na escola e fora dela. Atende, prioritariamente, os estudantes de graduação, mas podem também ser atendidos estudantes da

pós-graduação. De maneira geral, a comunidade acadêmica é atendida, em nome da inclusão, que envolve professores, corpo técnico e estudantes.

4.7.2 Inclusão

Desde 1999, a UFAL preocupa-se com inclusão, tendo aprovado em 2003 a Resolução 33 – CONSUNI, posteriormente modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES. Ainda, a Resolução 54/2012 – CONSUNI institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL.

Para o Ano Letivo de 2019, serão reservadas 50% (cinquenta por cento) das vagas do curso Letras Inglês ofertado pela UFAL para estudantes cotistas, em conformidade com a Lei nº 12.711/2012, com o Decreto nº 7.824/2012 e com as Portarias Normativas MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, e nº 21, de 05 de novembro de 2012.

Deste percentual indicado, 50% (cinquenta por cento) das vagas serão destinadas aos/às candidatos/as oriundos/as de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto e 50% (cinquenta por cento) serão destinadas aos/às candidatos/as oriundos/as de famílias com renda per capita igual ou superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto.

Serão reservadas vagas por curso e turno nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica acima. As vagas serão reservadas em igual proporção ao quantitativo de estudantes Pretos/as, Pardos/as e Indígenas – PPI do Estado de Alagoas, correspondente a 67,22% (sessenta e sete inteiros e vinte e dois centésimos por cento) segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010.

Serão reservadas vagas por curso e turno nos quatro grupos que surgem depois de aplicada a divisão mencionada acima. As vagas serão reservadas em igual proporção ao quantitativo de estudantes com deficiência do Estado de Alagoas, correspondente a 27,55% (vinte e sete inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento), segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010.

Deste modo, o curso Letras Inglês ofertará, em 2019, o seguinte quantitativo de vagas distribuídas por grupos:

LETRAS INGLÊS – VESPERTINO

QUADRO DE VAGAS ANUAIS PARA O VESPERTINO (20 vagas no primeiro semestre)									
AMPLA	D1	D1 PcD	D2	D2 PcD	D3	D3 PcD	D4	D4 PcD	TOTAL
10	1	0	3	1	1	0	3	1	20

LETRAS INGLÊS – NOTURNO

QUADRO DE VAGAS ANUAIS PARA O NOTURNO (20 vagas no primeiro semestre)									
AMPLA	D1	D1 PcD	D2	D2 PcD	D3	D3 PcD	D4	D4 PcD	TOTAL
10	1	0	3	1	1	0	3	1	20

Legenda das demandas:

AMPLA – Ampla concorrência – Candidatos portadores de certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente.

D1 – NÃO PPI, renda inferior ou igual a 1,5 – Candidatos/as com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

D1-PcD – NÃO PPI, renda inferior ou igual a 1,5 – Pessoas com deficiência e renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

D2 – PPI, renda inferior ou igual a 1,5 – Candidatos/as autodeclarados pretos/as, pardos/as ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

D2-PcD – PPI, renda inferior ou igual a 1,5 – Pessoas com deficiência autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5

salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

D3 – NÃO PPI, independentemente de renda – Candidatos/as que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

D3-PcD – NÃO PPI, independentemente de renda – Pessoas com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

D4 – PPI, independentemente de renda – Candidatos/as autodeclarados/as pretos/as, pardos/as ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

D4-PcD – PPI, independentemente de renda – Pessoas com deficiência e autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

5. OBJETIVO DO CURSO

O objetivo do Curso de Letras Inglês é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica e reflexiva, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos multimodais. Estes/as futuros/as profissionais deverão ser conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro. Devem ter também o domínio do uso da língua inglesa e objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações multiculturais e estéticas, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Devem ser capazes de lidar com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos e literários em diferentes contextos. Devem ser capazes de fazer uso das tecnologias atuais e de compreender sua formação profissional como processo contínuo e permanente.

6. PERFIL DO EGRESSO E CAMPO DE ATUAÇÃO

O perfil do/da profissional de Letras Inglês deve contemplar a articulação dos conhecimentos construídos pela interface entre pesquisa, ensino e extensão, otimizando as particularidades e as relações entre cada uma dessas atividades como integrantes de um conhecimento mais abrangente. Assim, almeja-se um/a professor/a que seja também pesquisador/a e, evitando-se, na prática, um/a profissional apenas repetidor/a de informações ou repassador/a de conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis em larga escala no mercado. Procura-se evitar também um/a pesquisador/a na área de língua/linguagens que tenha uma visão restrita do universo onde vai atuar.

6.1 Perfil do egresso

O/A estudante egresso do Curso de Letras Inglês licenciatura estará apto para exercer a docência na educação básica pautada nas concepções atuais de educação. Portanto, considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor de Língua Inglesa e suas literaturas, em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área e com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Letras, espera-se que esse profissional tenha o seguinte perfil:

- Utilização integrada das quatro habilidades linguísticas orais e escritas (compreensão e produção oral e escrita) em situações de comunicação diversas;
- Seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem da língua adicional, levando em conta a importância dos aspectos culturais das sociedades de língua inglesa;
- Uso das metodologias de ensino-aprendizagem direcionadas para as línguas adicionais/estrangeiras e, sobretudo, especificamente para o ensino de língua inglesa.
- Capacidade de pautar-se nos valores da educação multicultural que possibilitem a comunicação e o respeito entre as diferentes culturas;
- Capacidade para atuar em escolas das redes pública ou privada conforme as exigências pedagógicas pertinentes de forma ética e crítica.
- Capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- Atitudes investigativa e reflexiva indispensáveis ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- Conhecimento dos diferentes usos da língua e sua gramática;
- Conhecimento ativo e crítico de um repertório representativo de literatura, da língua em estudo;
- Capacidade de analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento da língua em estudo;
- Capacidade de analisar discursos de pontos de vista teóricos fundamentados em teorias presentes em sua formação;
- Capacidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- Posicionamento crítico acerca das tecnologias atuais e conceitos científicos;

- Conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem o trabalho, a negociação, o diálogo entre os conteúdos para os diferentes níveis de ensino (transposição didática);
- Conhecimento e prática de processos de investigação, com resultados que tragam contribuições para a área.

6.2 Campo de atuação

Tendo por base uma formação que articula ensino, pesquisa e extensão, relativamente aos conhecimentos linguísticos e literários da língua inglesa e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, os espaços de atuação do/da licenciado/a em Letras Inglês estão mais diretamente voltados para a atuação como professor/a na educação básica, nos domínios público e privado. Há, ainda, a possibilidade de atuação deste/a profissional na revisão de textos, desenvolvimento e análise de material didático e de técnicas pedagógicas para o ensino da língua inglesa e respectivas literaturas, elaboração de proposta curricular no seu campo de atuação, assessoria cultural, crítica linguística e literária, dentre outros que envolvam a língua/linguagem/discurso, em termos de sua estrutura, funcionamento, manifestações culturais e sócio-históricas.

7. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

7.1 Estrutura curricular

7.1.1 Núcleo de estudos de formação geral

O núcleo básico tem como objetivo a formação geral do/da estudante na área dos estudos da Linguagem e da docência. Essa formação geral deve ser adquirida por meio de disciplinas de Leitura e Produção de Textos, Teoria Linguística 1 e 2, Teoria da Literatura, Estudos do Discurso, Profissão Docente, Política e Organização da Educação básica no Brasil, Desenvolvimento e Aprendizagem, Gestão do Trabalho Escolar, e Libras.

A disciplina Leitura e Produção de Textos tem como objetivo desenvolver no/na estudante a capacidade de escrita e leitura e/ou interpretação de diversos gêneros discursivos, incluindo os gêneros acadêmicos.

As disciplinas de Teoria Linguística e Teoria da Literatura são encarregadas de dar ao aluno a fundamentação teórica para o estudo das diferentes línguas e suas respectivas literaturas. Enquanto que na Linguística se ensina, por exemplo, a visão histórica da área, os principais conceitos e níveis de análise linguística. Na Teoria da Literatura se discutem os conceitos, as funções, os gêneros literários.

A disciplina Estudos do discurso objetiva introduzir os princípios teóricos e metodológicos para análise do discurso de textos escritos e orais.

O núcleo de estudos de formação geral deve ser integralizado em 846 horas distribuídas em:

Disciplina	Carga horária
Teoria Linguística 1	72
Teoria Linguística 2	72
Teoria da Literatura	72
Leitura e Produção Textual 1	72
Estudos do Discurso	72
Profissão Docente	54
Política e Organização da Educação Básica no Brasil	72
Desenvolvimento e Aprendizagem	72
Didática	72
Gestão da educação do trabalho escolar	72
Fundamentos de Libras	72
Pesquisas Teóricas e aplicadas em Letras e Linguística	72
TOTAL	846

Além das disciplinas que atendem à formação geral, o curso de Letras Inglês contempla dois núcleos de formação: a) núcleo de formação do conhecimento específico sobre língua e literaturas em língua inglesa; b) núcleo de estudos integradores.

7.1.2 Núcleo de formação do conhecimento específico sobre língua e literaturas em língua inglesa

O segundo núcleo de formação, articulado organicamente ao conhecimento adquirido pelo/a estudante durante o núcleo de estudos de formação geral, tem como objetivo descrever e explicar a estrutura, os usos e as variações da língua inglesa, bem como apresentar as literaturas a partir do estudo das organizações discursivas e literárias de obras representativas, tendo sempre em vista o ensino básico. Envolve uma parte obrigatória mínima, com conteúdos considerados básicos sobre o funcionamento da língua e de suas literaturas, e uma parte eletiva, com conteúdos direcionados aos interesses específicos de estudantes e docentes.

As disciplinas de Língua Inglesa 1 e 2 visam, por um lado, nivelar estudantes que ingressam à Universidade com algum conhecimento da língua inglesa e, por outro, oferecer aos ingressantes uma formação básica que objetiva o desenvolvimento integrado das habilidades de compreensão e produção oral e escrita em Língua Inglesa, da perspectiva dos Letramentos.

As disciplinas de Língua Inglesa 3 a 7 enfatizam os aspectos linguístico-discursivos da língua inglesa ao tratar sobre temas do cotidiano e que envolvem temas transversais de forma crítica e reflexiva. Aprofundam os aspectos formais do inglês.

As disciplinas de literaturas em língua inglesa 1 a 4 buscam sensibilizar os/as estudantes pelos textos literários e explorá-los de forma socialmente crítico-reflexiva, aprofundando questões linguísticas, estéticas e políticas de suas composições, e tendo por base a formação de críticos/as literários/as e de docentes em literatura.

As disciplinas que envolvem as disciplinas didático-pedagógicas da área de língua inglesa valorizam os pressupostos da formação docente, como conteúdos

relacionados aos fundamentos da educação, aliados aos temas sócio-culturais da contemporaneidade tais como direitos humanos, diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outros.

As atividades de extensão complementam a formação acadêmica do aluno ao promover a inserção do mesmo na realidade social, local e política brasileira por meio de cursos, eventos e projetos. Assim, a extensão possibilita a cogeração de conhecimentos para uma formação mais informada e com potencial transformador da sociedade.

Além das disciplinas objetivando uma formação mais informada sobre língua e literaturas em língua inglesa, o Trabalho de Conclusão de Curso exige do aluno demonstração de sua capacidade criativa, crítica e reflexiva e da habilidade na aplicação dos aspectos práticos e pedagógicos do curso.

O núcleo de formação do conhecimento específico sobre língua e literaturas em língua inglesa deve ser integralizado em 1.572 horas.

Disciplinas Obrigatórias	Carga horária
Língua Inglesa 1	72
Língua Inglesa 2	72
Língua Inglesa 3	72
Língua Inglesa 4	72
Língua Inglesa 5	72
Língua Inglesa 6	72
Língua Inglesa 7	72
Literaturas em Língua Inglesa 1	72
Literaturas em Língua Inglesa 2	72
Literaturas em Língua Inglesa 3	72
Literaturas em Língua Inglesa 4	72
Eletiva 1	72
Eletiva 2	72
Linguística Aplicada e ensino de línguas adicionais	72
Letramentos e Produção de materiais didáticos	72
Questões contemporâneas em LA e ensino de língua inglesa	72
ACE 1 – projeto	110
ACE 2 - produto	60
ACE 3 – projeto	110
ACE 4 – evento	60
Trabalho de Conclusão de curso	80
TOTAL	1572

7.1.3. Atividades Curriculares de Extensão

As Atividades Curriculares de Extensão contemplam os núcleos I e II, tanto de formação geral quanto de formação específica. A carga horária total destas atividades é resultado do translocamento de parte da carga horária de outras componentes curriculares que tenham potencial extensionista. Deste modo, a carga horária total de extensão é de 340 horas, correspondentes a 10% da carga horária total do curso de Letras Inglês, conforme quadro abaixo:

Atividades Curriculares de Extensão	Carga horária
ACE 1 (projeto 1)	110
ACE 2 (produto)	60
ACE 3 (projeto 2)	110
ACE 4 (evento)	60
TOTAL	340

7.1.4 Núcleo de estudos integradores

O núcleo de estudos integradores tem como objetivo definir mais especificamente a atuação do/da professor/a de língua inglesa para o ensino básico. Esse núcleo se articula ao outro, numa estreita relação entre teoria e prática, ou seja, em um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão e solução de situações próprias do ambiente da educação escolar, em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001. Inclui aulas e atividades relacionadas à prática docente e ao estágio curricular supervisionado de ensino. As aulas e atividades contemplam uma formação docente ampla e uma estrita.

Em termos de formação mais ampla, o curso segue os princípios orientadores das Licenciaturas na UFAL (Resolução N° 32/2005-CEPE, de 14 de dezembro de 2005), a qual está em consonância com o Plano Nacional de Educação (Lei n° 10.172/2001), a Resolução CNE/CP n° 01/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior,

Curso de Licenciatura, de Graduação Plena, e de acordo com o atendimento aos padrões mínimos de qualidade para a Graduação estabelecidos pela Lei nº 9.394/96 (LDBEN).

Desse modo, os/as estudantes de Letras Inglês, assim como todos/as os/as estudantes dos cursos de licenciatura da UFAL, discutem questões relativas ao trabalho docente e à atualização profissional, ao desenvolvimento e à avaliação da aprendizagem, ao currículo, à pesquisa qualitativa (pesquisa educacional), à organização e gestão do trabalho escolar, e à política e organização da educação básica.

Em termos de formação mais estrita, o curso oferece quatro disciplinas denominadas de Habilidades integradas para ensino-aprendizagem de inglês, com carga horária de 100 horas cada. O objetivo das disciplinas é propiciar um contato mais próximo possível da realidade da escola básica para que os/as futuros profissionais possam elaborar atividades de caráter prático e inter/transdisciplinares especificamente relacionadas à integração do conhecimento teórico sobre a língua e suas literaturas e a prática docente no ensino básico.

O núcleo de estudos integradores deve ser integralizado em horas, conforme quadro abaixo:

Disciplinas ou atividades	Carga horária
Dentre as 8 atividades científico-culturais abaixo, o aluno deverá cumprir 4 delas, cada uma com 50 horas: Ensino em língua inglesa e literaturas de língua inglesa I, II Pesquisa em língua inglesa e literaturas de língua inglesa I, II Extensão em língua inglesa e literaturas de língua inglesa I, II Atividades Culturais I Atividades Culturais II	200
Habilidades integradoras I (Prática como Componente Curricular I)	100
Habilidades integradoras II (Prática como Componente Curricular II)	100
Habilidades integradoras III (Prática como Componente Curricular III)	100
Habilidades integradoras IV (Prática como Componente Curricular IV)	100
Estágio Supervisionado de Língua Inglesa I	80
Estágio Supervisionado de Língua Inglesa II	120
Estágio Supervisionado de Língua Inglesa III	80
Estágio Supervisionado de Língua Inglesa IV	120
TOTAL	1000

A integralização do curso compreende um total de 3.418 horas. Essa forma de estruturação do curso permite aos/às estudantes a participação na sua própria formação, conforme sugere o Parecer CNE/CES 492/2001: “Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade/heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão” (p. 29).

Nesse sentido, o curso de Letras Inglês da FALE permite ao aluno flexibilidade no que diz respeito à escolha de conteúdos, ou seja, as disciplinas do núcleo de formação obrigatória de cursos de Letras Francês, Letras Português, Letras Espanhol da FALE poderão ser computadas como disciplinas eletivas para este curso Letras Inglês.

7.1.5 Resumo da estrutura curricular

Componentes curriculares	Horas
Núcleo de formação geral	846
Núcleo de formação do conhecimento específico sobre língua e literaturas em língua inglesa (disciplinas, ACEs e TCC)	1572
Núcleo de Estudos Integradores: PCC com 400 horas; Estágio Supervisionado com 400 horas; Atividades Acadêmico-científico-culturais com 200 horas	1.000
TOTAL	3.418 horas

Na matriz curricular, aparecem a Relação Teoria-Prática, a Interdisciplinaridade e a Transversalidade. Nas disciplinas Ensino-aprendizagem de língua inglesa, Letramentos e perspectivas críticas, Elaboração de materiais didáticos, Questões contemporâneas em Linguística Aplicada e Ensino de língua inglesa, Habilidades integradas para o ensino-aprendizagem da língua inglesa e Estágio Supervisionado, por exemplo, há uma constante articulação entre teoria e prática, e um diálogo interdisciplinar.

Temas transversais diversos aparecem nas disciplinas pedagógicas e nas de língua inglesa, como forma de fomentar debates e praticar as habilidades de

compreensão e produção oral e escrita em língua inglesa – ética, cidadania, meio-ambiente, globalização, mídias etc.

Todos os temas recomendados na Resolução 06/2018 são contemplados em várias disciplinas do curso. As questões de identidade, direitos humanos, ideologia, gênero, sexualidade, e deficiência são, por exemplo, tratadas na disciplina Estudos do Discurso e na disciplina Questões contemporâneas em Linguística Aplicada e ensino de língua inglesa e Ensino-aprendizagem de língua inglesa. Essas questões e outras poderão ser contempladas nas seguintes disciplinas: Linguística Aplicada e ensino de línguas estrangeiras, Elaboração de material didático, Letramentos e perspectivas críticas, entre outras.

Além disso, conforme preconizado pela Resolução 06/2018/CONSUNI da UFAL, em seu artigo 3º, alíneas A, B e C, a estrutura curricular prioriza 684 horas de disciplinas que constituem as dimensões pedagógicas do curso ($\frac{1}{6}$ da carga horária total do curso), conforme quadro a seguir:

ALÍNEA A - RCO 06/2018 CONSUNI, ARTIGO 3º	Carga horária
Profissão Docente	54
Política e Organização da educação básica no Brasil	72
Desenvolvimento e Aprendizagem	72
Didática	72
Gestão da educação e do trabalho escolar	72
ALÍNEA B - RCO 06/2018 CONSUNI, ARTIGO 3º	Carga horária
Pesquisas Teóricas e aplicadas em Letras e Linguística	72
Questões contemporâneas em LA e ensino de língua inglesa	72
Linguística Aplicada ao ensino de línguas adicionais	72
Letramentos e Produção de material didático	72
ALÍNEA C - RCO 06/2018 CONSUNI, ARTIGO 3º	Carga horária
Fundamentos de Libras	54
TOTAL	684

7.1.6 A prática como componente curricular

A Resolução CNE/CP 2/2015 determina que os cursos de licenciatura devem dedicar “400 horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso”. Conforme essa resolução, “as atividades caracterizadas como Prática como Componente Curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas”. A prática como componente curricular envolve atividades de pesquisa e extensão, voltadas para o ensino de Inglês no ensino básico. As atividades devem estimular a criticidade e uma consciência reflexiva, visando à autonomia intelectual e profissional do/da futuro/a professor/a, com o objetivo de oportunizar a articulação entre teoria e prática desde o início do curso. As PCC se estabelecem como espaços oportunizados por meio de experiências vivenciadas sobre a prática docente do/a professor/a em sala de aula, e seus desafios profissionais da docência para promover problematizações e reflexões sobre o que envolve o ser e o fazer docente na educação básica (IFA, 2018).

No Curso, as PCC são desenvolvidas como núcleo e não como parte integrante das disciplinas. As 400 horas de PCC foram divididas em 4 disciplinas ao longo do curso de Letras Inglês, sendo uma por semestre, iniciando no primeiro e finalizando no penúltimo período do curso. As PCC são denominadas de Habilidades Integradas para Ensino-Aprendizagem de Inglês 1 a 4.

Nessas disciplinas, as atividades são pensadas a fim de articular as correlações entre teoria e prática, e a produção de conhecimento no campo das práticas pedagógicas de língua inglesa relacionadas aos direitos humanos, justiça social e equidade com foco no ensino básico bem como a produção de conhecimento no campo didático-pedagógico de língua inglesa (tais como estudos/investigações sobre práticas, sobre material didático utilizado no ensino básico, entre outras). Todas as 4 disciplinas objetivam a integração entre saber, saber fazer, saber compreender/refletir sobre o que faz na busca de significados na gestão e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar e proporcionando uma articulação entre as diferentes práticas em uma perspectiva interdisciplinar. Valorizam não só a pesquisa individual, como também a coletiva, proporcionando, ao futuro professor, oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática docente.

A articulação entre teoria e prática é compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento, e possibilita o envolvimento dos/das estudantes em problemas reais, tomando contato com seus diferentes aspectos e influenciando soluções. Dessa forma, possibilita ao/à estudante sair da condição única de receptor/a de informações para tornar-se agente da construção desse conhecimento, cuja prática implica em ação crítico-reflexiva, atuação consciente e delimitação de planos de ação visando a determinados resultados. Assim, a prática constitui uma das dimensões fundamentais para a prática docente porque permite a (re)construção de conhecimentos.

Essas disciplinas possibilitam a inserção gradual, consciente, sensível e informada do estudante no mundo laboral e na prática social, estimulando a reflexão crítica, a criatividade para a construção do conhecimento sobre a realidade social e para a sensibilização ao atendimento das demandas sociais.

A prática específica de quem trabalha com a língua/linguagem exige saberes estreitamente ligados à área de estudo. A área dispõe de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento sobre ensino e aprendizagem que articulam diferentes contribuições da Linguística Aplicada e da Educação. Para citar exemplos, no âmbito da profissão docente, por exemplo, há pesquisas com temas como: o professor e sua relação com as propostas teóricas da Linguística e da Literatura veiculadas nos materiais didáticos; o professor e sua relação com as propostas curriculares para o ensino de língua e de literatura; o professor e sua relação com o livro didático de língua adicional; o professor de língua/literatura como pesquisador.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, a prática como componente curricular desenvolvida no curso é contemplada ainda no núcleo de formação para a docência, que tem como objetivo definir mais especificamente a atuação do professor. Esse núcleo se articula aos outros dois (Núcleo básico de formação específica do curso de Letras e Núcleo de formação sobre a língua e suas literaturas), numa correlação entre teoria e prática. Em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001, o núcleo de formação para a docência inclui aulas e atividades relacionadas à prática docentes e o estágio curricular supervisionado de ensino.

O objetivo das Habilidades Integradas para ensino-aprendizagem do inglês, assim como de Estágio Supervisionado, é transcender a sala de aula. A inter-relação

preconizada permitirá tanto a aplicação e/ou transformação do componente teórico em prática, como a construção do conhecimento, alicerçada na reflexão sobre a realidade, principalmente educacional da escola básica.

A carga horária para o turno vespertino está distribuída no quadro de ordenamento curricular, conforme segue:

período: horas	disciplina	Horas	Horas PCC	ACE
1°	Língua Inglesa 1	72		
	Leitura e produção de textos	72		
	Teoria Linguística 1	72		
	Profissão Docente	54		
	Teoria da literatura	72		
2°	Língua inglesa 2	72		
	PCC Habilidades Integradas para ensino-aprendizagem de inglês 1		100	
	Teoria Linguística 2	72		
	Política e Organização da educação básica no Brasil	72		
	ACE 1			55
3°	Língua inglesa 3	72		
	Literaturas em língua inglesa 1	72		
	Desenvolvimento e Aprendizagem	72		
	Didática	72		
	ACE1			55
4°	Língua inglesa 4	72		
	Literaturas em língua inglesa 2	72		
	PCC Habilidades Integradas para ensino-aprendizagem de inglês 2		100	
	Linguística Aplicada e ensino de língua adicional	72		
	Gestão da educação e do trabalho escolar	72		
5°	Questões contemporâneas em LA e ensino de língua inglesa	72		
	Língua inglesa 5	72		
	Literaturas em língua inglesa 3	72		
	Estágio Supervisionado em língua inglesa 1 EF	80		
	Fundamentos de Libras	72		
6°	Língua inglesa 6	72		
	PCC Habilidades Integradas para ensino-aprendizagem de inglês 3		100	
	Estágio Supervisionado em língua inglesa 2 EM	80		
	Pesquisas Teóricas e aplicadas em Letras e Linguística	72		
	ACE 2			60
7°	Língua inglesa 7	72		
	Estágio Supervisionado em língua inglesa 3 EF	120		
	Estudos do Discurso	72		
	ACE 3			55
	Literaturas em língua inglesa 4	72		

8º	Estágio Supervisionado em língua inglesa 4 EM	120		
	PCC Habilidades Integradas para ensino-aprendizagem de inglês 4		100	
	Letramentos e Produção de material didático	72		
	ACE 3			55
	Eletiva 1	72		
9º	Eletiva 2	72		
	ACE 4			60
	TCC	80		
	PCC – TOTAL DE HORAS		400	
	ACE – TOTAL DE HORAS			340
	TCC	80		
	Horas flexíveis	200		
	Eletivas	144		
	Estágio Supervisionado	400		

A seguir, a carga horária total distribuída pelos nove períodos com atividades realizadas em sala de aula e outras atividades a cumprir nas escolas básicas e em outros espaços científico-culturais.

Período	Carga horária de disciplinas dos núcleos 1 e 2	Carga horária de Atividades curriculares de extensão	Carga horária de Prática como componente curricular	Carga horária de Estágio Supervisionado	TCC	Carga horária de Atividades Acadêmico-científico-culturais
1º	342	-	-	-	-	200
2º	216	55	100	-	-	
3º	288	55	-	-	-	
4º	288	-	100	-	-	
5º	288	-	-	80	-	
6º	144	60	100	80	-	
7º	216	55	-	120	-	
8º	144	55	100	120	-	
9º	72	60	-	-	80	
TOTAL	2338		400	400	80	

A carga horária para o noturno está distribuída no quadro de ordenamento curricular, conforme segue:

período: horas	disciplina	Horas	Horas PCC	ACE
1º	Língua Inglesa 1	72		
	Leitura e produção de textos	72		
	Teoria Linguística 1	72		
	Profissão Docente	54		
	Teoria da literatura	72		
2º	Língua inglesa 2	72		
	PCC Habilidades Integradas para ensino-aprendizagem de inglês 1		100	
	Teoria Linguística 2	72		
	Política e Organização da educação básica no Brasil	72		
	ACE 1			55
3º	Língua inglesa 3	72		
	Literaturas em língua inglesa 1	72		
	Desenvolvimento e Aprendizagem	72		
	Didática	72		
	ACE1			55
4º	Língua inglesa 4	72		
	Literaturas em língua inglesa 2	72		
	PCC Habilidades Integradas para ensino-aprendizagem de inglês 2		100	
	Linguística Aplicada e ensino de língua adicional	72		
	Gestão da educação e do trabalho escolar	72		
5º	Questões contemporâneas em LA e ensino de língua inglesa	72		
	Língua inglesa 5	72		
	Literaturas em língua inglesa 3	72		
	Estágio Supervisionado em língua inglesa 1 EF	80		
	Fundamentos de Libras	72		
6º	Língua 6	72		
	PCC Habilidades Integradas para ensino-aprendizagem de inglês 3		100	
	Estágio Supervisionado em língua inglesa 2 EM	80		
	Pesquisas Teóricas e aplicadas em Letras e Linguística	72		
	ACE 2			60
7º	Língua inglesa 7	72		
	Estágio Supervisionado em língua inglesa 3 EF	120		
	Estudos do Discurso	72		
	ACE 3			55
	Literaturas em língua inglesa 4	72		
8º	Estágio Supervisionado em língua inglesa 4 EM	120		
	PCC Habilidades Integradas para ensino-aprendizagem de inglês 4		100	
	Letramentos e Produção de material didático	72		
	ACE 3			55

	Eletiva 1	72		
9º	Eletiva 2	72		
	ACE 4			60
	TCC	80		
	PCC – TOTAL DE HORAS		400	
	ACE – TOTAL DE HORAS			340
	TCC	80		
	Horas flexíveis	200		
	Eletivas	144		
	Estágio Supervisionado	400		

A seguir, a carga horária total distribuída pelos nove períodos com atividades realizadas em sala de aula e outras atividades a cumprir nas escolas básicas e em outros espaços científico-culturais.

Período	Carga horária de disciplinas dos núcleos 1 e 2	Carga horária de Atividades curriculares de extensão	Carga horária de Prática como componente curricular	Carga horária de Estágio Supervisionado	TCC	Carga horária de Atividades Acadêmico-científico-culturais
1º	342	-	-	-	-	200
2º	216	55	100	-	-	
3º	288	55	-	-	-	
4º	288	-	100	-	-	
5º	288	-	-	80	-	
6º	144	60	100	80	-	
7º	216	55	-	120	-	
8º	144	55	100	120	-	
9º	72	60	-	-	80	
TOTAL	2338		400	400	80	

8. CORPO DOCENTE DO CURSO LETRAS INGLÊS

CORPO DOCENTE

DOCENTE	TEMPO DE DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	TEMPO DE DOCÊNCIA EM OUTROS CONTEXTOS (em anos)	TEMPO DE DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR (em anos)	TEMPO DE VÍNCULO ININTERRUPTO COM A FALE (em anos)	TEMPO TOTAL DE DOCÊNCIA (em anos)
Adriana Lopes Lisboa Tibana	-	15	10	9	25
Ana Lúcia Guerra Milito	15	4	37	34	49
Ana Cecília Acioli	-	5	25	24	30
Benyelton Miguel dos Santos	2	4	-	-	4
Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz	-	13	18	7	31
Ildney Cavalcanti	-	5	27	27	32
Irene Maria Dietschi	3	1	35	35	39
Marcus Vinícius Matias	-	11	10	10	21
Paulo Leôncio da Silva	-		35	35	35
Pedro Gustavo Rieger	-	2	1	1	3
Raquel D'Elboux Couto Nunes	-	10	7	6	17
Roseanne Rocha Tavares	01	04	28	27	33
Sérgio Ifa	-	7	21	10	28

Simone Makiyama	1	16	10	8	25
--------------------	---	----	----	---	----

ATUAÇÃO DO CORPO DOCENTE

DOCENTE
Adriana Lopes Lisboa Tibana
TITULAÇÃO
Mestra
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE, NÍVEL DE CAPACITAÇÃO E REGIME DE TRABALHO
Professora Assistente - 40 horas (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Linguística Aplicada, Fonologia e Letramento crítico
PROJETOS DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA VIGENTES
Letramento Fonológico e Ensino de Língua Inglesa
OUTRAS ATIVIDADES (GESTÃO, EXTENSÃO OU GRUPO DE PESQUISA)
Doutoranda do Programa de pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas. Membro do Grupo de Pesquisa Fonufal. Membro do Grupo de Pesquisa LET - Letramentos, Educação e Transculturalidade (FALE-UFAL). Membro do colegiado do curso de Letras Inglês (UFAL). Orientandos/as de TCC - 9 (EAD e presencial). Orientandos/as de Projeto Integradores - 5. Orientandas Paesp - 2.

DOCENTE
Ana Lúcia Guerra Milito
TITULAÇÃO
Doutora
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE, NÍVEL DE CAPACITAÇÃO E REGIME DE TRABALHO
Professora Adjunta - 40 horas (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Linguística Aplicada, Análise do Discurso

DOCENTE
Ana Cecília Acioli Lima
TITULAÇÃO
Doutora
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE, NÍVEL DE CAPACITAÇÃO E REGIME DE TRABALHO
Professora Adjunta - 40 horas (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Teorias Críticas Feministas, Estudos de Gênero, Teorias Queer, Literaturas escritas por mulheres
PROJETOS DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA VIGENTES

O Pós-Humanismo Queer em Narrativas Contemporâneas; Entrelaçamentos entre o Queer e o Gótico na Ficção Escrita por Mulheres em Inglês.
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO
2012-2014 (Colaboradora), 3 disciplinas ministradas
OUTRAS ATIVIDADES (GESTÃO, EXTENSÃO OU GRUPO DE PESQUISA)
Grupo de Pesquisa Queer Perspectives and Decolonial Studies (UFSC/CNPq); Colegiado do Curso de Letras Inglês.

DOCENTE SUBSTITUTO
Benyelton Miguel dos Santos
TITULAÇÃO
Mestre
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE, NÍVEL DE CAPACITAÇÃO E REGIME DE TRABALHO
Professor Assistente - 40 horas
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Linguística Aplicada
PROJETOS DE EXTENSÃO VIGENTES
Coordenador Pedagógico de Língua Inglesa do Programa Idiomas sem Fronteiras (ISF/UFAL)
OUTRAS ATIVIDADES (GESTÃO, EXTENSÃO OU GRUPO DE PESQUISA)
Membro do Grupo de Pesquisa LET - Letramentos, Educação e Transculturalidade (FALE-UFAL); Projeto Nacional: Linguagem, Cultura, Educação e Tecnologia (FFLCH-USP)

DOCENTE
Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz
TITULAÇÃO
Doutor
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE, NÍVEL DE CAPACITAÇÃO E REGIME DE TRABALHO
Professor Adjunto - 40 horas (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Linguística Aplicada, Estudos Culturais, Análise de Discurso, Tradução
PROJETOS DE EXTENSÃO VIGENTES
Coordenação do Projeto de Extensão Casa de Cultura Britânica (Casas de Cultura - FALE - Proex).
OUTRAS ATIVIDADES (GESTÃO, EXTENSÃO OU GRUPO DE PESQUISA)

Grupo de Pesquisa Observu (FALE-UFAL); Projeto Nacional: Linguagem, Cultura, Educação e Tecnologia (FFLCH-USP); Colegiado do Curso Letras-Inglês presencial; Vice-Coordenação do Curso Letras Inglês EAD; Colegiado do Curso Letras-Inglês EAD; NDE do Curso Letras-Inglês EAD; Colegiado do Curso Letras-Francês; NDE do Curso Letras-Espanhol EAD, Orientador de 11 TCCs (Inglês presencial e EaD); Comissão de Proficiência em Língua Estrangeira da FALE-UFAL.

DOCENTE
Ildney de Fátima Souza Cavalcanti
TITULAÇÃO
Doutora, PD
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE E REGIME DE DEDICAÇÃO
Professora Associada - 40 horas (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Estudos críticos da utopia, estudos de gênero, narrativas de autoria feminina, crítica feminista, literatura e ensino
PROJETOS DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA VIGENTES
1. Histórias de gênero e de ciência na ficção e na teoria: utopias, distopias e ficção científica de autoria feminina;
2. Distopismos contemporâneos;
3. Buscas pela utopia na América Latina: literatura, cultura e o corpo político
PROJETOS DE EXTENSÃO VIGENTES
Cinetopias (contínuo); Concurso Poesia & Utopia (duas edições até o momento); Casa de Cultura Britânica (há anos, contínuo, vice-coordenação); Campus Utopicus (da equipe, a partir de maio 2018); MINUTO 1 (evento, presidente da Comissão Organizadora, maio 2018)
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO
18 anos; orientadora de mestrado e doutorado; Mestrado: concluído: 15 / em andamento: 3; Doutorado: concluído: 5 / em andamento: 4
OUTRAS ATIVIDADES (GESTÃO, EXTENSÃO OU GRUPO DE PESQUISA)
Colegiado da Graduação (suplente); comissão de avaliação de progressão de professor@s associad@s; coordenação do grupo de pesquisa Literatura e Utopia; corpo editorial de duas revistas (Ao Pé da Letra e Terra Roxa) e duas séries acadêmicas (Série Acadêmica UFS e Modus Utopicus UFAL); orientadora PIBIC com 2 bolsistas; orientadora de TCC com 11 orientand@s; orientadora de mestrado e doutorado com 7 orientand@s.

DOCENTE
Marcus Vinícius Matias
TITULAÇÃO
Doutor
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE E REGIME DE DEDICAÇÃO

Professor Adjunto - 40 horas (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
<ol style="list-style-type: none"> 1) Narrativas detetivescas; 2) Representação da violência; 3) Neorealismo Fantástico; 4) Utopismos; 5) Narrativas gráficas; 6) Literatura e ensino.
PROJETOS DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA VIGENTES
<ol style="list-style-type: none"> 1) Narrativas detetivescas contemporâneas; 2) Neorealismo Fantástico em Miranda July
PROJETOS DE EXTENSÃO VIGENTES
<ol style="list-style-type: none"> 1) Mora na filosofia; 2) Projeto Cinetopias; 3) Campus Utopicus.
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO
3 anos (1 orientando de mestrado - concluído - e 2 orientandos de mestrado - em fase inicial.
OUTRAS ATIVIDADES (GESTÃO, EXTENSÃO OU GRUPO DE PESQUISA)
<ol style="list-style-type: none"> 1) Grupo de pesquisa "Literatura e Utopia"; 2) grupo de pesquisa "Quadro a quadro"; 3) Coordenador de Estágios supervisionados.

DOCENTE
Paulo Leôncio da Silva
TITULAÇÃO
Doutor
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE E REGIME DE DEDICAÇÃO
Professor Adjunto, 40h (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Linguística Aplicada, Fonologia, Análise do Discurso e Textolinguística
OUTRAS ATIVIDADES (GESTÃO, EXTENSÃO OU GRUPO DE PESQUISA)
Segundo Doutorado: Psicologia Clínica; Membro do Colegiado do Curso de Graduação em Inglês; Vice-Coordenador do Setor de Apoio; Tradutor da FALE/UFAL. Membro do grupo de estudos Linguística Aplicada: "Ensino e Aprendizagem" (CNPQ/PPGLL/UFAL)

DOCENTE
Pedro Gustavo Rieger
TITULAÇÃO
Mestre
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE E REGIME DE DEDICAÇÃO

Professor Assistente - 40 horas (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Análise Crítica do Discurso. Linguagem e Saúde. Linguagem e Direito. Linha de pesquisa: Discurso, Educação e Sociedade (PPGI/UFSC).
PROJETOS DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA VIGENTES
1) Neuronarratives, neuropolitics and the pharmaceuticalisation of mental health: connecting the dots in the judicial discourse about Attention Deficit and Hyperactivity Disorder (Tese de doutorado em andamento). 2) Direito, gênero e cidadania: uma análise crítica do discurso judicial sobre direitos civis, sexuais e reprodutivos de mulheres e da população LGBTQI (coordenadora: Dra. Débora de Carvalho Figueiredo, PPGI/UFSC).
OUTRAS ATIVIDADES (GESTÃO, EXTENSÃO OU GRUPO DE PESQUISA)
Vice-coordenador do curso de Letras - Inglês da Universidade Federal de Alagoas. Membro do colegiado do curso de Letras Inglês (UFAL). Membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de Letras Inglês (UFAL). Coordenador de TCC do curso de Letras Inglês (UFAL). Orientador de monitoria. Membro dos grupos de pesquisa CNPQ Perspectivas Queer e Decoloniais em Debate (UFSC), e Linguagem e Direito (UNICAP). Matriculado em nível de doutorado no programa de pós-graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Federal de Santa Catarina (matrícula 201604369).

DOCENTE
Raquel D'Elboux Couto Nunes
TITULAÇÃO
Mestra
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE E REGIME DE DEDICAÇÃO
Professora Adjunta - 40 horas (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Literatura em língua inglesa. Literatura de autoria feminina. Literatura Afrodescendente. Feminismo. Estudos de Gênero. Literatura e Sociedade. Língua Inglesa.
PROJETOS DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA VIGENTES
Maya Angelou, Chimamanda Ngozi Adichie e Conceição Evaristo: vitimização e agenciamento na literatura afrodescendente.
OUTRAS ATIVIDADES (GESTÃO, EXTENSÃO OU GRUPO DE PESQUISA)
Vice Coordenadora do Grupo de Pesquisa MARE&SAL. Coordenadora do Curso Letras Licenciatura a distância, habilitação: inglês. Membro do Colegiado do curso Letras Inglês EAD. Membro do NDE do Curso Letras Inglês EAD. Suplente do Colegiado do Curso Letras Inglês presencial. Membro do NDE do Curso Letras Inglês presencial. Membro do Conselho da FALE. Tradutora oficial da UFAL. Membro da Comissão de Elaboração de resolução e edital para exames de proficiência

DOCENTE
Roseanne Rocha Tavares
TITULAÇÃO
Doutora
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE E REGIME DE DEDICAÇÃO
Professor Associada, 40h (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Linguística Aplicada, Pragmática, Sociolinguística

DOCENTE
Sérgio Ifa
TITULAÇÃO
Doutor
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE E REGIME DE DEDICAÇÃO
Professor Associado - 40 horas (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Linguística Aplicada. Formação de Professores. Ensino-aprendizagem de línguas adicionais. Política linguística. Transculturalidade.
PROJETOS DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA VIGENTES
<p>Formação de educadores de línguas adicionais no Projeto Casas de Cultura no Campus: Letramentos e Transculturalidade. De 2014 até junho 2018.</p> <p>(Re)Construindo sentidos na formação continuada de professores de línguas adicionais em Alagoas: letramentos, agência e cidadania. De 2014 até dezembro de 2018.</p> <p>Formação de professores de línguas no Projeto Casas de Cultura no Campus: epistemologias e questões contemporâneas. A partir de junho 2018.</p>
PROJETOS DE EXTENSÃO VIGENTES
<p>Programa Inglês/Idiomas sem Fronteiras (desde 2013): Coordenação geral</p> <p>Projeto Casas de Cultura no Campus (FALE/UFAL), desde 2009 coordenação geral e coordenador de língua inglesa.</p> <p>Formação de Professores de língua inglesa: agindo para transformar realidades (desde 2018).</p>
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO

8 anos no PPGLL (UFAL). Vínculo: permanente. Mestrado (13 orientações concluídas e 5 em andamento); Doutorado (1 orientação concluída e 4 em andamento).
OUTRAS ATIVIDADES (GESTÃO, EXTENSÃO OU GRUPO DE PESQUISA)
Líder do Grupo de Pesquisa LET - Letramentos, Educação e Transculturalidade (FALE-UFAL); pesquisador do Projeto Nacional: Linguagem, Cultura, Educação e Tecnologia (FFLCH-USP); Coordenação do Curso Letras Inglês; colegiado do Curso de Letras Inglês; Coordenação do Programa Idiomas sem Fronteiras (ISF/UFAL); Coordenação da Linha Linguística Aplicada (PPGLL/UFAL); orientação 4 PIBIC (ciclo 2018/2019); 4 TCCs (Inglês presencial).

DOCENTE
Simone Makiyama
TITULAÇÃO
Doutora
CARGO, CARGA HORÁRIA, CLASSE E REGIME DE DEDICAÇÃO
Professora Adjunta - 40 horas (Dedicação Exclusiva)
TEMAS E LINHAS DE PESQUISA
Linguística Aplicada. Formação de Professores. Crenças de aprendizagem. Análise do Discurso. Tecnologias Digitais
PROJETOS DE EXTENSÃO VIGENTES
O uso da voz na sala de aula (em parceria com o prof. Marcos Grutzmacher). Programa de Extensão “Casas de Cultura” Programa de Extensão “FALE em linguagens”
OUTRAS ATIVIDADES (GESTÃO, EXTENSÃO OU GRUPO DE PESQUISA)
Coordenação do Pibid Letras-Interdisciplinar. Colaboradora do Programa Residência Pedagógica Letras-Multidisciplinar. Coordenação da Câmara de extensão da Faculdade de Letras. Membro do colegiado do curso de Letras Inglês Membro do NDE do curso Letras Inglês. Membro do colegiado do curso Letras Inglês EaD. Membro do NDE do curso de Letras Inglês Ead. Membro do colegiado do curso de Letras-francês. Membro do Conselho da Faculdade de Letras. Membro dos grupos de pesquisa Observu (FALE/UFAL), Gedon (FALE/UFAL) e Projeto Nacional: linguagem, Cultura e Tecnologia (USP).

9. CONTEÚDOS CURRICULARES

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras Inglês pode formar, os conteúdos contemplam o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras Inglês pressupõe o desenvolvimento de atividades críticas e reflexivas de caráter teórico-prático durante o período de integralização do curso.

9.1 Educação ambiental

O Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, entre outras providências. A Resolução CNE/CP nº 02/2012 define formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores.

Para atender à legislação, o curso de Letras Inglês inclui conteúdos curriculares, relacionados a questões ambientais, em diversas disciplinas obrigatórias e eletivas. Também ocorrem eventos institucionais realizados pela UFAL relacionadas à educação ambiental.

9.2 Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos na UFAL adequa-se à Resolução CNE/CP n. 01/2012.

O curso de Letras Inglês, seguindo as orientações da resolução CONSUNI/UFAL 59/2014 estabelece que a temática dos direitos humanos deverá atender à legislação específica. Nessa perspectiva, o art. 8º da Resolução CNE/CP 01/2012 determina:

Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos (as) os (as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais.

O curso de Licenciatura em Letras Inglês trata da temática de direitos humanos não somente de forma transversal em suas várias disciplinas teóricas e teórico-práticas, mas também em suas ações na área de formação de professores em situação de pré-serviço, na inserção destes na comunidade educacional por meio das aulas de estágio supervisionado e das ações de extensão propostas.

Em sendo uma licenciatura da área de humanas com foco na formação de professores de línguas estrangeiras, o curso busca tratar de temas como:

- ✓ Respeito à diversidade cultural de países falantes das outras línguas;
- ✓ Valorização da cultura local brasileira;
- ✓ Escuta atenta e respeito ao outro.

O curso de Letras Licenciatura em Letras Inglês preocupa-se também com a reflexão e discussão dos elementos que compõem o conjunto de direitos e deveres humanos e de cidadania (SOUSA SANTOS, 2003). A importância do tratamento dos deveres, com a noção de direitos humanos, coloca a formação de professores no centro da crítica ao problema da sociedade de direitos, consistente com a crítica aos valores neoliberais de liberdade e autonomia.

O curso de licenciatura em Letras Inglês mostra com isso sua preocupação com uma formação sólida e crítico-reflexiva em relação à posição que o/a docente ocupa no contexto educacional brasileiro.

9.3 Língua Brasileira de Sinais

O componente curricular *Fundamentos de Libras* é obrigatório nas licenciaturas e no curso de Pedagogia e de Letras (Art. 3º do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000). Nos demais cursos de graduação é opcional, devendo constar na lista dos componentes curriculares complementares.

O curso de Letras Inglês oferece a disciplina *Fundamentos de Libras* como disciplina obrigatória na matriz curricular, prevista para o quinto período.

9.4 Temas transversais

Os temas transversais aparecem nas disciplinas pedagógicas e nas de língua inglesa, como forma de fomentar debates e praticar as habilidades de compreensão e produção oral e escrita em língua inglesa – ética, cidadania, meio-ambiente, globalização, mídias etc.

Todos os temas recomendados na Resolução 06/2018 são contemplados em várias disciplinas do curso.

As questões de identidade, ideologia, gênero, sexualidade, as étnico-raciais e as relacionadas aos estudos da deficiência são, por exemplo, tratadas na disciplina Estudos do Discurso e na disciplina Questões contemporâneas em Linguística Aplicada e ensino de língua inglesa e Ensino-aprendizagem de língua inglesa. Essas questões e outras poderão ser contempladas nas seguintes disciplinas: Linguística Aplicada e ensino de línguas estrangeiras, Elaboração de material didático, Linguística Aplicada, Letramentos e perspectivas críticas, entre outras.

10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. A Resolução 71/2006 do CONSUNI trata sobre a questão do estágio na UFAL:

O estágio curricular é obrigatório quando exigido em decorrência das diretrizes curriculares dos cursos e/ou previsto nos respectivos projetos pedagógicos, como disciplina que integraliza a estrutura curricular. [...] O estágio curricular pressupõe planejamento, acompanhamento, avaliação e validação pela Instituição de Ensino, em comum acordo com a instituição concedente. [...] O estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente.

O Parecer CNE/CP 28/2001, ao estabelecer a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura define que “o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico”.

O mesmo parecer estabelece um tempo mínimo legal para o estágio de 400 horas. Nos cursos de licenciaturas e de Pedagogia, acadêmicos que exercem atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária de estágio curricular supervisionado até, no máximo, 200 horas, conforme Resolução CNE/CP nº 02/2002, Art. 1º, Parágrafo único. A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados – também trata a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica.

O Estágio previsto no Curso de Letras Inglês está em consonância com a Lei n. 11.788 de 25/11/2008, bem como com a RESOLUÇÃO Nº 004/2012 - FALE, de 15 de maio de 2012 que estabelece normas de realização, organização e estruturação do estágio, além de atribuições dos envolvidos no processo e avaliação. Ademais, no documento também constam a carta de apresentação, a carta de recebimento do relatório e a carta de aceite.

O principal objetivo do estágio é que o aluno adquira experiência prática na sua área de formação. A partir do quinto semestre, o aluno começará a realizar atividades de estágio supervisionado, as quais se estendem até o último semestre. O curso de Letras Inglês objetiva formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais de seus futuros alunos. Essa formação só pode ser atingida por meio de uma prática que viabilize um real contato entre estágio e instituições educacionais. É no seu local de estágio que o aluno poderá entender a significação da escola e o laço que esta possui com sua comunidade, percebendo como deve ajustar o conteúdo curricular adquirido no Ensino Superior à sala de aula.

Para o estabelecimento desse contato entre as ações do Estágio Supervisionado e as Instituições Educacionais, o curso de Letras deve manter interação sistemática com escolas de ensino fundamental e médio.

O Estágio Supervisionado no curso de Letras envolve quatro momentos: dois dedicados ao ensino fundamental II e EJAII e dois dedicados ao ensino médio e EJAII.

No primeiro, dedicado ao ensino fundamental II, o foco está na reflexão sobre a macro-realidade pedagógica e o micro-espço da sala de aula em estabelecimentos de ensino do Ensino Fundamental II, incluindo EJAII por meio da observação e interpretação do cotidiano escolar.

No segundo momento, o foco está na reflexão sobre a macro-realidade pedagógica e o micro-espço da sala de aula em estabelecimentos de ensino do Ensino Médio, incluindo EJAII por meio da observação e interpretação do cotidiano escolar bem como na revisão de teorias de ensino e aprendizagem de literaturas em língua inglesa.

No terceiro momento, o aluno será convidado a fazer uma Análise dos desafios da Educação e do ensino de língua inglesa em um contexto de contradições resultantes da contemporaneidade econômica, política, social e cultural. Problematização dos conhecimentos e práticas necessários à práxis da língua inglesa no Ensino Fundamental II e EJAII.

No quarto momento, o aluno será convidado a fazer uma Análise dos desafios da Educação e do ensino de língua inglesa em um contexto de contradições resultantes da contemporaneidade econômica, política, social e cultural. Problematização dos

conhecimentos e práticas necessários à práxis da língua inglesa no Ensino Médio e EJA.

A participação em processos pedagógicos pode envolver, além da observação e da regência, uma participação mais efetiva, por exemplo, atendimento a grupos de alunos que estejam em dificuldade ou atendimento na biblioteca, entre outras atividades.

A prática docente envolve observação, participação e docência com, ao menos, uma aula supervisionada e avaliada por professor regente de turma do Ensino Médio da escola escolhida para estágio, a partir de documento de avaliação.

Essas quatro etapas, diretamente relacionadas a cada semestre letivo da carga horária do estágio, não precisam acontecer de forma isolada ou estanque. A reflexão sobre a prática pode surgir tanto da observação de uma atividade registrada em vídeo quanto da observação/regência direta na sala de aula. Desse modo, todas as atividades do estágio devem estar diretamente articuladas com a prática e todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um Relatório Final, do qual devem constar:

Apresentação: disciplina e discussão teórica de base, de acordo com o tema selecionado e desenvolvido. Exemplo: Produção escrita – Dificuldades da aprendizagem em LE - Avaliação em leitura etc.; local de realização do estágio; objetivos previamente traçados; apresentação da elaboração da proposta, dificuldades encontradas no início do estágio; continuidade do planejamento, etapas da atividade programada e adaptações feitas.

Caracterização da escola - Dados Gerais:

Identificação da Escola – Campo de estágio (nome completo da escola; localização; níveis e modalidades de ensino; turnos de funcionamento)

Instalações da Escola (Infraestrutura e recursos materiais: Biblioteca – dimensões, acervo, capacidade, uso, tipo de atendimento; sala de informática e recursos tecnológicos; distribuição dos espaços e serviços de apoio)

Organização do trabalho escolar (calendário escolar; horários de funcionamento; Índices de evasão e repetência)

Prática Sócio-Político-Pedagógica - Identificação da existência de projetos e/ou programas em desenvolvimento; Planejamento: como é feito, quem participa; Entrevista com representantes da direção, coordenadores, professores e alunos.

Diário de Campo - Descrição e reflexão sobre o trabalho desenvolvido – observação ou regência - registro dos conteúdos abordados, metodologias, estratégias adotadas, avaliações empregadas, datas de realização e tipos de atividades observadas e/ou desenvolvidas.

Na Interpretação de dados, cada aluno desenvolve a interpretação dos dados coletados na Escola. Descrever e interpretar criticamente as atividades e ações realizadas durante o estágio.

Considerações finais: reflexões sobre a importância do estágio para a formação, dificuldades encontradas e sua superação, sugestões para a melhoria do ensino e da aprendizagem no contexto em que estagiou.

Referências: Autores citados no relatório e nas notas.

Anexos e/ou apêndices: Material didático usado pelo professor; produção dos alunos durante as aulas ou atividades do período de estágio, registro fotográfico, entre outros materiais ou documentos.

O professor de estágio deverá acompanhar as atividades de estágio no curso de Letras Inglês. O estágio deve, para assegurar a necessária qualidade, atender a alguns pontos específicos, como:

- ter momentos presenciais para organização das atividades de estágio que não sejam apenas os das avaliações finais;
- ter um grupo de organização que estruture, sistematize e operacionalize as ações previstas para o estágio;
- disponibilizar materiais para que os alunos retomem os conteúdos trabalhados, como textos, vídeos, entre outros;
- desenvolver uma avaliação processual;

O estágio poderá ser interrompido se houver trancamento de matrícula ou mudança de curso, se o aluno deixar de frequentar o curso regularmente. O/A estudante estagiará na área de Educação, totalizando 400 horas. O estágio poderá ser desenvolvido na área específica da escola com a qual o aluno mantém vínculo empregatício.

O aproveitamento de até 50% das 400 horas de estágio curricular supervisionado, conforme a resolução nº CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 (DOU 04/03/02), artigo 1º, inciso IV, Parágrafo único, dar-se-á para os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica, quando tais atividades:

a) tenham sido efetuadas em escolas autorizadas;

b) apresentem declaração comprobatória de que estão ministrando aulas do mesmo nível da disciplina de estágio.

c) não estejam ligadas a áreas diferentes das áreas de atuação do curso.

O aproveitamento das horas de estágio curricular supervisionado será aprovado pelo Colegiado de Curso, ouvidos os professores envolvidos e o Coordenador de Curso.

As demais condições e prerrogativas para o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório seguem a resolução Nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

10.1 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica

O estágio curricular supervisionado previsto/implantado regulamentado/institucionalizado promove, de maneira excelente, relação com a rede de escolas da Educação Básica, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acompanhamento pelo docente da IES (Orientador) nas atividades no campo da prática, ao longo do ano letivo, com vivência da realidade escolar de forma integral, incluindo participação em conselhos de classe/reunião de professores.

10.2 Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciandos/as, docentes e supervisores/as da rede de escolas da Educação Básica.

O estágio curricular supervisionado previsto/implantado regulamentado/institucionalizado promove, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: parceria entre docentes da IES, licenciandos/as e docentes da Educação Básica, incluindo o supervisor de estágio; acompanhamento/participação do licenciando em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica; participação de docentes da Educação Básica no processo de orientação/formação dos licenciandos.

10.3 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática

O estágio curricular supervisionado promove a relação teoria e prática, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica; embasamento teórico das atividades planejadas/desenvolvidas no campo da prática; reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos em contextos de educação formal e não formal; produção acadêmica que articule a teoria estudada e a prática vivenciada.

11. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

O Curso de Letras Inglês promove a integração com as redes públicas de ensino por meio das atividades de estágios, projetos de pesquisa ou de extensão, que contemplem oportunidades para o engajamento com a comunidade. Esta integração se dá por meio do desenvolvimento de Atividades Curriculares de Extensão, do Estágio Supervisionado, bem como das Práticas como Componente Curricular.

12. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

A fim de atender as prerrogativas da Resolução nº 06/2018 CONSUNI UFAL, aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal de Alagoas, em consonância com as recomendações do Ministério da Educação (MEC) para a composição curricular das licenciaturas, o curso de Letras – Inglês prevê uma carga horária de 200 horas relacionadas a Atividades Acadêmico-Científico-Culturais. De acordo com o MEC, as atividades acadêmico-científico culturais

tem a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com o Parecer do CNE/CES nº 492/2001.¹⁴

A licenciatura em Letras Inglês da UFAL prevê a carga horária obrigatória de 200 horas de Atividades acadêmico-científico-culturais divididas em três eixos: ensino, pesquisa e extensão. Esta carga horária está dividida entre as componentes Ensino em língua inglesa e literaturas em língua inglesa I (50 horas), Ensino em língua inglesa e literaturas em língua inglesa II (50 horas), Pesquisa em língua inglesa e literaturas de língua inglesa I (50 horas), Pesquisa em língua inglesa e literaturas em língua inglesa II (50 horas), Extensão em língua inglesa e literaturas de língua inglesa I (50 horas), Extensão em língua inglesa e literaturas de língua inglesa II (50 horas), Atividades Culturais I (50 horas), e Atividades Culturais II (50 horas). Cada componente computa 50 horas, devendo o/a licenciando/a validar, obrigatoriamente, ao menos quatro componentes através da apresentação de comprovantes de participação em atividades que englobam:

- a) Apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos
- b) Atuação como bolsista em áreas diversas relativas ao curso de Letras
- c) Cursos de curta duração ministrados
- d) Docência em curso de extensão
- e) Docência no ensino básico
- f) Estágio extracurricular não obrigatório
- g) Monitoria
- h) Monitoria em atividades de extensão

¹⁴ <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/perguntas-frequentes>

- i) Participação como ouvinte em eventos
- j) Participação como sujeito de pesquisa
- k) Participação em apresentações e/ou exposições culturais como peças de teatro, dança, mostras de filmes, feiras de cultura, feiras de livros, grupos de debates, museus e centros históricos, eventos esportivos, entre outras atividades a critério da coordenação de curso
- l) Participação em cursos de curta duração relacionados à área de Letras
- m) Participação em cursos de língua adicional
- n) Participação em grupos de pesquisa
- o) Participação em programas de intercâmbio
- p) Participação em projetos de iniciação à docência
- q) Participação em projetos de iniciação à pesquisa
- r) Participação na organização de eventos
- s) Publicação de artigos em periódicos reconhecidos pela CAPES
- t) Publicação de resumos em anais de congressos
- u) Representação estudantil
- v) Tutoria em EaD
- w) Outras atividades, a critério da coordenação de curso, mediante consulta prévia

Para creditar a carga horária relativa às Atividades Acadêmico-científico-culturais em seu currículo, o/a licenciando/a deverá produzir, até o final da penúltima fase de seu curso, um memorial descritivo das atividades que deseja validar. Este memorial deverá ser entregue à coordenação do curso com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao último dia letivo do penúltimo período do curso, através do e-mail letrasinglesfale@gmail.com, junto dos comprovantes digitalizados, para que seja designada uma comissão de análise do memorial, constituída por, no mínimo, dois/duas docentes vinculados/as ao curso de Letras – Inglês. O memorial deverá conter em sua estrutura:

- a) Capa e sumário;

- b) Uma introdução, em que o/a licenciando/a deverá descrever a organização de seu memorial, bem como as componentes que pretende validar e o período em que as atividades foram desenvolvidas;
- c) Uma seção de desenvolvimento, em que o/a licenciando/a deverá apresentar os nomes das atividades, sua carga horária, uma descrição de seu desenvolvimento, bem como comentários acerca de sua relevância para sua formação.
- d) Uma seção de considerações finais ou conclusão, em que o/a licenciando/a deve apresentar uma reflexão, ainda que incipiente, acerca dos impactos destas atividades em sua formação.
- e) Uma seção de anexos, contendo os comprovantes referentes às atividades desenvolvidas.

Após a entrega do memorial de Atividades acadêmico-científico-culturais à coordenação, a comissão responsável pela avaliação emitirá parecer favorável ou não para a validação dos créditos solicitados. Em caso de parecer desfavorável, a comissão indicará quais aspectos do memorial devem ser revisados. O parecer será encaminhado ao/à licenciando/a através do endereço de e-mail utilizado no momento do envio do memorial.

Os quadros a seguir indicam a carga horária máxima a ser aproveitada para cada atividade comprovada na elaboração do memorial, a divisão das atividades que se enquadram nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, e os documentos comprobatórios exigidos. Acrescenta-se que as atividades não descritas abaixo deverão passar por consulta à coordenação de curso a fim de que se analise a viabilidade de sua validação.

ATIVIDADES DE ENSINO

Atividades de ensino	Carga Horária máxima atribuída	Comprovação das atividades
Cursos de curta duração ministrados	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL. Cada curso ministrado dará direito à validação de 10 horas.
Docência em cursos de extensão	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.
Docência no ensino básico	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia digitalizada da carteira de trabalho, desde que contenha carga horária.
Monitoria	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.
Participação em projetos de iniciação à docência	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.

Participação em projetos de iniciação à pesquisa com foco em ensino/aprendizagem na área de Letras	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.
Tutoria em EaD	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.

ATIVIDADES DE PESQUISA

Atividades de pesquisa	Carga Horária máxima atribuída	Comprovação das atividades
Apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos	60 horas	Certificado original expedido por órgão competente, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL. Cada trabalho apresentado dará direito à validação de 20 horas.
Participação como sujeito de pesquisa	60 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.
Participação em grupos de pesquisa	100 horas	Certificado original expedido pelo/a coordenador/a do grupo de pesquisa, ou comprovante de vínculo emitido na plataforma CNPq, ou cópia de certificado autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.

Participação em projetos de iniciação à pesquisa	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.
Publicação de artigos em periódicos reconhecidos pela CAPES	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL. Cada artigo publicado dará direito à validação de 50 horas.
Publicação de resumos em anais de congressos	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL. Cada resumo publicado dará direito à validação de 20 horas.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Atividades de Extensão	Carga Horária máxima atribuída	Comprovação das atividades
Atuação como bolsista de estágio em áreas diversas relativas ao curso de Letras	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.
Estágio extracurricular não obrigatório	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.
Monitoria em atividades de extensão	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.

Participação como ouvinte em eventos	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.
Participação em cursos de língua adicional	100 horas	Certificado original expedido por órgão competente contendo a carga horária da atividade, ou cópia autenticada por um/a servidor/a público/a da UFAL.

ATIVIDADES CULTURAIS

Atividades	Carga horária máxima	Comprovação das atividades
Participação em apresentações e/ou exposições culturais como peças de teatro, dança, mostras de filmes, feiras de cultura, feiras de livros, grupos de debates, visitas a museus e centros históricos, eventos esportivos, entre outras atividades a critério da coordenação de curso.	100 horas	As atividades culturais dispostas neste quadro devem ser comprovadas mediante apresentação de original ou cópia autenticada de ingressos de entrada ou declaração da instituição organizadora do evento. Para cada atividade será atribuída a carga horária de 05 horas.

13. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Por Trabalho de Conclusão de Curso, entende-se atividade de pesquisa individual com produção de trabalho científico contendo, no mínimo, 5.000 palavras, e no máximo, 10.000 palavras, e que objetive integrar princípios teóricos-metodológicos da formação do/a licenciando/a para atuar no ensino de língua inglesa e suas respectivas literaturas. O trabalho de TCC poderá ser escrito em língua portuguesa ou língua inglesa, a critério do/a licenciando/a, e em comum acordo com o/ orientador/a, devendo conter as seguintes seções:

a. Uma introdução, que apresente um problema de pesquisa com sua respectiva contextualização, os objetivos da pesquisa a ser realizada, as perguntas norteadoras da pesquisa e a relevância pedagógica do estudo;

b. Uma revisão de literatura, que apresente uma revisão de estudos conduzidos na área de desenvolvimento da pesquisa, bem como os principais preceitos teóricos norteadores do estudo;

c. Uma seção de metodologia, que apresente os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do estudo, como, por exemplo, procedimentos para coleta e análise de dados;

d. Uma seção de interpretação ou análise dos dados, que apresente uma interlocução entre a interpretação ou análise e os preceitos teóricos apresentados, bem como as respostas encontradas para as perguntas de pesquisa, de modo a fundamentar uma discussão que seja relevante para o campo de estudos em que se insere o trabalho de conclusão de curso;

e. Uma seção de considerações finais ou conclusão, que apresente sugestões para pesquisas futuras, que apresente um panorama geral sobre os principais resultados encontrados na pesquisa, bem como as limitações encontradas para seu desenvolvimento e sugestões para pesquisas futuras.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está institucionalizado por meio da Resolução N° 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005 que, em seu Art. 18, afirma: O TCC é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL. Uma vez que não se constitui como disciplina, o TCC não tem carga horária fixa semanal, devendo o/a licenciando/a, junto a seu/sua orientador/a, elaborar

um cronograma de atividades referentes às atividades relacionadas ao TCC. Sua carga horária total está prevista no PPC e será computada para a integralização do Curso. Nessa perspectiva, cada PPC toma para si a responsabilidade de definir a forma de realização, acompanhamento, apresentação e avaliação do TCC, estabelecendo normas próprias. No curso de Letras Inglês, o TCC segue a resolução nº 01/2018, aprovada pelo colegiado do curso, que estabelece normas para sua elaboração, em relação a: coordenação, carta de aceite, orientação, objetivos, acompanhamento, prazo, e critérios de avaliação e formatação.

A apresentação do TCC é atividade obrigatória para a finalização do curso em Letras – Inglês. Sua carga horária total é de 80 horas, divididas entre os três últimos períodos curso. Estas horas serão integralizadas na carga-horária total do curso mediante apresentação de ata de defesa à coordenação de TCC. A pesquisa de que resultará no TCC deverá ser iniciada no sétimo período do curso (para estudantes do turno vespertino, após cursarem a disciplina Pesquisa Qualitativa). As atividades serão acompanhadas por um/a professor/a orientador/a, a quem compete o encaminhamento de todos os procedimentos necessários para o adequado desenvolvimento do trabalho pelo/a licenciando/a.

14. DISCIPLINAS ELETIVAS

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Análise de textos orais e escritos em gêneros textuais diversos, relacionando-os a seus contextos socioculturais e sociopolíticos. Abordagem de princípios teóricos e metodológicos de Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico Funcional, com ênfase em tradição anglo-saxônica. Interseccionalidade, identidade e poder no discurso. Análise crítica do discurso e ensino.

Temas transversais: Gênero, sexualidade, questões étnico-raciais, classe, deficiência.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: UnB, 2001. 316 p. ISBN 9788523006143 (broch.). Classificação: 801:301 F165d Ac.43849.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical Discourse Analysis as a Method in social scientific research, em Wodak, R.; Meyer, M.: *Methods of Critical Discourse Analysis*. SAGE Publications, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis*. (2 ed.). Abindon/New York: Routledge, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. *Semiotic Aspects of Social Transformation and Learning*, em *An Introduction to Critical Discourse Analysis in Education*, 2 nd edition. Ed. Rebecca Rogers. Routledge, New York, 2011.

GEE, James Paul. *Social linguistics and literacies: ideology in discourses*. 4th. ed. London: Routledge, 2007. New York: 242 p. ISBN 9780415617765 (broch.). Classificação: 801:37 G297 4.ed. Ac.5386.

Halliday, Michael; Matthiessen, Christian. *Halliday's introduction to functional grammar*. Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003. 271 p. ISBN 8575910108 : (Broch.) Classificação: 801.54 D611 Ac.2706.

VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and practice: New tools for Critical Discourse Analysis*. New York, Oxford University Press, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução a análise do discurso. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 1999. 117 p ISBN 852680670X (broch.). Classificação: 801.54 B817i Ac.37356.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.. 19. ed. São Paulo: Loyola; 2009. 79 p. (Leituras Filosóficas) ISBN 9788515013593 : (broch.) Classificação: 800.5 F762o 19. ed. Ac.39552.

MAGALHAES, Izabel; LEAL, Maria Christina Diniz (Coord). Discurso, gênero e educação. Brasília: Plano, 2003. 186 p. ISBN 8585946644 : (Broch.) Classificação: 801 D611g Ac.23364.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999. 100 p ISBN 9788571131316 (broch.). Classificação: 801.54 O71a Ac.25597.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008. 143 p. - ISBN 9788588456136 : (Broch.) Classificação: 800.1 R149p 3.ed. Ac.34767.

Periódicos: Critical Discourse Studies; Discourse & Society, Discourse Studies, Linguagem em (Dis)curso. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Trabalhos em Linguística Aplicada, Delta, Gender and Language, Linguagem e Ensino, Linguistics and the Human Sciences, Text and Talk, Journal of Pragmatics, Veredas, Ilha do Desterro.

ESCRITA CRIATIVA

CARGA HORÁRIA: 72 horas

EMENTA:

Introdução à escrita ficcional, gêneros e convenções literárias; processos e técnicas de escrita em vários gêneros; leitura e análise comparativa de textos literários; oficina de escrita e crítica das produções.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABRAMS, M.H., et al. (Eds). **The Norton anthology of English literature**, 5th edition, vol.s I & II, New York and London: W. W & Company Ltd., 1986.

ARISTÓTELES. **A poética clássica**. Tradução de Jaime Bruna. 7. ed., São Paulo: Cultrix, 1977.

BARNET, Sylvan et al. **An introduction to literature: fiction, poetry and drama**. Illinois: Scott, Bresman & Company, 1997

BOSI, A. (Org.). **Leitura de poesia**. São Paulo: Ática, 1996.

CULLER, J. **Teoria literária**: uma introdução. Trad. Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SOARES, A. **Gêneros literários**. São Paulo: Ática, 1989.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FORSTER, E. M. **Aspects of the novel**. New York: HBJ, 1927.

HARMON, William; HOLMAN, C. Hugh. **A handbook to literature**. New Jersey: Prentice Hall, 1999.

KILDUF, M. e McCANNON. **Working with short stories**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995 (1991).

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 405p. ISBN 8571647003.

PEACOCK, Ronald.. **Formas da literatura dramática**. São Paulo: Zahar, 1968.

WAJNRYB, Ruth. **Stories**: narrative activities in the language classroom. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ESTUDOS TEMÁTICOS DE LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA I **CARGA HORÁRIA: 72 HORAS**

EMENTA:

Estudos de obras, autores/as, gêneros de leitura específicos nas literaturas em língua inglesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2006.

PEREIRA, Maria Antonieta; REIS, Eliana Lourenço de Lima. **Literatura e estudos culturais**. Belo Horizonte, MG: Faculdade das Letras da UFMG, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMORA, Antônio Soares. Introdução a teoria da literatura. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. **Monstros, índios e canibais: ensaios de crítica literária e cultural**. Florianópolis: Insular, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades de mediações culturais**. Tradução de Adelaine Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SECCO, Carmen; SALGADO, Maria Teresa; JORGE, Silvio Renato. **Pensando África: literatura, arte, cultura e ensino**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida e Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ESTUDOS TEMÁTICOS DE LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA II CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudos de movimentos ou vertentes críticas & modos de leitura específicos nas literaturas em língua inglesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2006.

PEREIRA, Maria Antonieta; REIS, Eliana Lourenço de Lima. **Literatura e estudos culturais**. Belo Horizonte, MG: Faculdade das Letras da UFMG, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMORA, Antônio Soares. Introdução a teoria da literatura. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. **Monstros, índios e canibais: ensaios de crítica literária e cultural**. Florianópolis: Insular, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades de mediações culturais**. Tradução de Adelaine Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SECCO, Carmen; SALGADO, Maria Teresa; JORGE, Silvio Renato. **Pensando África: literatura, arte, cultura e ensino**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida e Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA I

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudo do sistema fonológico da língua inglesa para o ensino/aprendizagem de língua inglesa como língua adicional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CALLOU, Dinah & LEITE, Yonne. **Iniciação à fonética e à fonologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CAVALIERE, Ricardo. **Pontos essenciais em fonética e fonologia**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CAGLIARI, L.C. **Análise fonológica: com especial destaque para o modelo fonêmico**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHOMSKY, N. & HALLE, M. **Princípios de fonologia generativa**. Madrid: Ed. Fundamentos, 1979.

CRYSTAL, D. **Dicionário de lingüística e fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

DE PAULA, A.S.& COSTA, M.A.P. **Fonética fundamental: princípios da fonética articulatória, acústica e auditiva**. Maceió: EDUFAL, 2011.

FIORIN, J.L. (org.). **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2002.

HENRIQUES, C. C. **Fonética, fonologia e ortografia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA II – LETRAMENTO FONOLÓGICO **CARGA HORÁRIA: 72 HORAS**

EMENTA:

Estudo dos elementos prosódicos da língua inglesa, aplicação de fundamentos teóricos e análise fonológica do inglês à luz do Letramento Crítico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GEE, James Paul. **Social linguistics and literacies: ideology in discourses**. 4th. ed. London: Routledge, 2007. New York: 242 p

HANCOCK, Mark. **English pronunciation: in use : intermediate : self-study and classroom use**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, c2003.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Acento e ritmo**. São Paulo: Contexto, 1992.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CANAGARAJAH, A. Suresh. **Resisting linguistic imperialism in English teaching**. Oxford: Oxford University Press, c1999. 216 p.

ESTUDOS da linguagem à luz do internacionalismo sociodiscursivo. Londrina: UEL, 2008. 293 p

KESKE-SOARES, Márcia (Org.). **Estudos em aquisição fonológica**. Santa Maria (RS): UFSM, PPGL Editores, 2007. 173 p.

MAIA, E. M. **No reino da fala: a linguagem e seus sons**. São Paulo: Ática, 1985.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e ((org.)). **Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010. 211 p.

LÍNGUA INGLESA 8
CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudo da língua inglesa com enfoque no desenvolvimento dos conhecimentos linguístico-discursivos e das habilidades de compreensão e de produção oral e escrita de modo integrado em nível intermediário superior II proporcionando ao aprendiz as condições necessárias para seu desenvolvimento, complementado pelo estudo da morfologia e da morfossintaxe da língua inglesa. Língua e poder.

TEMAS TRANSVERSAIS

Direitos humanos, educação ambiental. Ética e autonomia.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

HEATH, Shirley Brice. **Ways with words: language, life, and work in communities and classrooms.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LACOSTE, Yves e RAJAGOPALAN, Kanavillil (org.). **A Geopolítica do inglês.** São Paulo: Parábola, 2005.

MCWHORTER, Kathleen T. **College reading and study skills.** 7. ed. New York: Longman, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Estratégias, poder-saber.** 3ª Ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 23 ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 32. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MELLO, Suely Amaral. **Linguagem, consciência e alienação: o óbvio como obstáculo ao desenvolvimento da consciência crítica.** Marília: UNESP : Marília Publicações, 2000.

LITERATURAS EM INGLÊS E OUTRAS ARTES / MÍDIAS

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Conectar o estudo da Literatura a outras formas de expressão artística, como artes visuais e plásticas, cinema, fotografia, teatro e música; discutir conceitos sobre a relação entre palavra, imagem e som; explorar as experiências literárias a partir de perspectivas alternativas; representar experiências literárias de diversas formas, inclusive não verbais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABRAMS, M.H., et al. (Eds). **The Norton anthology of English literature**, 5th edition, vol.s I & II, New York and London: W. W & Company Ltd., 1986.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Lisboa: Edições 70, 2006. 141p.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. 6 ed. São Paulo: Cultrix, 1979. 116 p.

BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia; LIMA, Ana C. (orgs) **Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)**. Maceió/Florianópolis: EDUFAL, Editora Mulheres & EDUFSC: 2017.

CULLER, J. **Teoria Literária: uma introdução**. Trad. Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SOARES, A. **Gêneros literários**. São Paulo: Ática, 1989

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARNET, Sylvan et al. **An introduction to literature: fiction, poetry and drama**. Illinois: Scott, Bresman & Company, 1997

BOSI, A. (Org.). **Leitura de poesia**. São Paulo: Ática, 1996.

FORSTER, E. M. **Aspects of the novel**. New York: HBJ, 1927.

HARMON, William; HOLMAN, C. Hugh. **A handbook to literature**. New Jersey: Prentice Hall, 1999.

KILDUF, M. e McCANNON. **Working with short stories**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995 (1991).

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 405p. ISBN 8571647003.

PEACOCK, Ronald.. **Formas da literatura dramática**. São Paulo: Zahar, 1968.

WAJNRYB, Ruth. **Stories: narrative activities in the language classroom**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

INTRODUÇÃO À TRADUÇÃO DE TEXTOS DE EXPRESSÃO INGLESA **carga horária: 72 horas**

EMENTA

Introdução à Tradução com base na discussão dos problemas enfrentados na prática tradutória de textos técnicos e/ou literários que têm o inglês por língua de partida, focalizando os procedimentos aceitos na área.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALVES, Fabio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana Silvina. Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2015.

ARROJO, Rosemary. Oficina de tradução: a teoria na prática. Ática, 1986, Série Princípios.

BARBOSA, Heloisa Gonçalves. Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta. Campinas: Pontes, 2004, 2ª ed.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARROJO, Rosemary. O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas, SP: Pontes, 1992.

BERNARDO, Gustavo. As Margens da tradução. Rio de Janeiro: Caetés, 2002.

CAMPOS, Geir. o que é tradução. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos.

RICOEUR, Paul. Sobre a tradução. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2011.

RONAI, Paulo. Escola de tradutores. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2012.

15. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES

15.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS (em ordem alfabética)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA INGLESA 1 CARGA HORÁRIA: 80 HORAS

EMENTA:

Reflexão sobre a macro-realidade pedagógica e o micro-espço da sala de aula em estabelecimentos de ensino do Ensino Fundamental II, incluindo EJAII por meio da observação e interpretação do cotidiano escolar. Revisão de teorias de ensino e aprendizagem subjacentes à prática de ensino. Leitura e análise de documentos oficiais que orientam o ensino de línguas adicionais no Ensino Fundamental e para diferentes faixas etárias. Avaliação de materiais didáticos: objetivos, fundamentos, seleção, adequação, produção levando em conta o contexto escolar observado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BROWN, D. **Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy**. San Francisco: H. Douglas Brown, 2001.

FERRO, J. **Produção e avaliação de materiais didáticos em língua materna e estrangeira**. Editora Intersaberes (e-book).

ROGERS, J. COSTA, J.E. **Aprendizagem de adultos: fundamentos para educação corporativa**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua estrangeira**. Brasília, DF, 1998, 121 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf

BRITO, B.M. **Parâmetros curriculares nacionais: funcionamento do discurso norteador do ensino de línguas estrangeiras modernas**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 127 f. 2011.

CORACINI, M.J.R. BERTOLDO, E.S. (org). **O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre a sala de aula (língua materna e língua estrangeira)**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

MAKIYAMA, S. **Ensino de língua inglesa na rede pública: o básico do básico?** Maceió: Edefal, 2015.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (org.). **Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA INGLESA 2

CARGA HORÁRIA: 80 HORAS

EMENTA:

Reflexão sobre a participação da literatura no processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa, e sua contribuição para a formação e a sensibilização estética e crítica do/a aprendiz. Prática de ensino e produção de material didático com base em textos literários. Observação e análise crítica de aulas na rede pública de ensino, por meio da reflexão sobre a macro-realidade pedagógica e o micro-espço da sala de aula em estabelecimentos de ensino do Ensino Fundamental II e/ou Médio, incluindo EJAI, e Superior.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COLLIE, Joanne and SLATER, Stephen. *Literature in the Language Classroom*. Cambridge: CUP, 1987.

CULLER, Jonathan. *Literary theory*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MALEY, A. & DUFF, A. *The Inward Ear: Poetry in the Language Classroom: Cambridge Handbooks for Language Teachers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília, DF, 2000, 71 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf

_____. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, DF, 2006, 239 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf

CAVALCANTI, Ildney. “Literatura é Língua, Falada e Escrita – Perspectivas de Pesquisa”. In MOURA, Denilda, org. *Oralidade e Escrita: Estudos sobre os Usos da Língua*. Maceió: Edufal, 2003. pp. 34-37.

KRAMSCH, Claire. *Context and Culture in Language Teaching*. Oxford: OUP, 2000.

LAZAR, GILLIAN. *Literature and Language teaching. A guide for teachers and trainers*. Cambridge: Cambridge University press, 2004.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA INGLESA 3

CARGA HORÁRIA: 120 HORAS

EMENTA:

Análise dos desafios da Educação e do ensino de língua inglesa em um contexto de contradições resultantes da contemporaneidade econômica, política, social e cultural. Problemática dos conhecimentos e práticas necessários à práxis da língua inglesa no Ensino Fundamental II e EJA. Orientação para a vivência da prática reflexiva no Ensino Médio por meio de atividades de observação e regência no contexto escolar. Planejamento, aplicação e avaliação de aulas e materiais didáticos para o Ensino Fundamental II baseados em temas relevantes como globalização, tecnologias, meio ambiente, artes, além de outros temas inter e transdisciplinares.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA FILHO, J.P. **O professor de língua estrangeira em formação**. Campinas: Pontes, 2009.

PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIMENTA, S.G. **O estágio na formação dos professores: unidade, teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua estrangeira**. Brasília, DF, 1998, 121 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf

BRUNO, F.A.T.C (org). **Ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras: reflexão e prática**. São Paulo: Claraluz, 2005.

DURÃO, A.B.A.B.; ANDRADE, O.G; REIS, S. (org). **Reflexões sobre o ensino das línguas estrangeiras**. Londrina: UEL, 2008.

LIMA, D.C. (org). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversa com especialistas**. São Paulo: Parábola, 2009.

MENEZES, V.L. (org). **Interação e aprendizagem em ambiente virtual**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA INGLESA 4

CARGA HORÁRIA: 120 HORAS

EMENTA:

Análise dos desafios da Educação e do ensino de língua inglesa em um contexto de contradições resultantes da contemporaneidade econômica, política, social e cultural. Problemática dos conhecimentos e práticas necessários à práxis da língua inglesa no Ensino Médio e EJA. Orientação para a vivência da prática reflexiva por meio de atividades de observação e regência no contexto escolar. Planejamento, aplicação e avaliação de aulas e materiais didáticos para o Ensino Médio baseados em temas relevantes como ética, direitos humanos, diversidades étnico-raciais, de gênero e de faixa geracional, mídias, desenvolvimento social, além de outros temas inter e transdisciplinares.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARCELOS, A.M.F. **Linguística aplicada**: reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e estrangeira. Campinas: Pontes Editores, 2011.

CUNHA, M.I. **O bom professor e sua prática**. Campinas: papirus, 2012.

MOITA LOPES, L.P. **Discursos de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABSY, C.A.; COSTA, G.C.; MELLO, L.F. **Leitura em língua inglesa**: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: ensino médio. Brasília, DF, 2000, 71 p. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio**: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, DF, 2006, 239 p. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf

DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A. (org). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FERNANDES, A.C. **Compreensão e Produção de Textos em língua materna e língua estrangeira**. Editora Intersaberes. (e-book).

ESTUDOS DO DISCURSO
CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Introdução a princípios teóricos e metodológicos da análise do discurso aplicados a diferentes gêneros discursivos escritos e orais, partindo de abordagens diversas, relacionando-os aos estudos interdisciplinares sobre educação, cultura, identidade, ideologia, gênero, sexualidade, questões étnico-raciais e relacionadas aos estudos da deficiência.

TEMAS TRANSVERSAIS:

Direitos humanos, identidade, ideologia, gênero, sexualidade, questões étnico-raciais, deficiência.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 196p

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.. 316 p.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. 420p.

PECHÊUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988. 317p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 1999. 117 p ISBN 852680670X (broch.). Classificação: 801.54 B817i Ac.37356;

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.. 19. ed. São Paulo: Loyola; 2009. 79 p. (Leituras Filosóficas) ISBN 9788515013593 : (broch.) Classificação: 800.5 F762o 19. ed. Ac.39552;

GEE, James Paul. **Social linguistics and literacies**: ideology in discourses. 4th. ed. London: Routledge, 2007. New York: 242 p.

MAGALHÃES, Izabel; LEAL, Maria Christina Diniz (Coord). **Discurso, gênero e educação**. Brasília: Plano, 2003. 186 p. I

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988. 118 p.

PHILLIPSON, Robertson. **Linguistic Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 1992, 365p.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Letras, 2007, 523.

HABILIDADES INTEGRADAS PARA ENSINO-APRENDIZAGEM DE INGLÊS 1 (PCC 1)

CARGA HORÁRIA: 100 HORAS

EMENTA:

Elaborar atividades com base nos conhecimentos construídos no decorrer do curso, com vistas à proposição de soluções para questões relacionadas ao ensino-aprendizagem de inglês para a educação básica, articulando-as a temas transversais. Educação ambiental. Diversidades. Iniciação à pesquisa relacionando teorias e prática.

TEMAS TRANSVERSAIS:

Educação ambiental, diversidades.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARCELOS, A.M.F. (org.). **Linguística aplicada: reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira**. Campinas, SP: Pontes, 2011.

LIMA, D.C. (org.). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversa com especialistas**. São Paulo: Parábola, 2009.

PAIVA, V.L.M.O. (org.). **Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRUNO, F.A.T.C (org). **Ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras: reflexão e prática**. São Paulo: Claraluz, 2005.

FERNANDES, A.C. **Compreensão e Produção de Textos em língua materna e língua estrangeira**. Editora Intersaberes. (e-book).

HARMER, Jeremy. **The practice of english language teaching**. 4th ed. Harlow(England): Pearson Education, c2007. 448 p. + 1 DVD

PAIVA, V.L.M.O. **Aquisição de segunda língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

WALESKO, A.M.H. **Compreensão oral em língua inglesa**. Editora Intersaberes. (e-book).

HABILIDADES INTEGRADAS PARA ENSINO-APRENDIZAGEM DE INGLÊS 2 (PCC 2)

CARGA HORÁRIA: 100 HORAS

EMENTA:

Análise de materiais didáticos e proposição de alternativas com vistas à promoção do respeito à diversidade e desenvolvimento da consciência crítica no ensino de inglês na educação básica. Educação em direitos humanos. Abordagens lúdicas e criativas para o ensino. Iniciação à pesquisa relacionando teorias e prática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GEE, James Paul. **Social linguistics and literacies: ideology in discourses**. 4th. ed. London: Routledge, 2007.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

MOITA LOPES, L.P. **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GUSMÃO, Neusa Maria M. **Diversidade, Cultura e Educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.

KILDUF, M. e McCANNON. **Working with short stories**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

KRAMSCH, Claire. **Context and culture in language teaching**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LAZAR, Gillian. **Literature and language teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral. **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2002. 477p. ISBN 8575910051 (broch.).

SIGNORINI, Inês. **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: 1998. Mercado de Letras.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2016.

HABILIDADES INTEGRADAS PARA ENSINO-APRENDIZAGEM DE INGLÊS 3 (PCC 3)

CARGA HORÁRIA: 100 HORAS

EMENTA:

Elaborar atividades com base nos conhecimentos construídos no decorrer do curso, integrando as tecnologias atuais com vistas à proposição de soluções para questões relacionadas ao ensino-aprendizagem de inglês para o ensino fundamental II, articulando-as a temas transversais. Desenvolvimento de pesquisa teórico-prática.

TEMAS TRANSVERSAIS:

Direitos humanos, educação ambiental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary (Edit.). **Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures**. London; New York: Routledge, 2000.

GEE, James Paul; HAYES, Elisabeth R. **Language and learning the digital age**. New York: Routledge, 2011.

KRESS, Gunther. **Literacy in the new media age**. London: New York: Routledge, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FREIRE, Maximina M. ABRAHÃO, Maria Helena Vieira. BARCELOS, Ana Maria Ferreira. **Linguística aplicada e Contemporaneidade**. São Paulo: Pontes, 2005.

GEE, James Paul. **New digital media and learning as an emerging area and 'worked examples' as one way forward**. London: The MIT Press, 2010.

KRAMSCH, Claire. **Context and culture in language teaching**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LAZAR, Gillian. **Literature and language teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KILDUF, M. e McCANNON. **Working with short stories**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HABILIDADES INTEGRADAS PARA ENSINO-APRENDIZAGEM DE INGLÊS 4 (PCC 4)

CARGA HORÁRIA: 100 HORAS

EMENTA:

Elaborar atividades com base nos conhecimentos construídos no decorrer do curso, com vistas à proposição de soluções para questões relacionadas ao ensino-aprendizagem de inglês para o ensino médio, articulando-as a temas transversais. Educação ambiental e educação em direitos humanos. Elaborar parâmetros de avaliação. Desenvolvimento de pesquisa teórico-prática.

TEMAS TRANSVERSAIS:

Direitos humanos, educação ambiental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FILMUS, D. **Ensino Médio:** cada vez mais necessário, cada vez mais insuficiente. Brasília: UNESCO, 2002.

MORIN, E.; ALMEIDA, M.C.; CARVALHO, E.A. **Educação e complexidade:** os setes saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2009.

PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI:** a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORRÊA, I.M. **A didática do ensino e a avaliação da aprendizagem em língua estrangeira.** Editora Intersaberes. (e-book).

CUNHA, M.I. **O bom professor e sua prática.** Campinas: papyrus, 2012.

DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A. (org). **Gêneros textuais e ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FROMM, G.; LIMA-HERNANDES, M.C. (Orgs.) **Domínios de linguagem III:** práticas pedagógicas 2. São Paulo: 2003.

PIMENTA, Rosângela Oliveira Cruz; FERREIRA, Paulo Nin (Orgs). **Formação continuada de professores do ensino médio de Alagoas.** Maceió, EDUFAL, 2015.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA 1

EMENTA:

Experiências de leitura de diferentes gêneros de textos; escrita e reescrita de textos acadêmicos, fundamentadas nos conceitos de linguagem como atividade interlocutiva e de texto como unidade básica significativa da língua.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo, Parábola Editorial, 2005.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 15ª ed. Campinas: Pontes, 2013.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. *Oficina de texto*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOLDSTEIN, Norma Seltzer; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. *O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade*. São Paulo: Ática, 2009.

LEITE, Marli Quadros. *Resumo*. São Paulo: Paulistana Editora, 2006. (Coleção aprenda a fazer).

MACHADO, Anna Rachel; LOUZADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lília Santos. *Resumo*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos).

SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cube; TEIXEIRA, Claudia Souza. *///*. São Paulo: Contexto, 2013.

LETRAMENTOS E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO **CARGA HORÁRIA: 72 HORAS**

EMENTA:

Visão de língua. Análise dos documentos oficiais e de material didático para o ensino fundamental e médio. Materiais didáticos e letramentos: questões linguísticas, socioculturais, metodológicas, pedagógicas e políticas. Papel do professor frente a avaliação, adaptação e elaboração de material didático. Conceitos de letramento crítico, novos letramentos, multiletramentos. Direitos Humanos. Questões da atualidade em Linguística Aplicada.

TEMAS TRANSVERSAIS

Direitos humanos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

RICHARDS, Jack C.; RENANDYA, Willy A. **Methodology in language teaching: an anthology of current practice**. New York: Cambridge University Press, 2013. vii, 422 p. ISBN 9780521004404 (broch.).

TAKAKI, Nara Hiroko; MACIEL, Ruberval Franco (Orgs.). **Letramentos em terra de Paulo Freire**. Campinas. Pontes Editores, 2014.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Aquisição de segunda língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 198 p. (Estratégia de ensino, v.48).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AGRA, Christiane Batinga. **Inglês se aprende na escola pública: reflexões sobre a introdução da língua inglesa no ensino fundamental I à luz dos multiletramentos**. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, AL, 2016.

CANAGARAJAH, A. Suresh. **Resisting linguistic imperialism in English teaching**. Oxford: Oxford University Press, c1999. 216 p.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.. 159 p. ISBN 8536305088 : (Broch.).

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary (Edit.). **Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures**. London; New York: Routledge, 2000. xi, 350 p. (Literacies). ISBN 9780415214216 (broch.).

JORDÃO, Clarissa Menezes; MARTINEZ, Juliana Zeggio; HALU, Regina Célia (Org). **Formação 'desformatada' - práticas com professores de língua inglesa**. Campinas, SP: Pontes, 2011. 307 p. (Novas perspectivas em linguística aplicada; 15) ISBN 9788571133594 (broch.).

MACIEL, Ruberval Franco; ARAUJO, Vanessa de Assis (orgs.) **Formação de Professores de Línguas: ampliando perspectivas**. Jundiaí, Paco Editorial, 2011. 318 p.

MAGALHÃES, Joyce Rodrigues da Silva. **A formação do professor de língua inglesa e o letramento digital: um olhar sobre uso das tic na sala de aula**. (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, AL, 2017.

MENEZES, Vera Lúcia (org.). **Interação e aprendizagem em ambiente virtual**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 405 p. (Invenção) ISBN 9788570417398 (broch.).

MOREIRA JR, Rusanil dos Santos. **Português como língua adicional e letramento crítico: ensino-aprendizagem com participantes falantes de outras línguas na Universidade Federal de Alagoas**. (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, AL, 2016.

RICHARDS, Jack C.; RENANDYA, Willy A. **Methodology in language teaching: an anthology of current practice**. New York: Cambridge University Press, 2013. vii, 422 p. ISBN 9780521004404 (broch.).

SANTOS, Benyelton Miguel dos. **Justiça social e letramento crítico: reflexões sobre o ensino de inglês como língua adicional no projeto Casas de Cultura no Campus da UFAL**. (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, AL, 2018.

SANTOS, Rodolfo Rodrigues Pereira dos. **A pesquisa-ação na formação continuada de professores de inglês e a abordagem de letramento crítico**. Maceió, AL, 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, AL, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006. 511 p. (Para um novo senso comum ; 4) ISBN 8524912421 (broch.).

SARMENTO, Simone; ABREU-E-LIMA, Denise Martins de; MORAES FILHO, Waldenor Barros (Org). **Do inglês sem fronteiras ao idiomas sem fronteiras: a construção de uma política linguística para a internacionalização**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016. 315 p. (EAD para o mundo).

TAKAKI, Nara Hiroko; MACIEL, Ruberval Franco (Orgs.). **Letramentos em terra de Paulo Freire**. Campinas. Pontes Editores, 2014.

TAVARES, Roseanne Rocha; BRYDON, Diana (Org.). **Letramentos transnacionais: mobilizando conhecimento entre Brasil/Canadá**. Maceió: EDUFAL, 2013. 149 p. ISBN 9788571777491 (broch.).

ZACCHI, Vanderlei; STELLA, Paulo Rogério (Orgs.) **Novos Letramentos, formação de professores e ensino de língua inglesa**. Maceió: EDUFAL, 2014. 273 p.

FUNDAMENTOS DE LIBRAS
CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

TEMAS TRANSVERSAIS

Acessibilidade e inclusão.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

COUTINHO, D. **Libras e língua portuguesa: semelhanças e diferenças**. João Pessoa: Editor: Arpoador , 2000.

QUADROS, R. M., KARNOPP, L. B. **Línguas de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FELIPE, T. A. **Libras em contexto: curso básico**, livro do estudante cursista. Brasília: Programa nacional de apoio à educação dos surdos, MEC; SEESP; 2001.

GESSER, Audrei. **Libras? que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

LOPES FILHO, O. (Org.). **Tratado de fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 1997.

SACKS, O. W. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, H. M. M. L. et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para prática pedagógica**. 2 v.: Programa nacional de apoio à educação dos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

LÍNGUA INGLESA 1
CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudo da língua inglesa com enfoque no desenvolvimento dos conhecimentos linguístico-discursivos e das habilidades de compreensão e de produção oral e escrita de modo integrado em nível elementar proporcionando ao aprendiz as condições necessárias para seu desenvolvimento.

TEMAS TRANSVERSAIS

Identidade e pluralidade cultural

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013;

BROUGH, Sonia. **Gramática essencial de inglês**. 2.ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2009.

LACOSTE, Yves e RAJAGOPALAN, Kanavillil (org.). **A Geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CANAGARAJAH, A. Suresh. **Resisting linguistic imperialism in English teaching**. Oxford: Oxford University Press, c1999.

GEE, James Paul. **Social linguistics and literacies: ideology in discourses**. 4th. ed. London: Routledge, 2007

JOHNSON, Karen E. **Second language teacher education: a sociocultural perspective**. 1st ed. New York: Routledge, 2009.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. : Martins Fontes, 2004.

MOURA, Denilda (Org.). **Leitura e escrita: a competência comunicativa**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LÍNGUA INGLESA 2

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudo da língua inglesa com enfoque no desenvolvimento dos conhecimentos linguístico-discursivos e das habilidades de compreensão e de produção oral e escrita de modo integrado em nível elementar proporcionando ao aprendiz as condições necessárias para seu desenvolvimento.

TEMAS TRANSVERSAIS

Identidade e cidadania

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti; GURAN, Milton; HASSE, Geraldo; MENEZES, Frederico Lucena de; STEVENS, Cristina Maria Teixeira. **Migração e identidade: olhares sobre o tema.** São Paulo: Centauro, 2007.

SIGNORINI, Inês. **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado.** Campinas: 1998. Mercado de Letras.

STOFF, Rudolf. **Gramática de inglês.** 5. ed. Lisboa: Presença, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Fernando Afonso de; GONÇALVES, José Carlos (Org.). **Interação, contexto e identidade em práticas sociais.** Niteroi, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2009.

ARAÚJO, Anne Francialy da Costa. **Língua e identidade: reflexões discursivas a partir do diretório dos índios.** Maceió: EDUFAL, 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética.** 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

TAVARES, Roseanne Rocha (Org.). **Língua, cultura e ensino.** Maceió: EDUFAL, 2006.

TAVARES, Roseanne Rocha. **A negociação da imagem na pragmática: por uma visão sociointeracionista da linguagem.** Maceió: EDUFAL, 2007.

LÍNGUA INGLESA 3

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudo da língua inglesa com enfoque no desenvolvimento dos conhecimentos linguístico-discursivos e das habilidades de compreensão e de produção oral e escrita de modo integrado em nível básico I proporcionando ao aprendiz as condições necessárias para seu desenvolvimento.

TEMAS TRANSVERSAIS:

Preconceito linguístico; questões étnico-raciais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2006.

BRITTO, Marisa M. Jenkins de; GREGORIM, Clovis Osvaldo. **Michaelis inglês: gramática prática**. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli ((org.)). **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas (SP): Pontes, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: UNICAMP, 2009..

COUTINHO, Maria Antónia. **Texto(s) e competência textual**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 431p. (Textos universitários de ciências sociais e humanas) ISBN 9723109794 : (Broch.)

MOURA, Denilda (Organizadora). **Oralidade e escrita: estudos sobre os usos da língua**. Maceió: EDUFAL, 2003

RANDOM house. **Webster's: Easy English dictionary: advanced**. New York: Random House Reference, 2001

SIGNORINI, I et CAVALCANTI, M. (orgs.) **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

LÍNGUA INGLESA 4 CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudo da língua inglesa com enfoque no desenvolvimento dos conhecimentos linguístico-discursivos e das habilidades de compreensão e de produção oral e escrita de modo integrado em nível básico II proporcionando ao aprendiz as condições necessárias para seu desenvolvimento.

TEMAS TRANSVERSAIS

Globalização

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CANAGARAJAH, A. Suresh. **Resisting linguistic imperialism in English teaching**. Oxford: Oxford University Press, c1999.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Analia Cochar. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interpretação**. São Paulo: Atual, 2013.

HANCOCK, Mark. **English pronunciation: in use:** intermediate - self-study and classroom use. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GUSSENHOVEN, C. JACOBS, H. **Understanding phonology.** Londres: Hoder Arnold, 2005

HEATH, Shirley Brice. **Ways with words:** language , life , and work in communities and classrooms. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação.** 2. ed. rev. e ampl. : Cortez, 1992.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais:** o olhar interdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2000.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação:** o discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 2009.

LÍNGUA INGLESA 5

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudo da língua inglesa com enfoque no desenvolvimento dos conhecimentos linguístico-discursivos e das habilidades de compreensão e de produção oral e escrita de modo integrado em nível intermediário I proporcionando ao aprendiz as condições necessárias para seu desenvolvimento.

TEMAS TRANSVERSAIS

Meio ambiente

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARAÚJO, Maria Inêz Oliveira; SOARES, Maria José Nascimento. **Educação ambiental:** o construto de práticas pedagógicas consolidadas na pesquisa de professores em escolas públicas. Aracaju: Criação, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia.** 8. ed. : Ática, 2004

MCWHORTER, Kathleen T. **College reading and study skills.** 7. ed. New York: Longman, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEATH, Shirley Brice. **Ways with words: language, life, and work in communities and classrooms.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LEFFA, Vilson J. **Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística.** Porto Alegre: Sagra-DC Luzzato, 1996.

LYCAN, William G. **Philosophy of language: a contemporary introduction.** 2nd ed. New York: Routledge, 2008

MELLO, Suely Amaral. **Linguagem, consciência e alienação: o óbvio como obstáculo ao desenvolvimento da consciência crítica.** Marília: UNESP : Marília Publicações, 2000

PERINI, Mario A. (Mario Alberto). **Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem.** São Paulo: Ática, 1997.

LÍNGUA INGLESA 6

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudo da língua inglesa com enfoque no desenvolvimento dos conhecimentos linguístico-discursivos e das habilidades de compreensão e de produção oral e escrita de modo integrado em nível intermediário II proporcionando ao aprendiz as condições necessárias para seu desenvolvimento.

TEMAS TRANSVERSAIS

Língua e poder: diversidade e acesso

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRITTO, Marisa M. Jenkins de; GREGORIM, Clovis Osvaldo. **Michaelis inglês: gramática prática.** São Paulo: Melhoramentos, 2002.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEISSBERG, Robert; BUKER, Suzanne. **Writing up research: experimental research report writing for students of English.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, c1990.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ECO, Umberto. **Conceito de texto.** São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1984.

ECO, Umberto. **Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A Coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A Coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

LÍNGUA INGLESA 7

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudo da língua inglesa com enfoque no desenvolvimento dos conhecimentos linguístico-discursivos e das habilidades de compreensão e de produção oral e escrita de modo integrado em nível intermediário superior I proporcionando ao aprendiz as condições necessárias para seu desenvolvimento, complementado por focalização na relação entre língua e poder da perspectiva do posicionamento do/a escritor/a e do/a leitor/a.

TEMAS TRANSVERSAIS

Identidade e multiculturalidade

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005.

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

SIGNORINI, I (org.). **Lingua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras: 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BAKHTIN, Mikhail. **Dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GARCEZ, Lucilia Helena do Carmo. **A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto**. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. : Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e o seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

LINGUÍSTICA APLICADA E ENSINO DE LÍNGUA ADICIONAL **CARGA HORÁRIA: 72 HORAS**

EMENTA:

Conceitos de Linguística Aplicada (LA), Linguística Aplicada Crítica (LAC), Linguística Aplicada Transgressiva (LAT). Discussão sobre diferentes campos de estudo e atuação, com ênfase voltada para o ensino-aprendizagem de línguas adicionais. Estudo sobre métodos e abordagens de ensino-aprendizagem de língua adicional (aplicados ao ensino fundamental e médio). Linguística Aplicada e sua natureza transdisciplinar. Diferentes pesquisas empíricas e seus pressupostos teóricos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FABRÍCIO, Branca Falabella; MOITA LOPES, Luiz Paulo da ((org.)). **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. 279 p. (19 Linguagem (Parábola Editorial) ; 19). ISBN 9788588456495 (broch.).

FREIRE, Maximina M. ABRAHÃO, Maria Helena Vieira. BARCELOS, Ana Maria Ferreira. **Linguística aplicada e Contemporaneidade**. São Paulo: Pontes, 2005.

LIMA, Diógenes Cândido de (Org). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009. 245 p. (Estratégias de ensino ; 11). ISBN 9788588456952.

TAKAKI, Nara Hiroko; MACIEL, Ruberval Franco (Orgs.). **Letramentos em terra de Paulo Freire**. Campinas. Pontes Editores, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 92 p. ISBN 8524909528 (broch.).

SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda (Orgs.) **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas, Mercado de Letras, 2007. 188 p.

SILVA, Kleber Aparecido da; ORTIZ ALVARES, Maria Luisa. **Perspectivas de investigação em lingüística aplicada**. São Paulo: Pontes, 2008. 407 p. ISBN 9788571132788 (broch.).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARCELOS, Ana Maria Ferreira ((org.)). **Linguística aplicada:** reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira. Campinas, SP: Pontes, 2011.. 328 p. (Novas perspectivas em linguística aplicada ; 13). ISBN 9788571133525 (broch.).

CANAGARAJAH, A. Suresh. **Resisting linguistic imperialism in english teaching.** Oxford: Oxford University Press, c1999. 216 p. ; ISBN 9780194421546 : (Broch.)

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização:** questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.. 159 p. ISBN 8536305088 : (Broch.).

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria; BERTOLDO, Ernesto Sérgio (Org). **O Desejo da teoria e a contingência da prática:** discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira). Campinas, SP: Mercado de Letras, [2003]. 342 p. ISBN 8575910094 (broch.).

LIMA, Diógenes Cândido de (Org). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversas com professores da escola pública.** Campinas, Pontes Editores, 2017.

PIMENTA, Rosângela Oliveira Cruz; FERREIRA, Paulo Nin (Orgs). **Formação continuada de professores do ensino médio de Alagoas.** Maceió, EDUFAL, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 92 p. ISBN 8524909528 (broch.).

TAVARES, Roseanne Rocha; BRYDON, Diana (Org.). **Letramentos transnacionais:** mobilizando conhecimento entre Brasil/Canadá. Maceió: EDUFAL, 2013. 149 p. ISBN 9788571777491 (broch.).

TAVARES, Roseanne Rocha. **Linguagem em uso.** Maceió: Edufal, 2009. 218 p. ISBN 9788571775022 : (Broch.).

ZACCHI, Vanderlei; STELLA, Paulo Rogério (Orgs.) **Novos Letramentos, formação de professores e ensino de língua inglesa.** Maceió: EDUFAL, 2014. 273 p.

ZOZZOLI, Rita Maria Diniz; MAIOR, Rita Souto (Orgs.) **Sala de aula e questões contemporâneas.** Maceió, EDUFAL, 2015.

TEORIA DA LITERATURA

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Ementa: Reflexão sobre fundamentos da teoria da literatura e constituição de seu objeto (processos de construção estético-verbal, modos discursivos, gêneros), desde a

Antiguidade aos estudos contemporâneos, com base na análise de textos (teóricos e literários).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, c1983.

SOARES, Angélica. Gêneros literários. 6.ed. São Paulo: Ática, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

AMORA, Antônio Soares. Introdução a teoria da literatura. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2006;

ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. A poética clássica. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

COMPAGNON, Antoine. O trabalho da citação. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

LAJOLO, Marisa. O que é literatura. Sao Paulo: Brasiliense, 1990.

CULLER, Jonathan D. Literary theory: a very short introduction. United State: Oxford University Press, c2011.

LITERATURAS EM LÍNGUA INGLESA I

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Introdução geral às literaturas em língua inglesa. Modos de leitura e práticas da análise de textos literários. A poesia, a prosa de ficção a produção dramática e os gêneros híbridos. Termos e conceitos relevantes para a crítica literária.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BURGESS, Anthony. **A literatura inglesa**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2008.. 312 p. (Básica Universitária). ISBN 9788508058846;

EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, c1983.

POUND, Ezra. **ABC da literatura**. 11. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2006. 218 p. ISBN 9788531600012 (broch.).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CULLER, J. **Teoria literária**: uma introdução. Trad. Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.

EVANS, Ifor. *A Short History of English Literature*. London: Penguin, 1990. ISBN : 014020072X; MOODY, H. L. B. **Literary appreciation**: a practical guide to the understanding and enjoyment of literature in english. London: Longman, c1968. 210 p. ISBN 05826008384.

LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. Sao Paulo: Brasiliense, 1990.

PEREIRA, Maria Antonieta; REIS, Eliana Lourenço de Lima. **Literatura e estudos culturais**. Belo Horizonte, MG: Faculdade das Letras da UFMG, 2000. 256p ISBN 8587470108

SOARES, A. **Gêneros literários**. São Paulo: Ática, 1989.

LITERATURAS EM LÍNGUA INGLESA 2

EMENTA:

Conceituação de gênero lírico. Conceitos de poesia. Elementos fônicos, visuais, imagéticos do poema. Modos de leitura de poesia. Teorias de performance poética. Leituras de textos poéticos em língua inglesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABRAMS, M.H., et al. (Eds). **The Norton anthology of English literature**, 5th edition, vol.s I & II, New York and London: W. W & Company Ltd., 1986;

ARISTÓTELES. **A poética clássica**. Tradução de Jaime Bruna. 7. ed., São Paulo: Cultrix, 1977;

SOARES, A. **Gêneros literários**. São Paulo: Ática, 1989.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARNET, Sylvan et al. **An introduction to literature**: fiction, poetry and drama. Illinois: Scott, Bresman & Company, 1997;

BOSI, A. (Org.). **Leitura de poesia**. São Paulo: Ática, 1996;

CARVALHO, Alfredo Leme Coelho de. **Interpretação da 'Poética' de Aristóteles**. São José do Rio Preto: Editora Rio-Pretense, 1998;

HEANEY, Seamus. **Beowulf**: a new verse translation. New York: W. W. Norton & Company, 2000;

POUND, Ezra. **ABC da literatura**. 11. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2006.

LITERATURAS EM LÍNGUA INGLESA 3

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Teorias da narrativa. Narrativa, narração e história. Sujeitos ficcionais. Autor/a-narrador/a; narratário/a, leitor/a e personagem. Tempo e espaço: suas representações textuais. Leituras de obras narrativas em língua inglesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FORSTER, E. M. **Aspects of the novel**. New York: HBJ, 1927.

HARMON, William; HOLMAN, C. Hugh. **A handbook to literature**. New Jersey: Prentice Hall, 1999.

STAM, Robert. **Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo: Ática, 1992.

CULLER, J. **Teoria literária: uma introdução**. Trad. Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999.

CULLER, J. **Teoria literária: uma introdução**. Trad. Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

REIS, C. **Teoria literária: uma introdução**. Lisboa: Almedina, 1999.

STAM, Robert. **Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo: Ática, 1992.

WOOLF, Virginia. **Orlando**. Tradução de Cecília Meireles. São Paulo: Nova Fronteira, 1978.

LITERATURAS EM LÍNGUA INGLESA 4

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Teorias do drama. Elementos do gênero dramático. Tragédia e comédia. Modulações do teatro em inglês (das origens ao contemporâneo). Performance no teatro. Leitura de obras teatrais em língua inglesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BURGESS, Anthony. **A literatura inglesa**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2008. PEACOCK, Ronald. **Formas da literatura dramática**. São Paulo: Zahar, 1968.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006;

SHAKESPEARE, William. **The complete works of William Shakespeare**. New Jersey: Gramercy Books, 1990.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BECKETT, Samuel. **Esperando Godot**. São Paulo: Cosac Naify, 2005;

BOQUET, Guy. **Teatro e sociedade: Shakespeare**. São Paulo: Perspectiva, 1989;

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010;

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.;

SANDER, L. (Org.) **O teatro de Susan Glaspell**. Embaixada dos EUA.

PESQUISAS TEÓRICAS E APLICADAS EM LETRAS E LINGUÍSTICA CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Aspectos da pesquisa qualitativa nos estudos linguísticos e literários, com foco à pesquisa articulada ao ensino de língua inglesa. Apresentação de diferentes abordagens metodológicas para pesquisa em estudos linguísticos e literários. Normas de metodologia científica e produção textual acadêmica e científica. Fontes de produção: bibliotecas, meios informatizados, leitura e produção de ensaios e artigos com diferentes abordagens teóricas. Etapas de um projeto de pesquisa. Ética na pesquisa com seres humanos.

TEMAS TRANSVERSAIS:

Ética.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. 144 p. ISBN 8532633900;

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. 3. ed. -. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. 296 p. ISBN 9788536323008;

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Bookman, 2009.. 198 p. (Pesquisa Qualitativa) ISBN 9788536320557;

ILHESCA, Daniela Duarte. **Redação acadêmica**. Editora Intersaberes, 2012. 176p ISBN 978858212535;

MINAYO, Maria Cecilia de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRÉ, Marli E. D. A. (Marli Elisa Dalmaz de). **Etnografia da prática escolar**. 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.. 128 p. (Prática pedagógica) ISBN 8530803760;

LIAMPUTTONG, Pranee; (Editor) SPRINGERLINK (ONLINE SERVICE). Doing Cross-Cultural Research : Ethical and Methodological Perspectives . **Springer eBooks XXXI**, 310 p (Social Indicators Research Series, 34), 2008. ISBN 9781402085673;

MONTEIRO, Roberto Alves (Org). **Fazendo e aprendendo pesquisa qualitativa em educação**. Juiz de Fora: FEME, 1998. 413 p. ISBN 8586913014;

NUNAN, David. **Research methods in language learning**. 6. ed. Cambridge: Cambridge University Press ,1997. 249p. (Cambridge language teaching) ISBN 052142968;

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A Entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, c2006. 107 p. ISBN 9788575261798;

SILVERMAN, David. **Interpreting qualitative data: a guide to the principles of qualitative research** . 4th ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2011.

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS EM LINGUÍSTICA APLICADA E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA **CARGA HORÁRIA: 72 HORAS**

EMENTA:

Relação entre letramentos e ensino-aprendizagem de língua Inglesa por meio de gêneros discursivos orais, escritos e multimodais sobre diversidades: de gênero, sexual, étnico-raciais, de religião, e os estudos da deficiência, entre outras. Análise de material didático visando respeito, reconhecimento e valorização das diferenças. Estudo

reflexivo-crítico sobre métodos, abordagens e perspectivas críticas de ensino-aprendizagem de língua inglesa aplicados ao ensino fundamental e médio. Análise das diretrizes e documentos oficiais. Temas da atualidade relacionados ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras/adicionais, tais como: inglês como língua franca, pós-método, testes e padronização de proficiência, sala de aula invertida, blending learning, translanguagem, gamificação, entre outros.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

HARMER, Jeremy. **The practice of english language teaching**. 4th ed. Harlow(England): Pearson Education, c2007. 448 p. + 1 DVD ISBN 9781405853118 (broch.).

LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral. **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2002. 477p. ISBN 8575910051 (broch.).

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003. 271 p. ISBN 8575910108 : (Broch.)

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (Orgs.). **Para além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos** . Belo Horizonte: UFMG, 2010. 319 p (Humanitas) ISBN 9788570418531 (broch.).

ZACCHI, Vanderlei; STELLA, Paulo Rogério (Orgs.) **Novos Letramentos, formação de professores e ensino de língua inglesa**. Maceió: EDUFAL, 2014. 273 p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BROWN, H. Douglas. **Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy**. 2nd ed. San Francisco: H. Douglas Brown, 2001. 480 p. ISBN 0130282839 : (Broch.).

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANAGARAJAH, A. Suresh. **Resisting linguistic imperialism in English teaching**. Oxford: Oxford University Press, c1999. 216 p. ; ISBN 9780194421546 : (Broch.)

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary (Edit.). **Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures** . London; New York: Routledge, 2000. xi, 350 p. (Literacies). ISBN 9780415214216 (broch.).

CORRÊA, I.M. **A didática do ensino e a avaliação da aprendizagem em língua estrangeira**. Editora Intersaberes. (e-book).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUSMÃO, Neusa Maria M. **Diversidade, Cultura e Educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.

LIMA, Diógenes Cândido de (Org). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009. 245 p. (Estratégias de ensino ; 11). ISBN 9788588456952.

LIMA, Diógenes Cândido de (Org). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversas com professores da escola pública**. Campinas, Pontes Editores, 2017.

PIMENTA, Rosângela Oliveira Cruz; FERREIRA, Paulo Nin (Orgs). **Formação continuada de professores do ensino médio de Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 348p ISBN 8524905786 : (Broch.)

WALESKO, A.M.H. **Compreensão oral em língua inglesa**. Editora Intersaberes. (e-book).

ZOZZOLI, Rita Maria Diniz; MAIOR, Rita Souto (Orgs.) **Sala de aula e questões contemporâneas**. Maceió, EDUFAL, 2015.

TEORIA LINGUÍSTICA 1

EMENTA:

Panorama dos fenômenos da linguagem e suas abordagens, desde os estudos tradicionais até a teoria linguística moderna, com ênfase nos pressupostos teórico-metodológicos do saussurianismo, do estruturalismo linguístico e do gerativismo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHOMSKY, Noam. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 3 v.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DUBOIS, J. (org.). **Dicionário de linguística**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, c1973.

FIORIN, Jose Luiz (org.). **Introdução a linguística**. São Paulo: Contexto, 2002. v.1.

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MIOTO, Carlos, SILVA, Maria Cristina Figueiredo,; LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcellos. **Novo manual de sintaxe**. 3. ed. Florianópolis , SC: Insular, 2007.

ROBINS, R. H. (Robert Henry). **Pequena historia da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

TEORIA LINGUÍSTICA 2

EMENTA:

Estudo de tendências teóricas linguísticas contemporâneas pós-estruturalistas, que relacionam os aspectos linguísticos e os sociais, seja através da noção da interação qualitativa (Análise da Conversação e Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

FIORIN, J. L. MUSSALIN, F. e BENTES, A. *Introdução à Linguística – fundamentos epistemológicos 3*. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs.) *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michael Lahud. Yara Frateschi Vieira. 7 ed. São Paulo Hicitec, 1929/1995.

KOCH, I. V., ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 2003.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2008.

15.2 Disciplinas do Centro de Educação (em ordem alfabética)

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM **CARGA HORÁRIA: 72 HORAS**

EMENTA:

Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias da Psicologia em sua interface com a Educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, vol. 1.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. São Paulo: Artmed, 2007.

KUPFER, M. C. **Freud e a Educação. O mestre do impossível**. 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 1995.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artmed, 1981.

BAER, D. M., ROSALES-RUIZ, J. In the analysis of behavior, what does “develop” mean? **Revista Mexicana de Análisis de la Conducta**, n. 24, vol. 2, 127-136.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, vol. 1.

HENKLAIN, M. H. O., CARMO, J. S. Contribuições da Análise do Comportamento à Educação: um convite ao diálogo. **Cadernos de Pesquisa**, **43**, 704-723, 2013.

HUBNER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. **Temas clássicos da Psicologia sob a ótica da Análise do Comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

KUPFER, M. C. **Educação para o futuro: Psicanálise e Educação**. 2ª Ed. São Paulo: Escuta, 2001. – Capítulo 1: Limites e alcance de uma aproximação entre psicanálise e educação.

MENEZES, A. P. A. B.; ARAÚJO, C. R. “Redescobrimo” a Teoria Psicogenética à Luz da Psicologia Educacional: Contribuições e possíveis desdobramentos. In: CORREIA, M. (Org.). **Psicologia e escola: uma parceria necessária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009, p. 15 – 43.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2010.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12 ed. Porto Alegre, Artmed, 2013.

SHAFFER, D. R.; KIPP, K. **Psicologia do Desenvolvimento: infância e adolescência**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DIDÁTICA

CARGA HORÁRIA: 72 HORAS

EMENTA:

Estudo da didática, como práxis docente, nas suas dimensões política, técnico-pedagógica, epistemológica e cultural, bem como suas relações com o currículo e na constituição do ensino, considerando diferentes contextos sócio-históricos. Reflexão e conhecimento das proposições teórico-práticas quanto à relação professor-aluno-conhecimento e aos processos de planejamento e avaliação do ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. **Planejamento na sala de aula**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASTRO, Amélia Domingues. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2005. - LUCKESI. Avaliação da aprendizagem, componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MASETTO, Marcos. **Didática: a aula como centro**. 4 ed. São Paulo: FTD, 1997.

MENEGOLLA, M. e SANTANNA I.M. **Por que planejar? Como planejar? Currículo – Área – Aula**. Petrópolis, Vozes, 2006.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2010.

GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR **CARGA HORÁRIA: 72 HORAS**

EMENTA:

Estudo da gestão educacional no âmbito do(s) sistema(s), com foco no planejamento e na/da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo pressupostos teóricos e legais vigentes, na perspectiva do planejamento participativo, tendo como eixo o projeto político-pedagógico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 6ª ed (rev e ampl.) São Paulo: Heccus Editora, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DAVIS, Claudia (org). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GANDIN, Danilo. **Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A.(org). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus 2007.

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL **CARGA HORÁRIA: 72 HORAS**

EMENTA:

Estudo das políticas e da organização dos Sistemas Educacionais brasileiro e alagoano no contexto das transformações da sociedade contemporânea, a partir de análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino, dos planos de educação e da legislação educacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. Moderna, São Paulo, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**, 4ª ed. Revisada. Campinas, SP, Autores Associados, 2011, (Coleção Educação Contemporânea).

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 10ª edição revisada e ampliada. Cortez, São Paulo, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Mariza. **Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB**. Ijuí/SC: UNIJUI. 1999.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

FREITAS, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 7ª ed., São Paulo, Centauro, 2007.

Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, 1996 – Quadrimestral. ISSN 1413-2478.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação em Alagoas: história, histórias**. 4ª edição. Maceió, EDUFAL, 2006.

PROFISSÃO DOCENTE **CARGA HORÁRIA: 54 HORAS**

EMENTA:

Estudo da constituição histórica e da natureza do trabalho docente, articulando o papel do Estado na formação e profissionalização docente e da escola como locus e expressão desse trabalho.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANTES, Valéria Amorim (Org.) **Profissão docente: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2009.

CERICATO, Itale Luciene. **A profissão docente em análise no Brasil**: uma revisão bibliográfica. Rer. Bras. Estudos Pedagógicos, Brasília, v.97 n.246, p273-289, maio/ago.2016.

D'AVILA, CRISTINA MARIA. **Profissão docente; novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papirus, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Francisco Ari de SANTOS, Jean Mac Cole. **Ditos e interditos em educação brasileira**. Curitiba, Brasil, 2012.

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. **Planejamento na sala de aula**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MESQUITA, Normandia de Farias. Desenvolvimento profissional docente: a formação continuada como um dos elementos In: VICENTINI, Paula Perin. **História da profissão docente no Brasil**; representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2015.

PENIN, Sonia. Profissão docente e contemporaneidade. IN: ARANTES, Valéria Amorim (Org.) **Profissão docente: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2009.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação em Alagoas**: história, histórias. 4ª edição. Maceió, EDUFAL, 2006.

16. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

A avaliação conforme concebida no Projeto Pedagógico Institucional – PPI – é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos, no âmbito do curso, pelo acompanhamento do Projeto Pedagógico e pela avaliação do processo ensino/aprendizagem. Desse modo, ela se explicita, de forma clara e objetiva, no Projeto Pedagógico de Curso que prevê tempo amplo para o processo de sua auto-avaliação pedagógica.

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica, e deve ser entendida como um processo amplo e co-participativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação.

Transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular, e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL. A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano pedagógico e das atividades curriculares.

16.1 Procedimentos de avaliação no processo ensino-aprendizagem.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que se propõe não é uma atividade puramente técnica; deve ser processual e formativa; e deve manter coerência com todos os aspectos do planejamento e da execução do Projeto Pedagógico do curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de DBEN no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do curso. Considera também a aferição qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE, que determina que o regime de aprovação do aluno em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Nesse entendimento, o Art. 10 afirma que: “Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei no 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL.

A mesma resolução apresenta de forma detalhada como se efetiva a avaliação do rendimento escolar nos seguintes artigos:

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

- (a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- (b) Prova Final (PF), quando for o caso;
- (c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1o – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2o - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Art. 12 - Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem.

§ 1o - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2o - Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1o - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2o - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16.

Compreendemos que a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a

consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos, respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

O processo avaliativo se dará durante todo o desenvolvimento do curso, tendo como pressupostos básicos a avaliação participativa e processual, atendendo aos diversos níveis de avaliação, tais como a avaliação da aprendizagem, do material utilizado e da metodologia, tanto do professor quanto do curso.

A avaliação didático-pedagógica está fundamentada numa perspectiva emancipatória em que o aluno, a partir da reflexão da sua prática pedagógica, associando-a aos conceitos teóricos discutidos ao longo do curso, possa desenvolver uma proposta de autonomia pessoal e desenvolvimento profissional que extrapole os modelos tradicionais de avaliação.

A importância dessa avaliação processual, nos seus diversos níveis, constitui uma prática constante de realimentação, possibilitando as intervenções que se fizerem necessárias, como forma de minimizar as possíveis dificuldades no processo. O processo avaliativo da aprendizagem desenvolve-se de forma quantitativa e qualitativa de acordo com as normatizações da UFAL.

Entende-se por avaliação um processo contínuo de geração de informações que norteiem as ações pedagógicas e a gestão acadêmica, visando o crescimento qualitativo do curso. Para tanto, os principais instrumentos adotados serão os propostos pelo INEP/MEC, como a Portaria nº 1.081, de 29 de agosto de 2008, que trata da Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – (SINAES) e a Portaria nº 1 de 5 de janeiro de 2009 que aprova, em extrato, o instrumento de avaliação para reconhecimento de cursos de graduação - Bacharelados e Licenciaturas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A avaliação, instrumento essencial para a determinação das efetivas condições de ensino-aprendizagem do aluno-professor (aspirante a uma formação de primeira licenciatura), fundamental para a realização de seus objetivos educativos e profissionais, ocorrerá nas seguintes dimensões:

- Avaliações pelo corpo docente: avaliações dos alunos; avaliação da disciplina e dos recursos educacionais;

- Avaliações pelo corpo discente: avaliação dos professores, dos recursos educacionais e da disciplina.

- Avaliação institucional.

16.2 Avaliação do curso

A CPA/UFAL (Comissão Própria de Avaliação) tem por finalidades elaborar e desenvolver, junto à comunidade acadêmica, à administração e aos conselhos superiores, uma proposta de autoavaliação institucional, além de coordenar e articular os processos internos da avaliação da UFAL, de acordo com o projeto de autoavaliação aprovado, dentro dos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861/2004). São objetivos da CPA/UFAL:

I. Promover uma cultura avaliativa no âmbito da Universidade;

II. Articular os procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação, em conjunto com as Comissões de Autoavaliação – CAAs, que se constituem nas Unidades Acadêmicas, Unidades Educacionais ou Campi fora de sede.

III. Estimular a melhoria da qualidade educativa pela otimização das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

IV. Proceder à avaliação institucional interna no âmbito da UFAL;

V. Elaborar relatórios de autoavaliação institucional.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA¹⁵

Ato de designação da CPA:

Portaria 265 de 07 de março 2014.

Portaria 1218 de 14 de julho de 2017.

Representantes Docentes da Administração Central

Tiago Leandro da Cruz Neto (titular)

Juscieny Carvalho Santana (suplente)

Representantes Docentes Ciências Humanas e Sociais

Maria Dolores Fortes Alves (titular)

Maria Aparecida Viana (suplente)

¹⁵ <http://www.ufal.edu.br/pei/cpa>

<http://www.ufal.edu.br/cpa/legislacao/portarias/portaria-cpa-2017-2019/view>

Representantes Docentes Ciências Exatas e Naturais

César Peixoto da Rocha (titular)

Luis Tarcísio Gomes Martins (suplente)

Representantes Docentes Ciências da Saúde

Luis Carlos Oliveira dos Santos (titular)

Maria José Lorena de Menezes (suplente)

Representantes Docentes Campus Arapiraca

Alexandre Ricardo de Oliveira (titular)

Diogenes Meneses dos Santos (suplente)

Representantes Docentes Campus Sertão

Lucas Gama Lima (titular)

Carlos Eduardo Muller (suplente)

Representantes Técnicos Campus AC Simões

Márcia Valéria Oliveira Gonçalves (titular)

Jean Luiz Davino dos Santos (suplente)

Representantes Técnicos Campus Arapiraca

Cledja Santos de Almeida (titular)

Marcus Antonio de Oliveira (suplente)

Representantes Técnicos Campus Sertão

Adeilton Jorge Sobrinho (titular)

Vinnicyus Philyppe Gracindo (suplente)

Representantes da Sociedade Civil

Fórum Permanente de Educação de Alagoas – FEPEAL

Juliano Matias de Brito (titular)

Marly do Socorro Peixoto Vidinha (suplente)

Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Alagoas – SINTEAL

Girlene Lázaro da Silva (titular)

Josefa da Conceição (suplente)

Representantes Estudantis

Weldja Marques da Silva– Ciências Sociais Bacharelado (titular)

Erisvaldo Félix de Fárias Junior – Psicologia AC Simões (suplente)

Clayton Nilo Cavalcanti – Geografia Licenciatura AC Simões (titular)

Clayton dos Santos Silva – Agronomia CECA (suplente)

Gabriel Nascimento Santos (História Licenciatura AC Simões (titular)

Amanda Balbino da Silva – Ciências Sociais Bacharelado (suplente)

Felipe Costa Oliveira – Administração AC Simões (titular)

Rosetânia Lopes Pereira – Serviço Social AC Simões (suplente)

Conforme Resolução nº 52/2013-CONSUNI/UFAL, de 05 de agosto de 2013, A CPA/UFAL será subsidiada, em todas as ações, pelas Comissões de Autoavaliação (CAAs) constituídas em cada Unidade Acadêmica e/ou Campi Fora de Sede.

O curso de Letras Inglês da FALE deve passar periodicamente por um processo de avaliação interna, com o objetivo de garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações. Uma comissão interna de avaliação, formada por docentes e representantes discentes, designada para este fim pela diretoria da FALE, avalia, a partir de critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica da FALE, os seguintes aspectos: a) o contexto do curso – campo de trabalho, perfil do ingressante; b) finalidade do curso – alcance dos objetivos e das estratégias, evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso; c) resultado do projeto do curso – índice de evasão e reprovação e desempenho dos egressos; d) aspectos técnico-administrativo-acadêmicos – qualificação e desempenho dos professores e profissionais técnico-administrativos; e) instalações físicas.

No planejamento e execução da autoavaliação, no âmbito da Unidade Acadêmica ou Campi, são atribuições das Comissões de Autoavaliação (CAAs): I - Participar dos fóruns de debate sobre avaliação institucional; II - Aplicar os instrumentos de avaliação institucional, elaborados no âmbito da CPA/UFAL; III - Organizar, tratar e analisar os dados coletados e elaborar relatórios; IV - Encaminhar às subcomissões os relatórios respectivos as suas dimensões; V - Estimular, dentro da sua Unidade Acadêmica, a construção de uma cultura de autoavaliação; VI - Discutir, no âmbito da sua Unidade Acadêmica, os resultados da autoavaliação; VII - Propor, tanto no âmbito da Unidade Acadêmica quanto ao nível dos fóruns gerais, medidas para aperfeiçoar o sistema de avaliação institucional.

Comissão de Auto Avaliação da Faculdade de Letras¹⁶ – FALE/UFAL:

16

<http://www.ufal.edu.br/pei/cpa/dos-componentes-das-caas/comissoes-de-auto-avaliacao-por-unidade-campi>

DOCENTES

Lívia Andrade

Cristina Felipeto

Alan Jardel

Yann Hamonic

SUPLENTES

Ana Cecília Acioli Lima

Magda Souto

Adna Lopes

Humberto Meira

TÉCNICOS

TITULARES

Rosana Portela

Maykew Douglas Assis de Gusmão

SUPLENTES

José Alberto Ribeiro

Juliana Vanessa dos Santos Silva

DISCENTES

TITULARES

Crisslen Nayara Oliveira Pontes

Raimundo Nonato

SUPLENTES

José Claudenelton Costa

Ariane Ferreira Ferro

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso é importante para aferir o sucesso do novo currículo do curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorá-lo, uma vez que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir uma avaliação institucional e uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo

de implantação do projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam efetivar a discussão ampla do projeto mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas deficiências, se existirem.

Outrossim, a avaliação do desempenho docente e a autoavaliação serão efetivadas pelos alunos, por meio de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional. Os pontos avaliados serão: formação profissional; condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional.

16.3 Avaliação do projeto pedagógico

As ações visando à avaliação dos cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES - e se expressa de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC do Curso de Letras Inglês é realizado pela comissão representativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, com predomínio de docentes, identificada no Projeto de Auto Avaliação da UFAL como Comissão de Auto Avaliação – CAA, instalada em cada Unidade Acadêmica e/ou Unidade Educacional, no caso dos campi interioranos.

O Curso Letras Inglês é avaliado pela citada Comissão e pelos membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE¹⁷. Na primeira situação, o processo é conduzido em primeira instância pela CAA, que coleta dados por meio de diferentes estratégias junto ao corpo docente, discente e técnico administrativo. Há, também, o acesso espontâneo da comunidade acadêmica com formulários on-line, disponibilizados, segundo cronograma de desempenho divulgado pela CPA. Em ambas situações os participantes se expressam sobre a condução do Projeto Pedagógico do Curso, entre outros aspectos como a atuação, a qualificação e a relação com os docentes e as condições da infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas. Dessa forma, os dados computados são organizados e analisados pela Comissão de Auto Avaliação – CAA e enviados para serem consolidados pela CPA/UFAL e incorporados ao Relatório de Avaliação Institucional, de periodicidade anual.

O NDE realiza um acompanhamento permanente da implementação e desenvolvimento do PPC de forma a garantir a melhor qualidade educativa em todas as suas etapas. Em reuniões periódicas, os seus membros avaliam a pertinência das

¹⁷ Portaria 756, de 19 de maio de 2015.

disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir, sempre que necessário, no aperfeiçoamento do PPC.

16.4 Colegiado do curso

Segue a transcrição dos artigos 25 e 26 do Regimento Geral da UFAL, referentes ao Colegiado.

Art. 25. O Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;

II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;

III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

Parágrafo Único – O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.

Art. 26. São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

I. coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;

II. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, visando à formação profissional planejada;

III. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;

IV. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;

V. exercer outras atribuições compatíveis.

A composição do Colegiado do Curso de Letras Inglês se dá conforme segue:

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS INGLÊS LICENCIATURA

Coordenador: Sérgio Ifa

Vice-coordenador: Pedro Gustavo Rieger

COLEGIADO DO CURSO¹⁸

Titulares:

Adriana Lopes Lisboa Tibana

Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz

Pedro Gustavo Rieger

Sérgio Ifa

Simone Makiyama

Suplentes:

Ildney de Fátima Souza Cavalcanti

Ana Cecília Acioli Lima

Marcus Vinícius Matias

Paulo Leôncio da Silva

Raquel D'Elboux Couto Nunes

Representante discente:

Titular: Letícia Romariz Medeiros

Suplente: Lucas da Silva França

Representante técnico-administrativo:

Titular: Rosana Portela Nicácio dos Santos

Suplente: José Alberto Ribeiro

¹⁸ Portaria 850, de 27 de maio de 2016.

Os membros se reúnem periodicamente para tomar decisões e analisar solicitações de discentes. As decisões são registradas em atas e arquivadas na Secretaria do Curso.

16.5 Núcleo Docente Estruturante

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010 a UFAL instituiu, por meio da Resolução 52/2012 no âmbito de seus cursos de graduação os Núcleos Docentes Estruturantes – NDE – em conformidade com as especificações legais.

Nesse sentido, o NDE de cada curso é composto pelo mínimo de cinco membros, todos/as docentes com titulação de pós-graduação *stricto sensu* e formação na área do curso. Considera-se, igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do curso e sua dedicação ao mesmo.

O NDE do curso Letras Inglês¹⁹ é composto da seguinte forma:

Sérgio Ifá, SIAPE nº 1631608

Pedro Gustavo Rieger SIAPE nº 1345885

Simone Makiyama, SIAPE nº 1288394

Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz, SIAPE nº 1864872

Raquel D’Elboux Couto Nunes, SIAPE nº 2559112

Paulo Leôncio da Silva, SIAPE nº 1120573

A função do NDE, conforme a referida Resolução, é:

Art. 2º - O *NDE* de cada Curso de Graduação da UFAL é o órgão consultivo e propositivo em matéria acadêmica, de apoio e assessoramento ao Colegiado, sendo formado por docentes da respectiva Unidade Acadêmica para acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º - O *NDE* terá as seguintes atribuições:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

¹⁹ Portaria 756, de 19 de maio de 2015. Processo 23065.012473/2015-95 (NDE de transição).
Aguarda portaria de designação do NDE do curso.

III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

17.POLÍTICAS DE APOIO

17.1 Políticas de apoio aos docentes e técnicos

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e repercutindo prontamente na Administração Pública. Entre seus princípios - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência -, esta última traduzida no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade, diz respeito diretamente às ações institucionais das IFES, para o apoio ao seu quadro de pessoal. Assim, a UFAL participa na disseminação do conhecimento e no desenvolvimento econômico e social no estado de Alagoas.

Considerando a previsão legal expressa na Lei 5707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajusta seu PDI a esse novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor.

A UFAL considera o desenvolvimento do servidor como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e orienta-se pelo alinhamento da competência do servidor com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos (2013, p.71).

No PDI, as políticas de apoio aos servidores compõem-se de eixos integrados: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Capacitação, Avaliação de Desempenho e Qualidade de Vida no Trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles, diretamente relacionados à atividade docente.

O dimensionamento das necessidades institucionais diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos. A capacitação,

por seu turno, atua em duas frentes: por um lado, busca melhorar o desempenho do servidor e por outro, busca assegurar um quadro mais confiante, motivado e, conseqüentemente, mais satisfeito. A capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: Iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o servidor é a avaliação de desempenho, que tem por objetivo redimensionar as ações desenvolvidas pelos servidores no exercício do cargo e aferir seu desempenho, deixando-o ciente de suas fragilidades e potencialidades, e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS), baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções.

Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação que contempla desde os docentes recém empossados até aqueles com mais tempo na Instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, com dois enfoques: a prática docente e a atuação na gestão acadêmica e institucional.

Essa Política de Apoio ao Docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, que toda Instituição de Ensino Superior deve observar.

17.2 Políticas de apoio aos discentes

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apóia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e

risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis –FONAPRACE, realizado anualmente, no qual a UFAL tem assento. Na ocasião são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL, as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificados:

- Apoio pedagógico - busca reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção aos discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento, por meio da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas. Ex.: PAINTER, Monitoria, Tutoria.

- Estímulo à permanência - atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, visando ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do estudante na área da saúde com assistência médica e odontológica; fomento à prática de atividades físicas e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando).

- Apoio financeiro - disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária, que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC.

- Organização estudantil – ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos, promovidos pela universidade ou pelos estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, para colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.

- Plano de acompanhamento do assistido – proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do/da estudante ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a sua saída, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Ex.: Estágios.

18 REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2001.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: (Lei 9.394/96) / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury*. 4ª ed.- Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República, 2003.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília, SEF/MEC, 1998.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- FORMIGA, Marcos; LITTO, Fredric M. *Educação a Distância: o estado da arte*. Pearson Education do Brasil: São Paulo, 2009.
- FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. 40p. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- IBGE. “Estados”. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=al>>, 2010.
- IFA, S. Reunião de colegiado de graduação do curso de Letras Inglês, UFAL/Faculdade de Letras. Comunicação pessoal, abril de 2018.
- MAKIYAMA, Simone. Um olhar discursivo sobre o ensino da língua inglesa na rede pública: ensinar o “básico do básico”? Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – UFAL, Maceió, 2013.
- MERCADO, Luís Paulo L. (Org.). *Percursos na formação de professores com tecnologias da informação e comunicação*. Maceió: EDUFAL, 2007.
- MARTÍNEZ-CACHERO, Álvaro. *La enseñanza del español en el sistema educativo brasileño/ O ensino do espanhol no sistema educativo brasileiro*. Ed. bilingue. Col. Orellana, n.19, Brasília: Thesaurus, 2008.
- MASON, R.; KAYE, A: R. (1989(Eds) - *Mindweave: communication, computers and distance education*, Oxford, Pergamon Press.
- MEC. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/seb.
- PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- SCHÖN, D. *Educating the reflective practitioners*. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.
- TAVARES, Roseanne R.; STELLA, Paulo R. *Novos Letramentos e a língua inglesa na era da globalização: desafios para a formação de professores*. No prelo.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Faculdade de Letras. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Inglês*. Maceió, 2007.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Estatuto e Regimento Geral da UFAL. Maceió: 2006.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Plano de Desenvolvimento Institucional. Maceió: 2013-2017.

VEIGA, I. P. A; FONSECA, Marília (Orgs.) *As dimensões do projeto político-pedagógico*. São Paulo: Papirus, 2001.

Diretrizes Curriculares do Curso

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 PROGRAD/Fórum dos Colegiados, de 20 de setembro de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos para reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013 - Disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da UFAL;

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados - Disciplina a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica.

RESOLUÇÃO Nº 52/2012-CONSUNI/UFAL – Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da UFAL.

Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos – Específicas para cada curso, e referente as orientações gerais;

Parecer CONAES Nº 4, de 17 de junho de 2010 - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE;

Lei nº 10.172/2001- Plano Nacional de Educação - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Portaria nº 2.678/02 – Política Nacional de Ed. Especial na perspectiva da Ed. Inclusiva.

Lei 10.639 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Lei 11.645 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

Resolução nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;

Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

Resolução CNE/CES n. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução CNE/CES n. 04/2009 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução CNE/CES n. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Portaria N°10, 28/07/2006 - Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;

Portaria N° 1024, 11/05/2006 - As atualizações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação e outras providências.

Resolução CNE/CP N°3,18/12/2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

Decreto n. 5.622/2005 - Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - referente a EaD.

Portaria Normativa n. 40 de 12/12/2007 - Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 66 - referente a titulação do corpo docente. Outras legislações podem ser encontradas no site do MEC e da UFAL

Resolução N° 4/2018 - CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

Resolução N° 6/2018 - CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, define os componentes curriculares comuns aos cursos de graduação de formação de professores para a educação básico, no âmbito da UFAL.

Resolução N° 16/2018 - CONSUNI/UFAL, de 26 de março de 2018, aprova o plano institucional de internacionalização no âmbito da UFAL.

Acréscimos:

Decreto n° 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). (Oferta de disciplinas semipresenciais)

Cadastro de denominações consolidadas para Cursos de Graduação (bacharelado e licenciatura) do Ministério da Educação.

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura do MEC.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

PARECER CNE/CP N.º 09/2001, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação.

PARECER CNE/CES N.º:52/2007 - trata da autorização para o funcionamento de campus fora de sede da Universidade Federal de Alagoas.

Resolução N.º 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005, institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006.

Resolução n.º 113/95 – CEPE, de 13 de novembro de 1995, estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação.

Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL 2013-2017.

RESOLUÇÃO N.º 4, DE 6 DE ABRIL DE 2009 (*). Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

www.facebook.com/nucleodeacessibilidadeufal - Texto extraído em 05/08/2015.

19. ANEXOS

ANEXO 1

QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Nome do técnico	Cargo	Categoria
Ana Lucia Cardoso de Barros	Assistente em administração	Técnico administrativo
Carlos Alberto Matias de Oliveira	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo
Edmilson Canel Machado Junior	Programador visual	Técnico administrativo
Gilson Miquelino Ferreira	Técnico de laboratório	Técnico administrativo
Iole Costa Terso	Bibliotecário-documentalista	Técnico administrativo
Janáina da Rocha Ribeiro	Técnico de audiovisual	Técnico administrativo
Jean Bernardo da Silva Vieira	Revisor de textos braille	Técnico administrativo
Jeanine Waleria Oliveira Braga	Assistente em administração	Técnico administrativo
Johnny Lucas Calheiros	Assistente em administração	Técnico administrativo
Jorge Henrique Silvestre Barbosa	Assistente em administração	Técnico administrativo
Judson Leão de Mello	Assistente em administração	Técnico administrativo
Juliana Vanessa dos Santos Silva	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo
Laudicea Candido de Oliveira	Assistente em administração	Técnico administrativo
Marcos Paulo Jose de Melo Silva	Técnico de tecnologia da informação	Técnico administrativo
Maria Ines Bassi Peil	Assistente em administração	Técnico administrativo
Maria Valeria Marinho Maia	Assistente em administração	Técnico administrativo
Maykew Douglas Assis de Gusmão	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo
Meire Santos Pereira	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo
Paulo Jorge Ferreira Medeiros	Auxiliar em administração	Técnico administrativo
Pollyanna Lino de Araujo	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo
Rivanilda Lopes de Araujo	Assistente em administração	Técnico administrativo
Rosana Taciana Portela Nicacio dos Santos	Técnico em assuntos educacionais	Técnico administrativo
Simone Dornelles Schulze	Secretário executivo	Técnico administrativo
Sonia da Silva	Porteiro	
Thiago Bruno de Souza Santos	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo

Wesslen Nicácio de Mendonça Melânia	Assistente em administração	Técnico administrativo
--	-----------------------------	------------------------

ANEXO 2

LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

PARECER CNE/CES 492/2001 - HOMOLOGADO

Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

Silke Weber DCNets

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE LETRAS

Introdução

Esta proposta de Diretrizes Curriculares leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. Ressalta-se, no entanto, que a Universidade não pode ser vista apenas como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

A área de Letras, abrangida nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas.

Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- dêem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Portanto, é necessário que se amplie o conceito de **currículo**, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se **currículo** como *todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integram um curso*. Essa definição introduz o conceito de **atividade acadêmica curricular** – *aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador*, conceito que não exclui as disciplinas convencionais.

Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de:

- eliminar a rigidez estrutural do curso;
- imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites adiante estabelecidos;
- utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior.

A flexibilização do currículo, na qual se prevê nova validação de atividades acadêmicas, requer o desdobramento do papel de professor na figura de orientador, que deverá responder

não só pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação do aluno.

Da mesma forma, o colegiado de graduação do curso de Letras é a instância competente para a concepção e o acompanhamento da diversidade curricular que a IES implantará.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades lingüísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos lingüísticos e literários.

2. Competências e Habilidades

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações lingüísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e

comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar compromissado com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

3. Conteúdos Curriculares

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos **Estudos Linguísticos e Literários**, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos linguísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

4. Estruturação do Curso

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

Os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

5. Avaliação

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso de Letras deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, devendo pautar-se:

- pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;
- pela validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;
- pela orientação acadêmica individualizada;
- pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- pela disposição permanente de participar de avaliação externa.

Parcer CES 492/2001

ANEXO 3

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002.^(*)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- d) a estruturação do curso;
- e) as formas de avaliação

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

^(*) CNE. Resolução CNE/CES 18/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

ANEXO 4

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.^(*)

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “F”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente do Conselho Nacional de Educação

^(*) CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

ANEXO 5

22/08/2016

Decreto nº 5626



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a [Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#), e o [art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#).

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilingüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilingüe, referida no **caput**.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional;
- II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

- I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
- III - professor ouvinte bilingüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

- I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
- II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
- III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
- IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

CAPÍTULO IV

DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O

ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

a) o ensino e uso da Libras;

b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e

c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

a) professor de Libras ou instrutor de Libras;

b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;

c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e

d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2º O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

- I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e
- II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuem estas atribuições nas unidades federadas.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional;
- II - cursos de extensão universitária; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

- I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;
- II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;
- III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em

tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o caput atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

CAPÍTULO VI

DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilingüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilingües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilingües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilingüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtítuloção por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO VII

DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU
COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

- I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;
- II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;
- III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;
- IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;
- V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;
- VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;

VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;

VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3º da Lei nº 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

CAPÍTULO VIII

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS
PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o [Decreto nº 5.296, de 2004](#).

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no **caput**.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de

atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o [Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000](#).

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no **caput**.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184^º da Independência e 117^º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2005

ANEXO 6

**Universidade Federal de Alagoas
Faculdade de Letras - Fale**

**RESOLUÇÃO Nº 1/2018
CURSO DE LETRAS INGLÊS - UFAL
Regimento de TCC**

1. Apresentação

Este regimento apresenta as normas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) referentes à Licenciatura em Letras – Língua e Literatura Inglesa da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O regimento apresenta as seções *concepção de TCC*, onde se define o que se entende como trabalho de conclusão de curso em Letras – Inglês, bem como prazos para matrícula e pré-requisitos necessários; *escolha de orientador/a*, onde são apresentados os procedimentos e prazos necessários para a escolha de professores/as orientadores/as, bem como seus deveres; *síntese do projeto de TCC*, onde se apresenta a concepção de síntese, além de prazos e procedimentos para sua entrega junto a um calendário de atividades previstas para o TCC; *formatação de TCC*, onde são apresentados os padrões de formatação da FALE (seguindo a resolução 02/2009) ou possibilidades distintas de formatação para textos escritos em língua inglesa; *deveres do/da estudante em TCC*, onde são apresentados prazos e procedimentos para a entrega do trabalho para a banca examinadora, e entrega do trabalho final para a coordenação de TCC; *avaliação de TCC*, onde são apresentados critérios, prazos e procedimentos para constituição de banca examinadora, bem como os critérios para avaliação de TCC; e *coordenação de TCC*, onde são apresentados os deveres da coordenação de TCC do curso de Letras – Língua e Literatura inglesa.

2. Concepção de TCC

Art. 1º - Por Trabalho de Conclusão de Curso, entende-se atividade de pesquisa individual com produção de trabalho científico contendo, no mínimo, 5.000 palavras, e no máximo, 10.000 palavras, e que objetive integrar princípios teóricos-metodológicos da formação do/a licenciando/a para a atuar no ensino de língua inglesa. O trabalho de TCC poderá ser escrito em língua brasileira ou língua inglesa, a critério do/a orientando/a e em comum acordo com o/a orientador/a, devendo conter as seguintes seções:

- a) Uma introdução, que apresente um problema de pesquisa com sua respectiva contextualização, os objetivos da pesquisa a ser realizada, as perguntas norteadoras da pesquisa e a relevância pedagógica do estudo;
- b) Uma revisão de literatura, que apresente uma revisão de estudos conduzidos na área de desenvolvimento da pesquisa, bem como os principais preceitos teóricos norteadores do estudo;
- c) Uma seção de metodologia, que apresente os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do estudo, como, por exemplo, procedimentos para coleta e análise de dados;
- d) Uma seção de análise dos dados, que apresente uma interlocução entre a análise e os preceitos teóricos apresentados, bem como as respostas encontradas para as perguntas de pesquisa, de modo a fundamentar uma discussão que seja relevante para o campo de estudos em que se insere o trabalho de conclusão de curso;
- e) Uma seção de conclusão, que apresente sugestões para pesquisas futuras, que apresente um panorama geral sobre os principais resultados encontrados na pesquisa, bem como as limitações encontradas para seu desenvolvimento e sugestões para pesquisas futuras.

Art. 2º - O TCC deverá ser feito entre o sétimo e oitavo período de curso, devendo o/a estudante solicitar matrícula em TCC nos respectivos períodos a fim de creditar a carga horária final de TCC em seu histórico.

Art. 3º - Para se matricular em TCC, o/a estudante deverá ter cursado a disciplina de Pesquisas Qualitativas em língua inglesa, no sexto período do curso.

Art. 4º - Para cômputo da carga horária referente ao trabalho de conclusão de curso, o/a estudante deverá ter cursado todas as disciplinas obrigatórias de seu currículo, bem como ter cumprido a carga horária relativa às atividades de extensão e às atividades acadêmico científico culturais (ACC).

3. Escolha de orientador@

Art. 5º - Até o final do sexto período, o/a estudante interessado/a em se matricular em TCC deverá solicitar a um/a professor/a para que acompanhe as atividades de TCC na função de orientador/a.

Art. 6º - O/A orientador/a deverá ser professor/a, substituto/a ou efetivo/a, vinculado/a ao curso de Letras – Inglês da UFAL. Em comum acordo com o/a orientador/a, o/a estudante poderá ainda solicitar um/a coorientador/a, que poderá ser professor/a vinculado/a a uma instituição de ensino superior com atuação nas áreas de concentração de Letras, ou Linguística, ou Literatura, ou Língua Inglesa, ou Educação, ou áreas afins.

Art. 7º - O aceite do/a professor/a deverá ser comunicado à coordenação de TCC através do envio da carta de aceite, até o final do sexto período, via e-mail, de forma

digitalizada, para o endereço tccinglesufal@gmail.com, contendo as assinaturas das duas partes. Em caso de coorientação, a carta de aceite do/a coorientador/a deverá ser entregue com as assinaturas das três partes.

Art. 8º - A troca de orientador/a poderá ser realizada no prazo de até 60 dias após o início do sétimo período e da matrícula em TCC e deverá ser comunicada à coordenação de TCC, através de formulário específico digitalizado enviado via e-mail para o endereço tccinglesufal@gmail.com, contendo justificativa fundamentada e o acordo de ambas as partes.

Art. 9º - Em caso de troca de orientador/a, o/a estudante deverá contactar outro/a docente e providenciar os documentos relativos ao aceite, bem como uma nova síntese de projeto e um novo cronograma de atividades.

Art. 10º - Cabe à/ao orientador/a:

- a) Acompanhar as atividades de pesquisa desenvolvidas no decorrer do trabalho de conclusão de curso;
- b) Propor um plano de orientação e definir, junto à/ao orientando/a, um cronograma de atividades para o TCC;
- c) Atender periodicamente o/a orientando/a, em horários previamente fixados;
- d) Aprovar a síntese do projeto de TCC que deverá ser entregue à coordenação de TCC;
- e) Informar a coordenação de TCC, via e-mail, no endereço tccinglesufal@gmail.com, acerca da viabilidade de defesa de seu/sua orientando/a dentro do prazo previsto no calendário semestral de defesas, com no máximo 60 dias de antecedência às datas previstas para as defesas de TCC que ocorrerão no semestre letivo corrente;
- f) Acompanhar a apresentação e defesa de TCC além de providenciar, junto do/a orientando/a, os recursos necessários;
- g) Encaminhar à coordenação de TCC a composição da banca avaliadora, mediante entrega de formulário específico digitalizado, via e-mail, no endereço tccinglesufal@gmail.com;
- h) Encaminhar as cópias do TCC à banca examinadora com, no mínimo, 30 dias de antecedência à defesa. As cópias poderão ser entregues à banca em formato impresso ou digital, mediante comum acordo entre as partes;
- i) Encaminhar a versão final do TCC à coordenação de TCC, em formato digital, via e-mail, para o endereço tccinglesufal@gmail.com.

Art. 11º - São deveres do/a orientando:

- a) Comparecer às reuniões convocadas pelo/a orientador/a;
- b) Entregar a síntese de projeto de TCC à/ao orientador/a e à coordenação de TCC nos prazos estipulados pela coordenação de TCC;
- c) Seguir o plano de orientação proposto pelo/a orientador/a;

- d) Entregar a versão final de seu TCC para a banca avaliadora com o prazo de 30 dias anteriores à defesa;
- e) Entregar a versão final de seu TCC, aprovada pela banca, com as devidas correções, para a coordenação de TCC, via e-mail, no endereço tccinglesufal@gmail.com, no prazo de 30 dias posteriores à defesa;
- f) Entregar, junto à versão final de seu TCC, via e-mail, no endereço tccinglesufal@gmail.com, uma declaração de autoria, em que explicita ser o autor de seu trabalho, bem como explicita ter conhecimento da Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, que consolida a legislação sobre direitos autorais, e do Art. 184 constante no Código Penal sobre o Crime de Violação aos Direitos Autorais.

Art. 12º - O não cumprimento dos deveres listados no artigo 12 deste regimento autoriza o/a orientador/a a desligar-se da função, através de comunicação oficial à coordenação de TCC, via e-mail, para o endereço tccinglesufal@gmail.com, mediante apresentação de justificativa.

4. Síntese de projeto de TCC

Art. 13º - A síntese de projeto de TCC deverá ser entregue até o final do sétimo período, contendo nome do/da orientando/a, nome do/da orientador/a e, se for o caso, coorientador/a, os objetivos da pesquisa, e uma descrição, ainda que incipiente, da pesquisa sendo proposta e dos princípios teórico-metodológicos adotados.

Art. 14º - A síntese de projeto de TCC deverá ser entregue para a coordenação de TCC, via e-mail, no endereço tccinglesufal@gmail.com, explicitando o acordo do/da orientador/a mediante apresentação de assinatura.

Art 15º - A síntese deverá estar acompanhada de um cronograma de atividades de TCC, respeitando os prazos e calendários divulgados pela coordenação de TCC para a defesa no oitavo semestre.

§ Parágrafo 1º - Os prazos e calendários de que tratam o artigo 14 deste regimento serão divulgados no início do sétimo período.

5. Formatação de TCC

Art. 16º - A formatação dos trabalhos de conclusão de curso deverá seguir o seguinte padrão:

- a) Formato de página A4, com espaçamento de 1,5 entre linhas, fonte Times New Roman tamanho 12;
- b) As margens inferior e direita devem ter 2,5cm cada;

- c) As margens superior e esquerda devem ter 3cm;
- d) A encadernação encaminhada para a banca deverá ser em forma impressa simples, sem exigência de brochura. Em comum acordo com o/a orientador/a e com a banca, o/a estudante poderá entregar uma versão em PDF.
- e) O TCC deve ter, no mínimo, 5.000 palavras, e no máximo, 10.000 palavras, excluindo-se os elementos pré-textuais e pós-textuais.
- f) A capa da versão definitiva deverá seguir o padrão da FALE.

Art. 17º - Os trabalhos de conclusão de curso produzidos em língua brasileira deverão seguir o padrão de formatação da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 18º - Os trabalhos de conclusão de curso produzidos em língua inglesa poderão seguir os padrões de formatação da *Modern Language Association* (MLA) e *American Psychological Association* (APA), desde que em comum acordo com o/a orientador/a.

6. Avaliação de TCC

Art. 19º - O TCC deverá ser entregue para a banca examinadora com 30 dias de antecedência à defesa.

Art. 20º - A banca examinadora deverá ser composta por três membros, entre eles/as o/a orientador/a, e dois/duas membros convidados/as pelo/a orientador/a.

Art. 21º - Os membros das bancas examinadoras deverão ser professores/as vinculados/as a uma instituição de ensino superior.

Art. 22º - A critério do/da orientador/a, um/a dos membros da banca examinadora poderá ser mestrando/a ou doutorando/a de programa de pós-graduação em Letras, ou Linguística, ou Literatura, ou Língua inglesa, ou Educação, ou áreas afins, em instituição de ensino superior credenciada pelo MEC.

Art. 23º - O TCC será avaliado em sua forma escrita, apresentação, e defesa, sendo sua nota final o resultado da média aritmética das notas atribuídas a cada uma destas etapas.

§ 2º A nota será expressa de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), sendo necessário obter a nota mínima 7,0 (sete) para aprovação.

Art. 24º - Serão critérios para a avaliação da forma escrita:

- a) Escrita compatível com o gênero textual em questão;
- b) Uso da norma culta em língua brasileira e/ou língua portuguesa;
- c) Formatação adequada do texto escrito conforme as orientações descritas neste regimento.

Art. 25º - Serão critérios para a avaliação da apresentação e defesa de TCC, de forma oral, aberta a público, com data divulgada em calendário pela coordenação de TCC:

- a) Uso de linguagem adequada ao contexto de apresentação de trabalho científico;
- b) Exposição sucinta, objetiva e articulada dos principais resultados da pesquisa;
- c) Demonstração de domínio sobre os princípios teórico-metodológicos norteadores do estudo;
- d) Demonstração da relevância pedagógica do estudo;
- e) Demonstração de conhecimento sobre os dados coletados e analisados;
- f) Capacidade de articulação entre os princípios teóricos e análise dos dados.

7. Coordenação de TCC

Art. 26º - A coordenação de TCC será ocupada por docente designado/a pelo colegiado de curso para cumprir mandato pelo período de 02 (dois) anos, podendo haver recondução.

Art. 27º - O docente deverá ter vínculo efetivo com a UFAL e integrar o quadro de docentes do curso de Letras – Inglês.

Art. 28º - São atribuições da coordenação de TCC:

- a) Divulgar calendário de atividades relativas ao TCC, como, por exemplo, prazo para entrega da carta de aceite, prazo de entrega do trabalho à banca examinadora, datas de defesas previstas para o semestre;
- b) Arquivar as cartas de aceite recebidas;
- c) Arquivar as versões finais dos trabalhos de conclusão de curso, junto à declaração de autoria.
- d) Manter atualizada uma planilha de informações sobre docentes e seus/suas respectivos/as orientandos/as;
- e) Acompanhar as atividades de orientação, convocando reuniões junto às/aos docentes quando necessário;
- f) Atender docentes e discentes a fim de solucionar dúvidas sobre a elaboração de TCC;
- g) Levar ao colegiado as questões omissas neste regimento.

Art. 29º - Este regimento terá validade para estudantes ingressantes no curso de Letras – Inglês da UFAL a partir do semestre letivo 2018/1.

CARTA DE ACEITAÇÃO

ALUNO/A: _____

MATRÍCULA: _____

E-MAIL: _____

TEL.: _____

ENDEREÇO: _____

CURSO: _____ ANO DE ENTRADA: _____

TURNO: _____

ORIENTADOR/A: _____

E-MAIL: _____ TEL: _____

UA: _____

ATUAÇÃO NA FALE: GRADUAÇÃO PPGLL NÃO

PROJETO:

OUTROS (ESPECIFIQUE):

ÁREA DO CONHECIMENTO:

ESTUDOS LINGUÍSTICOS ESTUDOS LITERÁRIOS

FICHA DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL

RELATÓRIO SUCINTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Maceió, _____ de _____ de 20 _____

PROFESSOR/A RESPONSÁVEL: _____

COORDENADOR/A: _____

ESTA FICHA DEVERÁ SER ENTREGUE NA COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS ATÉ O PRAZO FINAL DE DIGITAÇÃO DE NOTAS.

ANEXO 7

FACULDADE DE LETRAS

RESOLUÇÃO Nº 004/2012 - FALE, de 15 de maio de 2012.

Estabelece normas para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Letras

O Colegiado do Curso de Letras, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO as indicações de reformulação feitas pela Comissão de Estágio Supervisionado;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas.

CAPÍTULO I

DO ESTÁGIO E SUAS FINALIDADES

Art. 2º - O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, Inglês, Espanhol e Francês fundamenta-se na Lei nº11. 788, de 25.09.2008, na Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, na Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 e na Resolução Nº 71/2006 - CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006 que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

§ 1º. O Estágio é um conjunto de atividades e práticas que consta no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, Inglês, Espanhol e Francês como Estágio Supervisionado.

§ 2º. O Estágio visa ao desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional docente – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – e à

contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do(a) estagiário(a) para a vida cidadã e para o mundo do trabalho.

§ 3º. Os Estágios Supervisionados em Língua Portuguesa, Inglesa, Espanhola e Francesa serão realizados a partir do 5º período e deverão contemplar, por exemplo, atividades de ensino, a observação da prática docente e a regência de aulas nos ensinos Fundamental e Médio.

Art. 3º - São objetivos do Estágio Supervisionado:

I. Formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais dos alunos.

II. Possibilitar a reflexão sobre o cotidiano escolar, a análise dos pressupostos teóricos estudados e sua prática, a fim de que o(a) estagiário(a) possa assumir posicionamento crítico aliado à competência técnica-metodológica e compromisso político do seu papel na sociedade.

III. Possibilitar, por meio do contato constante com as diversas realidades escolares e instâncias educacionais, a reflexão crítica e contextualizada sobre o papel do educador, da escola e do ensino de língua e literatura da sua habilitação ou área de atuação.

IV. Estabelecer formas de desenvolvimento e articulação entre os componentes curriculares teóricos, a dimensão prática, as disciplinas eletivas, as atividades extensionistas, as ações de formação continuada, os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes da FALE.

V. Proporcionar, ao graduando, condições para a reflexão ao fazer a transposição didática dos conteúdos da área de Letras de suas habilitações para a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio);

VI. Proporcionar, ao graduando, condições para o desenvolvimento das atividades de observação, análise, síntese e reflexão críticas do trabalho pedagógico e da realidade em que atua, enquanto agente do processo ensino-aprendizagem para a formação de cidadãos;

VII. Integrar o Curso de Licenciatura em Letras nas habilitações Português, Inglês, Espanhol e Francês da UFAL, às demais Instituições de Educação Básica das redes pública e privada de ensino.

VIII. Tomar a prática como objeto de reflexão organizada e compartilhada, como campo de conhecimento específico do professor;

IX. Envolver-se na prática pedagógica, afetiva e cognitivamente, questionando as próprias crenças, propondo e experimentando alternativas;

X. Promover interações com o corpo docente e discente das instituições parceiras.

Art. 4º – O Estágio Supervisionado deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado pela Comissão de Estágio Supervisionado em conformidade com o Projeto do Curso de Licenciatura em Letras nas habilitações Português, Inglês, Espanhol e Francês da UFAL, e, respeitando, o calendário acadêmico.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 5º – O (A) estagiário(a) deverá receber da Coordenação de Estágio da Faculdade de Letras os seguintes documentos, no início do semestre letivo:

I – Carta de apresentação do(a) estagiário(a) assinada pela Coordenação de Estágio da Faculdade de Letras atestando que o(a) estagiário(a) é aluno(a) regularmente matriculado(a) e apto(a) a realizar estágio no semestre.

II – Carta de aceite para que o responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio será realizado autorize o(a) estagiário(a) a cumprir as atividades requeridas de estágio.

III – Ficha de controle das atividades de Estágio Supervisionado na qual o(a) estagiário(a) irá registrar as atividades realizadas.

Art. 6º – Ao término do estágio, o(a) estagiário(a) deverá entregar ao professor responsável pelo Estágio Supervisionado:

I – A carta de aceite assinada pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado.

II – O Relatório individual de Estágio Supervisionado.

III – A ficha de controle preenchida corretamente e assinada pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado.

CAPÍTULO III

DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

Art. 7º – O Estágio Supervisionado será realizado, preferencialmente, em instituições escolares públicas e privadas da Educação Básica, em cursos livres de idiomas, em alguns órgãos da UFAL, bem como projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, desde que apresentem condições para:

- I. Planejamento e execução conjunta das atividades de estágio.
- II. Aprofundamento dos conhecimentos prático-teóricos a partir das experiências vividas em situações concretas das atividades de estágio.

Art. 8º – O Estágio Supervisionado poderá ser realizado em mais de um instituição pública ou privada, na área de formação do aluno.

Parágrafo único – O(A) estagiário(a) deverá, preferencialmente, exercer as atividades de regência na instituição em que desenvolveu o Estágio de observação.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ESTÁGIO

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO DE LETRAS

Art. 9º – Ao Coordenador do Curso compete:

I. Indicar um membro da Comissão de Estágio Supervisionado como Coordenador de Estágio Supervisionado;

II. Designar a Comissão de Estágio Curricular Supervisionado responsável pelas providências necessárias à efetiva realização do Estágio;

III. Arquivar por dois anos os documentos comprobatórios dos estagiários (os relatórios de estágio supervisionado assinados pelo professor supervisor e pelo(a) estagiário(a), as fichas de controle de estágio supervisionado e as cartas de aceite e de recebimento do relatório pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado).

Parágrafo único – A Comissão de Estágio Curricular Supervisionado será composta pelo coordenador do Curso de Letras, pelo coordenador de Estágio e por Professores Responsáveis pelo Estágio Supervisionado, lotados na Faculdade de Letras.

SEÇÃO II

DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

Art. 10º – É de competência do Coordenador de Estágio:

I – Disponibilizar horário, na coordenação do curso, para planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades propostas referentes a essa atividade curricular.

II – Convocar a Comissão para as reuniões.

III- Organizar a participação dos integrantes da Comissão nas discussões de planejamento e desenvolvimento do Estágio Supervisionado.

IV – Vistar, ao final de cada período letivo, os documentos comprobatórios recebidos dos professores responsáveis pelo Estágio Supervisionado.

V – Entregar os documentos comprobatórios dos estagiários ao Coordenador de Graduação no final de cada período letivo.

Art. 11º – Em relação aos alunos, cabe ao Coordenador de Estágio Supervisionado:

I – Prestar esclarecimentos a respeito de dúvidas gerais sobre a realização dos estágios.

II – Divulgar dias e horários de atendimento.

SEÇÃO III DA COMISSÃO DE ESTÁGIO

Art. 12º – À Comissão de Estágio compete:

I. Avaliar, propor mudanças, se necessário, e aprovar os Planos de Estágio Supervisionado e os instrumentos de avaliação;

II. Viabilizar o desenvolvimento e o acompanhamento do Estágio Supervisionado;

III. Participar do Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado e estimular a participação dos demais professores do Curso nesse evento;

IV. Resolver os casos omissos, considerando a legislação vigente.

SEÇÃO IV DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ESTÁGIO

Art. 13º – Ao Professor Responsável pelo Estágio Supervisionado compete:

I. Aprovar o Plano de Estágio apresentado pelos estagiários, levando em consideração os objetivos estabelecidos nesta Resolução;

II. Encaminhar os estagiários para o desenvolvimento do Estágio em Línguas Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Francesa na Educação Básica, preferencialmente em unidades escolares da rede pública de ensino e/ou escolas de línguas estrangeiras;

III. Organizar o Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado, o qual

visa a avaliar as atividades desenvolvidas pelos estagiários;

IV. Fixar e divulgar a data e horário do Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado;

V. Acompanhar os estagiários no Seminário de Socialização de Estágio;

VI. Orientar os estagiários para a apresentação de Relatório ao final de cada período letivo em que o Estágio se realiza;

VII. Avaliar o Relatório Final de Estágio;

VIII. Realizar a avaliação final dos estagiários e efetuar o lançamento das notas no SIE WEB;

IX. Recolher dos estagiários sob sua supervisão, ao final de cada período letivo, os documentos comprobatórios da realização do Estágio Supervisionado (relatórios de estágio assinados, as fichas de controle de estágio supervisionado, as cartas de aceite e de recebimento do relatório pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado) e entregá-los ao Coordenador de Estágio Supervisionado.

SEÇÃO V

DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Art. 14º – É de competência do(a) estagiário(a):

I. Seguir as normas estabelecidas por esta Resolução;

II. Elaborar o Plano de Estágio em comum acordo com o Professor supervisor do Estágio Supervisionado;

III. Apresentar o Plano de Estágio ao Professor Supervisor do Estágio Supervisionado, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data prevista para o início das atividades;

IV. Acatar as normas da Instituição de Ensino em que ocorrerá o Estágio;

VI. Apresentar, ao final das atividades, o Relatório de Estágio ao Professor supervisor do Estágio Supervisionado;

VII. Participar do Seminário de Socialização de Estágio;

VIII. Apresentar o Relatório de Estágio no Seminário de Socialização de Estágio.

IX. Ter uma postura ética ao manter um ótimo relacionamento com todos os profissionais da unidade escolar e eximir-se de criticá-los, especialmente no local do estágio.

Parágrafo único – o(a) estagiário(a) que desenvolve seu Estágio na instituição em que trabalha deve fazê-lo fora de suas atividades rotineiras ou dentro delas, desde que contemple um caráter inovador.

CAPÍTULO V

DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

SEÇÃO I

DO PLANO DE ESTÁGIO

Art. 15º – Deverão constar no Plano de Estágio Supervisionado, obrigatoriamente:

- I. Dados de identificação do(a) estagiário(a);
- II. Identificação do Estabelecimento de Ensino onde será realizado o Estágio;
- III. Pressupostos teóricos dos conteúdos estruturantes;

- IV. Desenvolvimento metodológico dos conteúdos estruturantes a serem aplicados;
- V. Cronograma das atividades a serem desenvolvidas;
- VI. Bibliografia de consulta e de referência.

Art. 16º – O Plano de Estágio deverá ser apresentado pelo estudante ao Professor Responsável pelo Estágio Supervisionado, para análise, discussão e aprovação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data prevista para início das atividades.

SEÇÃO II

DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 17º – O Estágio Supervisionado está distribuído em 4 semestres, a partir do quinto período do curso de Letras.

I – A carga horária do Estágio Supervisionado 1 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

15h supervisão

15h caracterização

20h atividades de estágio no Ensino Fundamental ou Médio (ver observação abaixo)

20h elaboração de relatório

05h socialização das experiências

II – A carga horária do Estágio Supervisionado 2 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

15h supervisão

30h atividades de estágio no Ensino Fundamental ou Médio (ver observação abaixo)

10h registros sobre a prática

20h elaboração de relatório

III – A carga horária do Estágio Supervisionado 3 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento
5h supervisão
10h para caracterização Unidade Escolar
5h entrevistas
15h observação no ensino fundamental
10h elaboração de aula para regência
15h regência no ensino fundamental
5h socialização das experiências e reflexão
10h elaboração de relatório

IV – A carga horária do Estágio Supervisionado 4 contempla 160 horas e está distribuída em:

20 h planejamento
15 h supervisão
25 h para caracterização da Unidade Escolar
10 h entrevistas
15h observação no ensino médio
20h elaboração de aula
15h regência no ensino médio
20 h socialização das experiências e reflexão
20h elaboração de relatório

Parágrafo único: As atividades de Ensino para o Estágio Supervisionado 1 e 2 podem ser:

- observação de aula
- participação em aulas
- regência de aulas (parcial ou total)
- participação em eventos culturais, reuniões na escola,
- realização de rodas de leitura

- trabalho na biblioteca
- atividades extra classe (festas, gincanas, atividades culturais)
- acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem
- confecção de materiais didáticos
- análise de material didático
- observação de práticas em DVD
- observação e acompanhamento de uma turma-referência
- acompanhamento de grupos de alunos
- pequenos projetos envolvendo o uso de leitura e escrita
- oficinas
- aulas de reforço
- montagem de peças teatrais

Outras atividades de ensino podem ser consideradas mediante aprovação da Comissão de Estágio.

SEÇÃO III

DA ESTRUTURAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um Relatório Final, do qual devem constar:

1. Apresentação: Situar a disciplina e a discussão teórica de base, de acordo com o tema selecionado e desenvolvido. Ex: Produção escrita – Ortografia - Dificuldades da aprendizagem em LP - Avaliação em leitura etc.; local de realização do estágio, objetivos previamente traçados; como a proposta foi elaborada, dificuldades encontradas no início do estágio e como foi possível seguir o planejamento, etapas da atividade programada e as adaptações que foram feitas.

2. Caracterização da escola - Dados Gerais:

a) Identificação da Escola: Campo de estágio (nome completo da escola; localização; níveis e modalidades de ensino; turnos de funcionamento).

b) Instalações da Escola: Infraestrutura e recursos materiais (Biblioteca-dimensões, acervo, capacidade, uso, tipo de atendimento; Sala de informática e recursos tecnológicos; distribuição dos espaços e serviços de apoio).

- c) Organização do trabalho escolar: Calendário escolar; Horários de funcionamento; Índices de evasão e repetência.
- d) Prática Sócio-Político-Pedagógica: Identificar a existência de projetos e/ou programas em desenvolvimento; planejamento: como é feito, quem participa; entrevista com representantes da direção, coordenadores, professores.
3. Diário de Campo: Descrição e reflexão sobre o trabalho desenvolvido – observação ou regência - registrando os conteúdos abordados, as metodologias, as estratégias adotadas e as avaliações empregadas, as datas de realização e os tipos de atividades observadas e/ou desenvolvidas.
4. Análise de dados e produtos de aprendizagem: Relatório que pode ser feito por grupo de atuação (mais ou menos quatro a oito alunos que se revezam nas atividades na Escola). Nessa parte do Relatório, cada aluno ou dupla desenvolve a análise de um produto, resultado do trabalho desenvolvido na Escola: versões de textos, manuscritos, comparação de atividades etc., tendo como base teórica os conceitos discutidos na disciplina e no curso.
5. Considerações finais: O aluno pode abordar questões, tais como a importância do estágio para a formação; dificuldades encontradas e como elas foram superadas; e sugestões para a melhoria do ensino e da aprendizagem naquele contexto do estágio.
6. Referências: Autores citados no relatório e nas notas de rodapé.
7. Anexos: Material didático usado pelo professor; produção dos alunos durante as aulas ou atividades do período de estágio; registro fotográfico, entre outros materiais ou documentos.

SEÇÃO IV

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 18º – Para a avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão consideradas as seguintes atividades:

- I. Apresentação dos Planos de Estágio Supervisionado nos prazos estipulados;
- II. Frequência às reuniões de supervisão entre o professor supervisor de Estágio e

o(a) estagiário(a);

IV. Apresentação do Relatório Final de Estágio, nos quais deverão constar as atividades desenvolvidas e as avaliações anteriores, após a conclusão de todas as etapas, ao professor supervisor;

V. Participação como ouvinte dos relatos de colegas estagiários no Seminário de Socialização;

VI. Apresentação oral dos resultados no Seminário de Socialização de Estágio, coordenado pelo Professor supervisor de Estágio.

Parágrafo único: O estudante que deixar de participar do Seminário de Socialização deverá, mediante a apresentação de justificativa ao Coordenador de Estágio Supervisionado, agendar sua apresentação para o evento seguinte.

Art. 19º – A avaliação de desempenho do(a) estagiário(a), nas diferentes fases dos Estágios de Línguas Portuguesa, Inglesa, Espanhola e Francesa, é feita pelo professor supervisor que deve considerar:

- I. o compromisso e a participação nas atividades propostas;
- II. a interlocução e postura colaborativa com o professor supervisor;
- III. o desempenho nas atividades pedagógicas;
- IV. a capacidade de diagnosticar problemas e propor soluções para situações surgidas no ambiente escolar;

§1º Em cada etapa da avaliação, serão utilizados instrumentos específicos elaborados pelos professores supervisores e aprovados pela Comissão de Estágio Supervisionado.

§2º - A nota final referente aos Estágios Supervisionados de Licenciatura em Língua Portuguesa, em Língua Inglesa, em Língua Espanhola e em Língua Francesa

deverá ser composta considerando as notas parciais do aluno obtidas quando da realização dos Estágios.

§3º - O Relatório Final do Estágio Supervisionado deverá ser elaborado de acordo com as normas vigentes adotadas pela Comissão de Estágio Supervisionado.

§4º - O Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser composto pelos relatórios parciais desenvolvidos em cada uma das etapas dos Estágios.

§5º - O Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado deverá conter as assinaturas do estagiário e do seu professor supervisor de Estágio.

Art. 20º - O não cumprimento do previsto nos Artigos desta Resolução implica reprovação do(a) estagiário(a) em Estágio Supervisionado e na obrigatoriedade de realização de um novo estágio.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º – O desenvolvimento das atividades de Estágio prevê as seguintes modalidades:

I – Observação - destinada a levar o estudante à tomada de contato com a realidade educacional, especialmente nas situações que envolvem professor-aluno, bem como elaboração de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares.

II – Regência - destinada a permitir ao(à) estagiário(a) ministrar aulas, aplicar um projeto de intervenção ou outra atividade acerca do processo de ensino e aprendizagem, sob orientação e supervisão do Professor de Estágio.

III – Participação - realizada para permitir ao estudante tomar parte como cooperador em aulas e em outras atividades educativas definidas pelo Professor de Estágio Supervisionado.

Art. 22º – Em acordo com o parecer CP/CNE 028, de 02/10/2001, em caso de aluno em efetivo exercício da atividade docente na educação básica, a carga horária total do semestre poderá ser reduzida, no máximo, em até 50%.

I – o aluno atuando como docente no Ensino fundamental ou Médio, em escola reconhecida pelo MEC/Secretaria da Educação, deverá apresentar à Comissão de Estágio Supervisionado documentação comprobatória descrevendo plano de curso e especificando as atividades e a carga horária.

II – as atividades do monitor em escolas públicas de Alagoas só serão consideradas se o(a) estagiário(a) desenvolver projeto ou atividades na sua habilitação ou área de atuação.

Art. 23º – O(A) estagiário(a) deverá concluir cada estágio em um semestre letivo.

Art. 24º – Nos termos da legislação vigente, o estágio supervisionado obrigatório para qualquer habilitação da Faculdade de Letras, não cria vínculo empregatício.

Art. 25º – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Estágio Supervisionado da Faculdade de Letras.

Art. 26º – A presente Resolução terá vigência após aprovação pelo Conselho da Faculdade de Letras.

Art. 27º – Esta Resolução poderá ser alterada a qualquer tempo, caso a Comissão de Estágio julgar necessária, e/ou a pedido de um grupo de professores e mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado e do Conselho do Curso da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas - *Campus* A.C. Simões.

Miniauditório Heliônia Cêres – FALE, em 15 de maio de 2012.

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Silva
Diretora da FALE
Presidenta do Conselho da FALE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS**



CARTA DE RECEBIMENTO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Eu, _____ , responsável por
este estabelecimento de ensino, recebi do(a) aluno(a)
_____ um exemplar do Relatório de
Estágio Supervisionado em Língua Inglesa contendo informações, descrições e análises
do estágio realizado neste semestre.

Maceió, _____ de 201__.

Carimbo e assinatura do responsável
(carimbo da escola)

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS**

Maceió, __ de _____ de 20 __.

Ao

Ilmo(a). Sr(a) Diretor(a)

Assunto: Apresentação de estagiário

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a V. S.a, _____,
aluno(a) regularmente matriculado no Curso de Licenciatura em Letras Inglês da
Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, para o
desenvolvimento de atividades de estágio supervisionado nesta unidade de Ensino.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Marcus Vinicius Matias

Responsável pelo Estágio Supervisionado de Língua Inglesa

Curso Letras Inglês

FALE – UFAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE

ALAGOAS



CARTA DE ACEITE

O(A) aluno(a) abaixo designado(a) está credenciado(a), por esta Instituição de Ensino a solicitar nessa Unidade a devida autorização para o período de estágio, declarando submeter-se a todas as determinações legais.

Maceió, ____ de _____ de 20__.

Responsável pelo Estágio Supervisionado
Curso Letras Inglês - FALE – UFAL

Aluno(a) _____
E-mail _____ telefone _____
Endereço _____ CEP _____

Escola _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Nome _____ do(a) _____ Diretor(a) _____

AUTORIZAÇÃO DO(A) DIRETOR(A)

Eu, _____ ,
responsável pelo estabelecimento de ensino, autorizo o estágio solicitado pelo(a)
aluno(a) acima designado(a).

Maceió, _____ de 20__.

Carimbo e assinatura do responsável

Carimbo da escola

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – FACULDADE DE LETRAS

Letras Inglês Licenciatura

SEMESTRE LETIVO: 2018.1



Estagiário/a: _____ °. Semestre Turma: ____

Ficha de Controle das Atividades do Estágio Curricular Supervisionado

Atividades do Estágio Curricular em Língua Inglesa realizadas sob a supervisão da unidade concedente e da Faculdade de Letras

data	c.h.	modalidade	série	tur no	atividade/conteúdo	
/						Maceió, __ de _____ de 20__. (carimbo e assinatura do diretor ou vice)
/						
/						
/						
/						
/						
/						
/						
/						
/						
/						
/						
/						
/						
/						
/						Carimbo da concedente
/						
/						
/						
/						